



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
Relatório de Gestão do Exercício de 2013

**Brasília/DF, 28 de março de 2014**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
Exercício de 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual, a que esta Unidade está sujeita, nos termos do art. 70 da CF, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU Nº 72/2013, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 seguindo as orientações do órgão de controle interno.

**Brasília/DF, 28 de março de 2014**

## SUMÁRIO

	Lista de Abreviaturas e Siglas	8
	Introdução	12
Capítulo 1	Informações Gerais Sobre a Gestão	14
Seção 1	Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	14
1.1	Identificação da Secretaria do Desenvolvimento da Produção	14
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da SDP	15
1.3	Organograma Funcional	17
1.4	Macroprocessos Finalísticos	33
1.5	Macroprocessos de Apoio	35
1.6	Principais Parceiros	36
Seção 2	Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados	36
2.1	Planejamento da Unidade	36
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	42
2.2.1	Programa Temático	42
2.2.1.1	Análise Situacional	43
2.2.2	Objetivos	44
2.2.2.1	Análise Situacional	65
2.2.3	Ações	70
2.2.3.1	Ações - OFSS	70
2.2.3.2	Ações/Subtítulos - OFSS	72
2.2.3.3	Ações não Previstas na LOA 2013- Restos a Pagar não Processados - OFSS	72
2.2.3.4	Ações – Orçamento de Investimento - OI	72
2.2.3.5	Análise Situacional	72
2.3	Informações Sobre Outros Resultados Gerados pela Gestão	72
Seção 3	Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	82
3.1	Estrutura de Governança	82
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	82
3.3	Remuneração Paga a Administradores	84
3.4	Sistema de Correição	84
3.5	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria CGU nº 1043/2007	85
3.6	Indicadores Utilizados para Monitorar e Avaliar o Desempenho da Entidade no que se Refere à Governança e Controles Internos	85

Seção 4	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	85
4.1	Execução das Despesas	85
4.1.3	Realização das Despesas com Créditos Originários	85
4.2	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	86
4.3	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	86
4.4	Transferências de Recursos	87
4.4.1	Relação de Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	87
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	91
4.4.3	Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	91
4.4.4	Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	91
4.4.5	Análise Crítica	91
4.5	Suprimento de Fundos	91
4.6	Renúncias Sob a Gestão da UJ	91
4.6.1	Benefícios Financeiros e Creditícios	91
4.6.2	Renúncias Tributárias	92
4.6.2.1	Renúncias Tributárias Sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação	92
4.6.2.2.	Valores Renunciados e Contrapartida	93
4.6.2.3	Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário	93
4.6.2.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	94
4.6.2.5	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária	94
4.6.2.6	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	94
4.6.2.7	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	94
4.6.2.8	Comunicações à RFB	94
4.6.2.9	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	94

4.6.2.10	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	95
4.6.2.11	Fiscalizações Realizadas pela RFB	96
4.6.2.12	Renúncia Tributária – Análise Crítica	96
4.7	Gestão de Precatórios	96
Seção 5	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	97
5.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	97
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da UJ	97
5.1.1.1	Lotação	97
5.1.1.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	98
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	99
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	99
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	100
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	100
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	100
5.1.5	Cadastramento no SISAC	101
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	101
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	101
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	101
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	101
Seção 6	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	101
Seção 7	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	101
Seção 8	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	101
Seção 9	Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas	102

9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU	102
9.2	Tratamento de Recomendações Feitas pelo Órgão de Controle Interno a que a Unidade Jurisdicionada se Vincula	102
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	102
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	107
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	108
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	108
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	108
9.6	Alimentação SIASG E SICONV	109
Seção 10	Relacionamento com a Sociedade	110
Capítulo 2	Informações Contábeis	111
Seção 11	Informações Contábeis	111
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	111
11.2.1	Declaração Plena	111
Capítulo 3	Outras Informações Sobre a Gestão	112
Seção 12	Outras Informações Sobre a Gestão	112
12.1	Informações não Exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício	112
Seção 13	Resultados e Conclusões	113

## LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

### QUADROS

A.1.1	Identificação da SDP – Relatório de Gestão Individual	14
A.2.2.1	Programa Temático	42
A.2.2.2	Objetivo	44
A.2.2.3.1	Ações OFSS	70
A.3.2	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	83
A.4.1.3.2	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	85
A.4.4.1	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de referência	87
A.4.6.2.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ –Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ	92
A.4.6.2.2	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	93
A.4.6.4.2	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	94
A.5.1.1.1	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	97
A.5.1.1.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	98
A.5.1.2.1	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	99
A.5.1.2.2	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária Situação em 31/12	99
A.5.1.2.3	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12	100
A.9.2.1	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	102
A.9.2.2	Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	107
A.9.6	Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	109
A.11.2.1	Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada	111

	<b>FIGURAS</b>	
	Mapa Estratégico da Secretaria do Desenvolvimento da Produção	16
	Organograma Funcional	17
	Instâncias de Governança do Plano Brasil Maior	38
	Estrutura do PBM	39
	<b>TABELAS</b>	
Tabela 1	Setores do PBM	34
Tabela 2	Indicadores do PPA	40
Tabela 3	Objetivos do PPA	44
Tabela 4	Empregos Gerados nas Empresas Beneficiárias do Crédito Presumido do IPI	95



## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química  
ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
APEX-Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.  
APL – Arranjos Produtivos Locais  
ASME - American Society of Mechanical Engineers  
ASSINTECAL - Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos  
BIM – Building Information Modelling  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAMEX- Câmara de Comércio Exterior  
CF – Constituição Federal  
CGMI – Coordenação-Geral de Modernização e Informática  
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
CGACDS - Coordenação-Geral de Análise da Competitividade e Desenvolvimento Sustentável  
CGAE - Coordenação-Geral das Indústrias de Transporte Aéreo e Aeroespacial  
CGAG - Coordenação-Geral de Agronegócios  
CGAL - Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais  
CGAT - Coordenação-Geral das Indústrias Automotiva, Naval e de Equipamentos de Transporte  
CGBC - Coordenação-Geral das Indústrias Metalúrgicas e de Bens de Capital  
CGEL - Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Eletroeletrônico  
CGII - Coordenação-Geral de Estudos e Inserção Internacional  
CGIV - Coordenação-Geral de Investimentos  
CGMO - Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra  
CGMR - Coordenação-Geral das Indústrias de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias  
CGOF – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças  
CGRH – Coordenação –Geral de Recursos Humanos  
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos  
CGRN - Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Recursos Naturais  
CGTP - Coordenação-Geral das Indústrias Químicas e de Transformados Plásticos  
CGU – Controladoria Geral da União  
CICP – Comissão Interministerial de Compras Públicas  
CISAP - Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública  
CNDI - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro  
COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia  
COSIPLAN - Conselho de Infraestrutura e Planejamento  
CTPIn – Comissão Técnica do Plano Indústria  
CT-VSPBM - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária no âmbito do PBM

DECOI - Departamento de Competitividade Industrial  
DEIET - Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte  
DEORN - Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais  
DESIT - Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia  
DIADM - Divisão de Apoio Administrativo  
DICOV – Divisão de Convênios  
DN – Decisão Normativa  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
DOU – Diário Oficial da União  
EU – União Europeia  
EUA – Estados Unidos da América  
EPE – Empresa de Pesquisa Energética  
EPL – Empresa de Planejamento e Logística  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FMPME – Fundo Mercosul para Pequenas e Médias Empresas  
GAB – Gabinete  
GAN - Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguaí  
GECIS - Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde  
GEF – Global Environment Facility  
GEPBM – Grupo Executivo do Plano Brasil Maior  
GIP – Grupo de Integração Produtiva  
GM – Gabinete do Ministro  
GT – Grupo de Trabalho  
GTP-APL- Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais  
GT-PPB - Grupo Técnico de Análise de Processo Produtivo Básico  
HPPC – Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IED – Investimento Estrangeiro Direto  
IEL – Instituto Euvaldo Lodi  
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
INOVAR-Auto – Programa de incentivo à inovação tecnológica e adensamento produtivo de veículos automotores  
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
IP – Integração Produtiva  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPI – Imposto sobre produtos industrializados  
IR – Imposto de Renda  
IN – Instrução Normativa  
JETRO - Japan External Trade Organization  
JICA – Japan International Cooperation Agency  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MD – EB – Ministério da Defesa – Exército Brasileiro  
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
MEI – Microempreendedor Individual

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MI – Ministério da Integração Nacional  
MinC – Ministério da Cultura  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MS – Ministério da Saúde  
NBR – Normas Técnicas Brasileiras  
NCMs – Nomenclatura Comum do Mercosul  
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.  
OBAPL – Observatório de Arranjos Produtivos Locais  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores  
PBD – Programa Brasileiro do Design  
PBM- Plano Brasil Maior  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento  
PEE – Programa Especial de Exportação  
PET - Politereftalato de Etileno  
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A  
PG&N – Petróleo, Gás e Naval  
PI – Política Industrial  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIL - Programa de Incentivo em Logística  
PL – Projeto de Lei  
PIS- Programa de Integração Social  
PMES – Pequenas e Médias Empresas  
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
PNMC – Política Nacional sobre Mudanças do Clima  
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos  
PO – Plano Orçamentário  
PPA- Plano Plurianual  
PPB – Processo Produtivo Básico  
PQS - Petroquímica Suape  
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PROSUB – Programa de Desenvolvimento Submarino  
PSI – Programa BNDES de Sustentação do Investimento  
PT – Programa Temático  
REIF – Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes  
REINTEGRA - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras  
REIQ – Regime Especial para a Indústria Química  
RENAI – Rede Nacional de Informação sobre Investimentos  
REPEG – Regime Especial de Petróleo e Gás  
REPEQUIM - Regime de Incentivo ao Investimento na Indústria Química  
REPETRO - Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de bens destinados à exploração e à produção de petróleo e gás natural.  
RETID - Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa  
RFB – Receita Federal do Brasil.  
RH – Recursos Humanos

SAPI – Sistema de Acompanhamento da Política Industrial  
SDP – Secretaria do Desenvolvimento da Produção  
SE – Secretaria Executiva  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas  
SGT 7 – Subgrupo de Trabalho 7 – Indústria  
SI – Secretaria de Inovação  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.  
SIAPECAD – Cadastro do Sistema Integrado de Administração Pessoal  
SENAI – Serviço Nacional da Indústria  
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.  
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
SMB – Sistema Moda Brasil  
SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária  
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
TICs – Tecnologia da Informação e Comunicação  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UG – Unidade Gestora  
UGO – Unidade Gestora Orçamentária  
UGR – Unidade Gestora Responsável  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá  
UO – Unidade Orçamentária  
ZFM – Zona Franca de Manaus

## INTRODUÇÃO

A Secretaria do Desenvolvimento da Produção tem atuação na área finalística, não se constituindo como unidade gestora de recursos orçamentários, função esta desempenhada pelas Coordenação- Geral de Recursos Logísticos – 280101 e Coordenação- Geral de Recursos Humanos – 280104, ambas da estrutura da Secretaria Executiva. No PPA participa diretamente do Programa Temático 2055- Desenvolvimento Produtivo, já que é responsável pelo tema e pela Política Industrial. Esse Programa, embora não tenha destinação específica para apoiar as medidas de política industrial, configura-se como principal instrumento de apoio financeiro à implementação de ações em prol do desenvolvimento das cadeias produtivas. Até conta com montante de recursos significativo, mas sua quase totalidade distribuídos em ações não-orçamentárias, destinadas a financiamentos voltados ao desenvolvimento industrial, coordenadas e conduzidas pelos parceiros, como: BNDES, Petrobras, ANP e Nuclep.

É principalmente no âmbito da Política Industrial, que a Secretaria do Desenvolvimento da Produção focaliza suas ações.

Identificada como UG 280109, Código SIORG 3213, tem como órgão vinculador o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Para fins de prestação de contas ordinária anual, a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art.70 da Constituição Federal, apresentamos o Relatório de Gestão, no modelo individual, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, alterada Pela IN/TCU nº 72/2013, da DN/TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013, seguindo orientações do órgão de controle interno.

Referido relatório foi estruturado por assunto e ordenado na sequência definida na Portaria TCU nº 175/2013, composto de 13 tópicos; o item 1 apresenta a identificação da unidade, o organograma funcional, além da definição de sua finalidade e competências institucionais. A SDP coloca-se como a entidade central na condução do PBM- Plano Brasil Maior, presente em todas as instâncias de base do PBM bem como nas instâncias de direção, mesmo que no papel subsidiário de assessoria do Ministro. Sete dos 19 Conselhos de Competitividade Setorial do Plano são coordenados pela SDP e outros oito Conselhos são vice coordenados pela Secretaria. No contexto de macroprocessos finalísticos, a Unidade Jurisdicionada cumpre um papel central na gestão, execução e monitoramento de um conjunto permanente de instrumentos de política industrial, com concessão de benefícios e estímulos de competitividade diretos ao setor produtivo, dentre eles, o Inovar-Auto, o Ex-Tarifário e o PPB- Processo Produtivo Básico.

A unidade tratou de demonstrar neste relatório que seu planejamento está voltado para iniciativas que resultem no aumento da competitividade do setor produtivo, em ganhos de produtividade, que promovam o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliem mercados, criem empregos e melhorem a qualidade e garantam um crescimento inclusivo e sustentável, haja vista que grande parte das 58 iniciativas finalísticas do Mapa Estratégico da SDP estão refletidas nas Agendas do PBM; outra parte não é ligada diretamente ao PBM, mas ainda assim é relevante e compõe o conjunto de políticas públicas voltadas para o setor produtivo. Cinco são os eixos temáticos nos quais se desenvolvem as ações da SDP, de forma que esse conjunto de ações descritas nas próximas seções inclui diretamente e indiretamente as Agendas do PBM.

- Desenvolvimento produtivo e investimentos
- Fortalecimento de cadeias produtivas
- Inovação e agregação de valor
- Desenvolvimento de fornecedores e cadeias produtivas
- Integração Produtiva e negociações internacionais

Por não exercer a função de Unidade Gestora, é de natureza estritamente finalística, o que justifica não dispor de estrutura de governança e de auto controle da gestão e, por isso, o item 3 do relatório não se aplica a realidade da unidade. Deliberadamente, prestou informações no quadro A.3.2, que refletem a avaliação da Secretaria sobre os mecanismos de controle utilizados, especialmente na gestão das ações, mesmo não dispondo dessa estrutura formalizada.

Da mesma forma, o item 4 do relatório não se aplica a realidade da SDP, que trata de Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira, a não ser quanto aos subitens 4.4 – Transferências de recursos e 4.6 – Renúncias sobre a gestão da UJ. Quanto ao subitem 4.4 foram relacionados todos os instrumentos de transferência vigentes no exercício, em que os objetos estão vinculados as iniciativas desenvolvidas por esta Secretaria. No que se refere aos quadros de demonstração da execução orçamentária e financeira, a SPOA apenas forneceu, de forma individualizada, informações para o quadro A.4.1.3.2; os demais quadros foram apresentados de forma consolidada na prestação de contas da Secretaria Executiva. Sobre o item 4.6, esta Unidade tem atuação restrita sobre “Renúncias tributárias” e, com relação à **captura e registro das informações sobre as renúncias**, estas são de responsabilidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil. O MDIC é responsável pelo acompanhamento dos Regimes no que tange aos compromissos assumidos com vistas à habilitação/credenciamento nos Regimes, o que é realizado por meio de relatórios trimestrais.

A força de trabalho da SDP é disponibilizada pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos- CGRH/SPOA, também responsável pela gestão de pessoas, tópico 5 do relatório. Mesmo prestando informações agregadas na prestação de contas da Secretaria Executiva, individualizou alguns dados da Secretaria, sobretudo quanto ao quantitativo de pessoal desta Unidade, qualificação dos profissionais, cargos e funções, mantendo agregadas as demais informações sobre custos e indicadores na prestação de contas consolidada. Os tópicos 6- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário, 7- Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, 8- Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental e 11- Informações Contábeis, pela mesma razão, não se aplicam a realidade desta SDP.

A ressalva é para o item 9 do relatório- Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas, em que apenas há informações sobre o resultado da auditoria da CGU, feita em 2013, sobre a gestão do PPB e Lei de Informática- Desoneração Tributária resultante da aplicação da Lei nº 8.248/91, sobretudo quanto ao cumprimento do Plano de Providências.

Sobre os resultados da gestão, a análise situacional descrita no item 2.2.2.1 expõe sobre o cumprimento das metas físicas e financeiras relacionadas aos 10 objetivos do PPA de responsabilidade desta Secretaria, apresentados no item 2.2.2 deste Relatório. Ainda, uma abordagem mais detalhada dos resultados, os fatores intervenientes que concorreram para o alcance dos objetivos pactuados no plano de ação da Secretaria como um todo, está contemplada no item 2.3, ressaltando que a principal dificuldade constatada reside no fato de grande parte das iniciativas e metas serem implementadas e apuradas em outros órgãos, sobre os quais a Secretaria não exerce qualquer gerência.

## CAPÍTULO 1 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

### SEÇÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

#### 1.1. Identificação da Secretaria do Desenvolvimento da Produção

##### QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA SDP – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			<b>Código SIORG:</b> 3162
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria do Desenvolvimento da Produção			
<b>Denominação abreviada:</b> SDP			
<b>Código SIORG:</b> 3213	<b>Código LOA:</b> 28101	<b>Código SIAFI:</b> 280109	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			CNPJ: 00.394.478/0001-43
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral - Indústria -22			<b>Código CNAE:</b> 7511-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 2027-7070	(61) 2027-7046	(61) 2027-7060
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:sdp@mdic.gov.br">sdp@mdic.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2">http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=2</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Brasília, DF, CEP: 70053-900			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29 de maio de 2003. Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, publicado no DOU de 05/02/2010 e Decreto nº 7.474, de 10 de maio de 2011, publicado no DOU, de 11/05/2011.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
1. Portaria/MDIC nº 117, de 17/6/2009, publicada no DOU- Seção I, de 18/6/2009, que estabelece critérios para celebração, aprovação e execução de convênios e contratos de repasse. 2. Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 177, de 18.10.2002 e Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 170, de 04/08/2010, que tratam dos procedimentos administrativos ao Processo Produtivo Básico – PPB. 3. Portaria GM nº 06, de 11/01/2008, que trata do Regimento Interno. 4. Portaria Interministerial MDIC/MPOG/MCTI/MI Nº 200, de 02 de agosto de 2004, que cria o GTP-APL; 5. Decreto nº 7.540/2011, que cria o Plano Brasil Maior; 6. Portaria MDIC nº 106/2013, Portaria MDIC nº 113/2013, Portaria MDIC nº 280/2013, Portaria MDIC nº 297/2013 e Portaria Interministerial nº 772/201, 3- regulamentam o INOVAR AUTO.; 7. Portaria MCTI nº 296, de 01 de abril de 2013, que disciplina a gestão, o controle e a contabilidade referentes ao FNDCT, no âmbito do INOVAR-AUTO.			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Relatório semestral de Anúncio de Projetos de Investimentos, publicado no Site do MDIC, endereço eletrônico: <a href="http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34">www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34</a>			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
280109	Secretaria do Desenvolvimento da Produção		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>			
00001			
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
280101		Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	
280104		Coordenação-Geral de Recursos Humanos	

## **1.2. Finalidade e Competências Institucionais da SDP**

A Secretaria do Desenvolvimento da Produção -SDP é a entidade central na condução do PBM- Plano Brasil Maior, presente em todas as instâncias de base do PBM bem como nas instâncias de direção, mesmo que no papel subsidiário de assessoria do Ministro. Sete dos 19 Conselhos de Competitividade Setorial do Plano são coordenados pela SDP e outros oito Conselhos são vice coordenados pela Secretaria. Assim, direta e indiretamente a SDP está envolvida com a articulação e a execução de pelo menos 72% das 318 medidas das Agendas Estratégicas Setoriais. Desempenhando atividades de formulação, execução e monitoramento das Agendas Estratégicas Setoriais em plena articulação com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) – que assume a responsabilidade de Secretaria-Executiva do PBM – e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a SDP vinculou seu planejamento estratégico à formação das próprias agendas, o que coloca o PBM como a atividade central da Secretaria.

Além do PBM, o próprio MDIC e suas Secretarias possuem uma lógica interna de planejamento, que está expressa em seus mapas estratégicos. O Mapa Estratégico da SDP foi pactuado com 16 Objetivos. Com apoio da Secretaria Executiva do Ministério, esta SDP avançou na construção de metas, indicadores e iniciativas ligadas aos Objetivos Estratégicos. Ao todo, são 117 iniciativas, das quais 58 são de caráter finalístico e demonstram o esforço da unidade em gerar políticas públicas de impacto para o setor produtivo. O comprometimento da SDP com o avanço institucional do MDIC pode ser visto pelo número de iniciativas do Mapa Estratégico da Secretaria que foram elencadas como prioritárias no Mapa do Ministério. Das 84 iniciativas que compõe o Mapa do MDIC, 25 são de responsabilidade da SDP, sendo que 24 delas finalísticas. Além disso, a Secretaria Executiva escolheu as iniciativas da SDP para iniciar os testes do Sistema de Monitoramento e Avaliação pelo seu grau de maturidade conceitual.

Fora o Plano Brasil Maior e um conjunto de iniciativas contempladas pelo Mapa Estratégico da Secretaria, que possuem uma delimitação no tempo, com prazos definidos para conclusão, a SDP desempenha um papel central na gestão, execução e monitoramento de um conjunto permanente de instrumentos de política industrial, com concessão de benefícios e estímulos de competitividade diretos ao setor produtivo, dentre eles, o InovarAuto, o Ex-Tarifário e o Processo Produtivo Básico.



### Mapa Estratégico da SDP

DESENVOLVIMENTO COMPETITIVO

Promover o aumento da competitividade, com foco no desenvolvimento produtivo

Estimular a agregação de valor aos produtos nacionais

Desenvolver políticas de conteúdo local

Promover convergência entre a competitividade e a sustentabilidade

Estimular investimentos produtivos

Contribuir para a integração produtiva no Mercosul

Contribuir para o desenvolvimento de fornecedores para setores estratégicos e cadeias produtivas

PROCESSOS INTERNOS

#### ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Aprimorar instrumentos de negociação e cooperação internacionais

Articular a construção de instrumentos de apoio ao desenvolvimento produtivo

Aprimorar a comunicação e o compartilhamento de informações, práticas e conhecimento

Assegurar o alinhamento estratégico intra MDIC e deste com o Sistema MDIC

#### GOVERNANÇA E GESTÃO

Desenvolver a inteligência necessária à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento produtivo

Modernizar processos, rotinas e sistemas de gestão que suportem a atuação da SDP

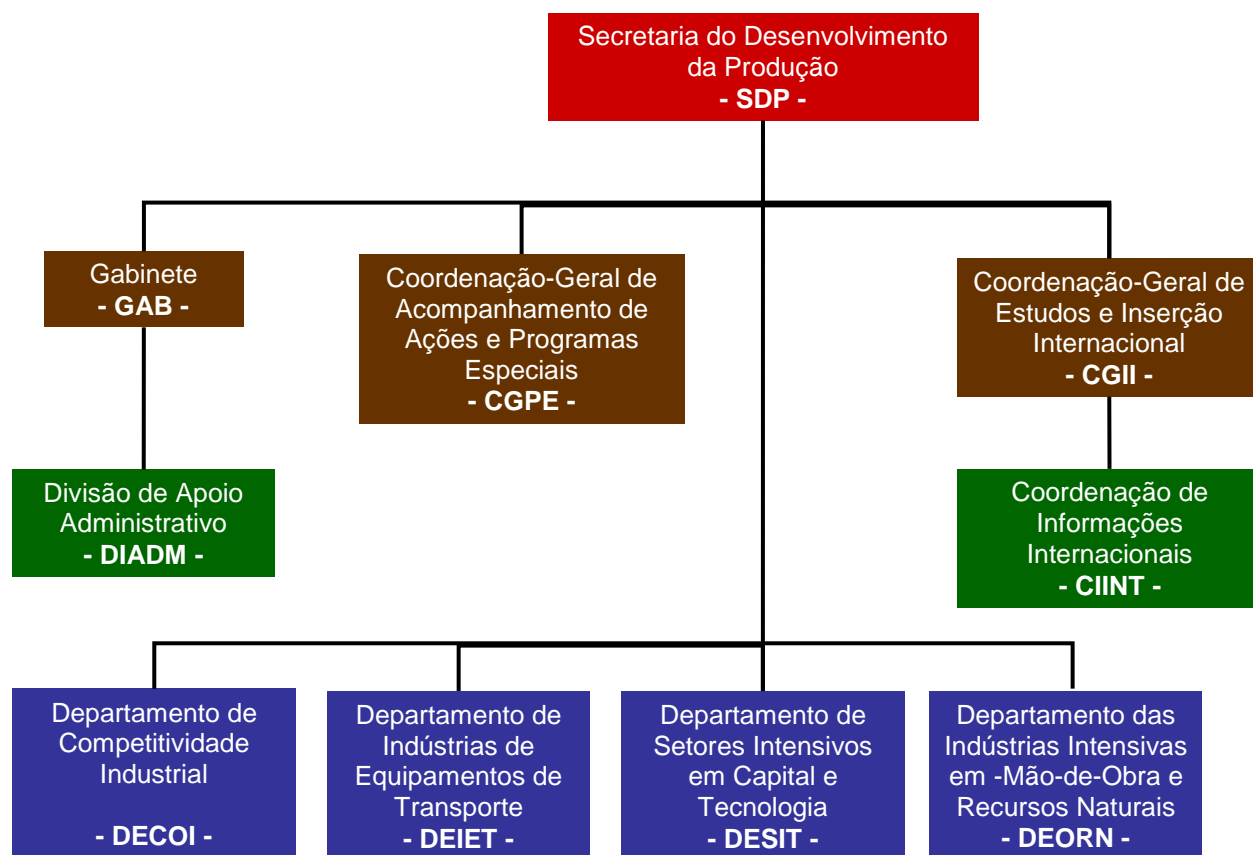
BASE PARA AÇÃO

Assegurar eficiência no uso dos recursos disponíveis

Instituir um sistema organizado de aprendizado contínuo orientado por competências

Institucionalizar cultura voltada para meritocracia, produtividade e resultados

### 1.3 Organograma Funcional



### COMPETÊNCIAS

**À Secretaria do Desenvolvimento da Produção, órgão específico singular, compete:** (Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010)

I - formular e propor políticas públicas para o desenvolvimento da produção do setor industrial;

II - identificar e consolidar demandas que visem ao desenvolvimento da produção do setor industrial;

III - estruturar ações que promovam o incremento da produção de bens no País e o desenvolvimento dos segmentos produtivos;

IV - formular, coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito da competência do Ministério, as ações que afetem o desenvolvimento da produção do setor industrial;

V - manter articulação com órgãos e entidades públicas e instituições privadas, visando ao permanente aperfeiçoamento das ações governamentais, em relação ao desenvolvimento do setor produtivo;

VI - buscar a simplificação da legislação aplicada à atividade produtiva;

VII - viabilizar ações junto às secretarias estaduais e aos representantes de organismos regionais de desenvolvimento e de outros órgãos públicos ou privados com atribuições nesta matéria, visando a elaboração e implementação de ações de política de desenvolvimento da produção regional;

VIII - incentivar práticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável no setor industrial;

IX - articular esforços para o aproveitamento dos ativos ecológicos do País;

X - executar e acompanhar os projetos e as ações voltadas para o aumento da competitividade das cadeias produtivas, articulando, para tanto, a participação do governo, do setor privado e dos trabalhadores;

XI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores produtivos do País; e

XII - identificar, divulgar e estimular a difusão de experiências exemplares de promoção de desenvolvimento da produção regional, incluindo programas e projetos de investimento, realizados nos níveis local e estadual.

**Competência das Unidades** – Definidas no Regimento Interno- Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

**Ao Gabinete compete:**

I - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

II - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;

III - controlar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Apoio Administrativo;

IV - coordenar e controlar a emissão de passagens e diárias no âmbito da Secretaria, bem como atestá-las quando já efetuadas;

V - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário;

VI - remeter às unidades componentes da Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário;

VII - coordenar, orientar e controlar a execução das atividades técnico-administrativas de apoio ao Gabinete e aos Departamentos; e

VIII - controlar a expedição e recebimento de correspondências e processos, bem como realizar a edição das portarias e despachos do Secretário e encaminhar para publicação oficial, quando for o caso, relatórios, votos, decisões e atos administrativos do Secretário, no âmbito da Secretaria.

**À Divisão de Apoio Administrativo compete:**

I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação de documentos;

II - executar as atividades de controle de pessoal e de benefícios;

III - requisitar, receber e distribuir o material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais;

V - providenciar a concessão e o controle de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores da Secretaria;

- VI - distribuir interna e externamente documentos, jornais e revistas; e
- VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

**À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Ações e Programas Especiais compete:**

- I - participar da formulação, da implementação e do apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual - PPA e do Orçamento Anual;
- II - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o PPA e para o Orçamento Anual, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação da implementação dos programas de responsabilidade da Secretaria, com base na produção e utilização de indicadores apropriados;
- III - coordenar a elaboração e o acompanhamento dos Planos de Trabalho da Secretaria, refletidos no Orçamento Anual;
- IV - participar na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas aos setores produtivos de desenvolvimento nacional e regional;
- V - orientar, acompanhar e analisar estudos e ações voltadas para a implementação de programas de desenvolvimento produtivo nacional e regional; e
- VI - apoiar o Secretário no acompanhamento de ações voltadas para o desenvolvimento produtivo regional, em consonância com as políticas derivadas do Programa Eixos Nacionais de Desenvolvimento, do PPA e de assuntos pertinentes a Secretaria.

**À Coordenação-Geral de Estudos e Inserção Internacional compete:**

- I - subsidiar a participação do Ministério, no encaminhamento de questões relativas à competitividade industrial inerentes ao processo de integração internacional competitiva, especialmente do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em coordenação com as áreas afins do Ministério e outras entidades governamentais e privadas;
- II - acompanhar a implementação das decisões provenientes de acordos internacionais, especialmente do MERCOSUL;
- III - participar das reuniões preparatórias e grupos de trabalho, voltados para o exame de temas relacionados com a preparação ou implementação de acordos internacionais que envolvam os setores produtivos do País;
- IV - coordenar a participação da Secretaria nas negociações em curso, para a formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em estreita articulação com as áreas afins do Ministério e de outras entidades governamentais e privadas;
- V - atuar em foros negociadores internacionais relacionados à sua área de competência;
- VI - subsidiar o Secretário na proposição de estratégias, no planejamento e na coordenação das atividades da Seção Brasileira do Subgrupo 07 – Indústria do MERCOSUL;
- VII - subsidiar a participação da Secretaria e do Ministério, no encaminhamento de questões relativas à competitividade industrial em fóruns multilaterais, com destaque para a Organização Mundial de Comércio – OMC, em coordenação com as áreas afins do Ministério e outras entidades governamentais e privadas; e
- VIII - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação bilateral e participar na elaboração de acordos internacionais, executados na Secretaria.

### **À Coordenação de Informações Internacionais compete:**

I - executar as ações relativas ao setor produtivo, na realização de projetos no âmbito internacional;

II - articular e subsidiar negociações internacionais relativas à questão da produção junto às demais áreas do Ministério, às instituições governamentais, ao setor produtivo, bem como junto aos estados-partes do MERCOSUL e outros foros internacionais; e

III - coordenar a elaboração do sistema de informações internacionais relativas à atuação da Secretaria.

### **Ao Departamento de Competitividade Industrial compete:**

I - articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e agentes da área governamental, de entidades de classe empresariais, de trabalhadores, de instituições técnicas e tecnológicas, de ensino e pesquisa e de demais setores sociais envolvidos nas questões temáticas voltadas para o aumento da competitividade e produtividade industrial;

II - promover o desenvolvimento da “marca Brasil” nos setores produtivos do País;

III - atuar de forma articulada e coordenada com os demais departamentos da secretaria, para apoiar ações relativas ao fortalecimento das cadeias produtivas e ao desenvolvimento sustentável;

IV - propor ações para o planejamento, coordenação, implementação e avaliação de políticas públicas referentes à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do setor industrial;

V - identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo;

VI - analisar e propor medidas para a superação de entraves dos possíveis investimentos no setor produtivo;

VII - sistematizar e manter dados sobre intenções de investimentos nos setores produtivos, constituindo uma Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI, que possa fornecer ao potencial investidor e aos demais interessados na questão do investimento, informações úteis ao processo de tomada de decisões e à ampliação do conhecimento nesta área;

VIII - dar suporte à implementação de políticas de desenvolvimento nas questões relacionadas a investimentos;

IX - auxiliar os órgãos estaduais de fomento ao investimento no desenvolvimento de suas estruturas de apoio ao investidor;

X - elaborar, propor, programar, coordenar, implementar, apoiar, promover a execução, controlar e acompanhar políticas públicas e as atividades voltadas para o aumento da competitividade das indústrias brasileiras, relacionadas a:

a) qualidade, produtividade e gestão ambiental;

b) desenvolvimento de fornecedores e de redes de empresas;

c) design;

d) produção mais limpa;

e) reciclagem de materiais e embalagens;

f) redução na geração de resíduos e seu respectivo gerenciamento;

g) ações de ecoeficiência e responsabilidade social nas empresas do setor produtivo;

h) mudanças climáticas e mercado de carbono;

i) zoneamento econômico-ecológico;

j) otimização do uso dos recursos hídricos nos produtos e processos industriais;

k) desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos;

l) uso de biomassa como fonte energética pelas indústrias;

- m) iniciativas para reduções de emissões de gases do efeito estufa no setor industrial;
- e
- n) avaliação do ciclo de vida dos produtos industriais;
- XI - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com ênfase no setor industrial;
- XII - articular com organizações não governamentais, entidades do setor privado ou público, parcerias e ações conjuntas para apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais;
- XIII - sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre arranjos produtivos locais existentes no País, registrando as ações e projetos de apoio desenvolvidos, com informações sobre os resultados alcançados; e
- XIV - avaliar o impacto de políticas nacionais ou internacionais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável sobre a competitividade da indústria brasileira, bem como subsidiar tecnicamente a formulação de propostas relativas a negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes ao tema.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior

#### **Ao Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia compete:**

- I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em capital e tecnologia para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;
- II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores intensivos em capital e tecnologia;
- III - propor políticas e ações para estimular a substituição competitiva de importações nos setores intensivos em capital e tecnologia;
- IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em capital e tecnologia;
- V - realizar as análises dos pleitos de ex-tarifários, submetê-las ao Comitê de Análise de Ex-tarifários - CAEX e apresentar ao GECEX proposta de concessão da redução tarifária para os produtos analisados;
- VI - subsidiar a participação do Ministério na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, com vistas à adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos;
- VII - coordenar a fixação ou alteração de Processo Produtivo Básico para bens a serem produzidos com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática;
- VIII - apoiar o Ministério na definição e análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa;
- IX - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática;
- X - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de Processo Produtivo Básico realizado por empresas incentivadas pela Lei de Informática; e
- XI - analisar, em conjunto com outros órgãos de governo, projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior

**Ao Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte compete:**

I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos dos setores de indústrias de equipamentos de transporte, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo nacional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

II - apoiar e acompanhar as articulações entre as entidades públicas e privadas com atuação nos setores produtores de biocombustíveis relativos à indústria de equipamentos de transporte;

III - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores de indústrias de equipamentos de transporte;

IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas à indústria de equipamentos de transporte;

V - coordenar e acompanhar os programas do regime automotivo geral e regional; e

VI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores de indústrias de equipamentos de transporte.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior

**Ao Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais compete:**

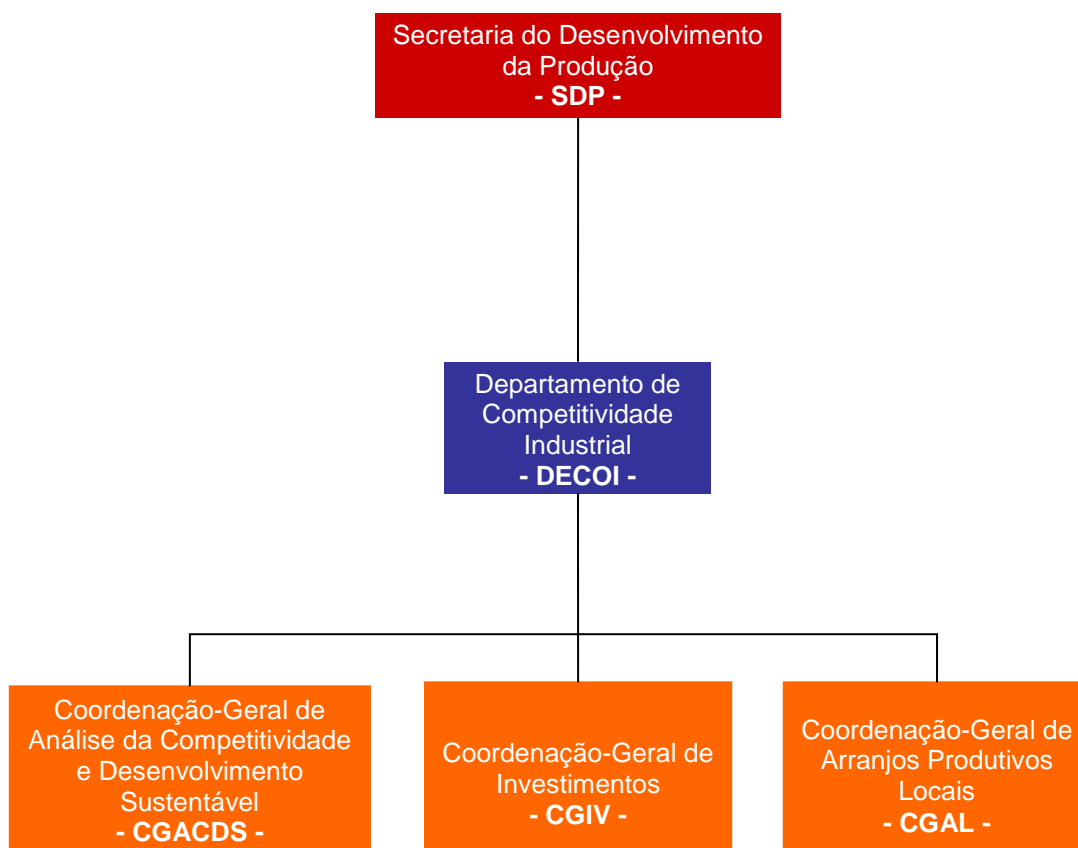
I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, para implementação das propostas direcionadas ao aumento de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;

II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores produtivos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais;

III - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas às indústrias intensivas em mão-de-obra e recursos naturais; e

IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais.

Participa do Macroprocesso: Gestão do Plano Brasil Maior



### **Ao Departamento de Competitividade Industrial compete:**

I - articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e agentes da área governamental, de entidades de classe empresariais, de trabalhadores, de instituições técnicas e tecnológicas, de ensino e pesquisa e de demais setores sociais envolvidos nas questões temáticas voltadas para o aumento da competitividade e produtividade industrial;

II - promover o desenvolvimento da “marca Brasil” nos setores produtivos do País;

III - atuar de forma articulada e coordenada com os demais departamentos da secretaria, para apoiar ações relativas ao fortalecimento das cadeias produtivas e ao desenvolvimento sustentável;

IV - propor ações para o planejamento, coordenação, implementação e avaliação de políticas públicas referentes à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do setor industrial;

V - identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo;

VI - analisar e propor medidas para a superação de entraves dos possíveis investimentos no setor produtivo;

VII - sistematizar e manter dados sobre intenções de investimentos nos setores produtivos, constituindo uma Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI, que possa fornecer ao potencial investidor e aos demais interessados na questão do investimento, informações úteis ao processo de tomada de decisões e à ampliação do conhecimento nesta área;

VIII - dar suporte à implementação de políticas de desenvolvimento nas questões relacionadas a investimentos;



IX - auxiliar os órgãos estaduais de fomento ao investimento no desenvolvimento de suas estruturas de apoio ao investidor;

X - elaborar, propor, programar, coordenar, implementar, apoiar, promover a execução, controlar e acompanhar políticas públicas e as atividades voltadas para o aumento da competitividade das indústrias brasileiras, relacionadas a:

- a) qualidade, produtividade e gestão ambiental;
- b) desenvolvimento de fornecedores e de redes de empresas;
- c) design;
- d) produção mais limpa;
- e) reciclagem de materiais e embalagens;
- f) redução na geração de resíduos e seu respectivo gerenciamento;
- g) ações de ecoeficiência e responsabilidade social nas empresas do setor produtivo;
- h) mudanças climáticas e mercado de carbono;
- i) zoneamento econômico-ecológico;
- j) otimização do uso dos recursos hídricos nos produtos e processos industriais;
- k) desenvolvimento sustentável nos sistemas produtivos;
- l) uso de biomassa como fonte energética pelas indústrias;
- m) iniciativas para reduções de emissões de gases do efeito estufa no setor industrial;
- e
- n) avaliação do ciclo de vida dos produtos industriais;

XI - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com ênfase no setor industrial;

XII - articular com organizações não governamentais, entidades do setor privado ou público, parcerias e ações conjuntas para apoio ao fortalecimento de arranjos produtivos locais;

XIII - sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre arranjos produtivos locais existentes no País, registrando as ações e projetos de apoio desenvolvidos, com informações sobre os resultados alcançados; e

XIV - avaliar o impacto de políticas nacionais ou internacionais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável sobre a competitividade da indústria brasileira, bem como subsidiar tecnicamente a formulação de propostas relativas a negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes ao tema.

**Competência das Unidades** – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

#### **À Coordenação-Geral de Análise da Competitividade e Desenvolvimento Sustentável compete:**

I – estudar e propor ações para reduzir os diferenciais de competitividade do setor produtivo brasileiro em relação aos Países mais desenvolvidos;

II – analisar as questões relacionadas com a integração do sistema produtivo brasileiro nos planos regional interno, regional externo e internacional, bem como apoiar a formulação da política de longo prazo do País, visando à inserção competitiva do sistema produtivo brasileiro na economia internacional;

III – orientar, acompanhar e criticar os estudos sobre cadeias produtivas e setores produtivos realizados, interna ou externamente, em articulação com órgãos com responsabilidade nesta área;

IV – participar na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas aos setores produtivos em sua área de atuação;

V – apoiar as ações da Secretaria nas reuniões preparatórias e grupos de trabalho voltados para o exame de temas relacionados com a preparação ou implementação de acordos internacionais que envolvam os setores produtivos do País;

VI – participar das negociações internacionais referentes aos setores produtivos do País, em sua respectiva área de atuação;

VII – definir a realização e utilização de estudos de caráter conjuntural e estrutural sobre o setor produtivo, realizados isoladamente ou em parcerias com órgãos públicos e privados de estatísticas, de pesquisa econômica aplicada, universidades e organismos internacionais;

VIII – produzir informes sobre a conjuntura econômica do País, centrados no setor produtivo;

IX – manter sistema de informações conjunturais e estruturais sobre o setor produtivo, articulado com sistemas de outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

X – coordenar o planejamento, implementação, avaliação e acompanhamento da execução das ações do Programa Brasileiro do Design;

XI – articular e apoiar projetos relativos a inserção do design com ênfase nos aspectos de agregação de valor aos produtos nacionais;

XII – dar suporte técnico e metodológico às ações, programas e políticas desenvolvidas no âmbito da Secretaria, em suas interfaces com a gestão do design e ambiental; e

XIII – propor e articular ações voltadas para o desenvolvimento ambientalmente sustentável dos setores da indústria.

#### **À Coordenação –Geral de Investimentos compete:**

I – realizar pesquisas e estudos sobre o comportamento dos investimentos no País com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas de atração de investimentos;

II – cooperar tecnicamente e intercambiar informações com as instâncias estaduais e municipais de promoção de investimentos, auxiliando os referidos órgãos no desenvolvimento de suas estruturas de apoio ao investidor;

III – efetuar estudos prospectivos de investimentos;

IV – sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre intenções de investimentos nos setores produtivos, constituindo uma Rede Nacional de Informações – RENAI, que possa fornecer ao potencial investidor e aos demais interessados na questão do investimento informações úteis ao processo de tomada de decisões e à ampliação do conhecimento nesta área;

V – analisar e propor medidas voltadas para a redução de entraves ao investimento produtivo no País;

VI – promover ações de capacitação de agentes intervenientes na facilitação de investimentos;

VII – identificar, divulgar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e a promoção de projetos e oportunidades de investimentos no setor produtivo; e

VIII – dar suporte à implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior nas questões relacionadas a investimentos.

#### **À Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais compete:**

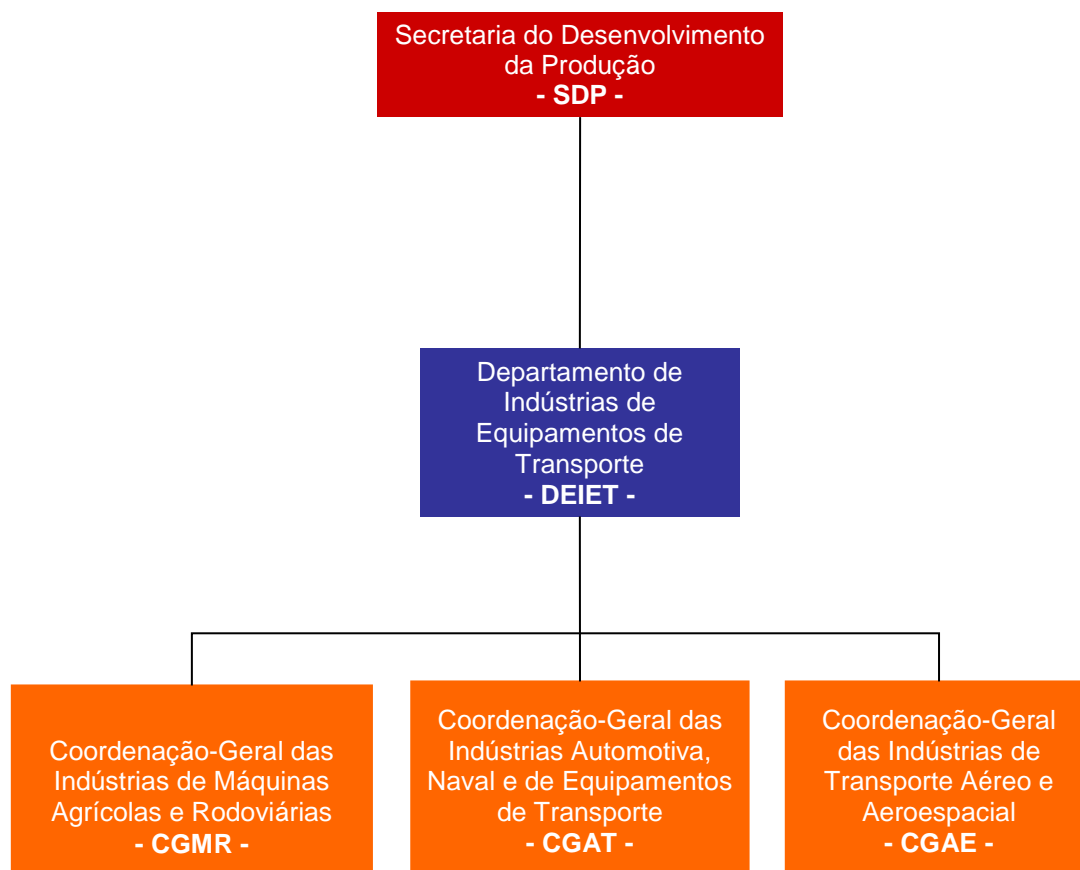
I – propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, com ênfase no setor industrial;

II – articular com organizações não-governamentais, entidades do setor privado ou público, parcerias e ações conjuntas para apoio ao fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais;

III – sistematizar e manter atualizado um banco de dados sobre Arranjos Produtivos Locais existentes no País, registrando as ações e projetos de apoio desenvolvidos, com informações sobre os resultados alcançados;

IV – avaliar e destacar as melhores experiências de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, que possam servir de subsídios para ações similares por parte de outros APL (s); e

V – dar suporte à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior nas questões relacionadas a Arranjos Produtivos Locais.



**Ao Departamento de Indústrias de Equipamentos de Transporte compete:**

I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos dos setores de indústrias de equipamentos de transporte, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo nacional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

II - apoiar e acompanhar as articulações entre as entidades públicas e privadas com atuação nos setores produtores de biocombustíveis relativos à indústria de equipamentos de transporte;

III - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores de indústrias de equipamentos de transporte;

IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas à indústria de equipamentos de transporte;

V - coordenar e acompanhar os programas do regime automotivo geral e regional; e

VI - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores de indústrias de equipamentos de transporte.

**Competência das Unidades** – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

**À Coordenação-Geral das Indústrias Automotiva, Naval e de Equipamentos de Transporte compete:**

I - coordenar os estudos, organizar o registro de reuniões e propor ações para o aumento da competitividade das cadeias produtivas das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte;

II - coordenar a articulação das entidades públicas ou privadas, com atuação nos setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte, para a implementação das propostas necessárias ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento regional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

III - coordenar e apoiar o acompanhamento das negociações internacionais relacionadas com os setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte, especialmente no âmbito do MERCOSUL;

IV - coordenar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte;

V - participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação dos programas do PPA relacionados com os setores das indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte e da política de longo prazo, voltada para a inserção competitiva do setor produtivo brasileiro no mercado mundial; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial nas indústrias automotiva, naval e de equipamentos de transporte.

**À Coordenação-Geral das Indústrias de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias compete:**

I - coordenar os estudos, a organização e o registro de reuniões e implementar ações para o aumento da competitividade das cadeias produtivas das indústrias de máquinas agrícolas e rodoviárias;

II - coordenar a articulação das entidades públicas ou privadas com atuação nos setores de máquinas agrícolas e rodoviárias para a implementação das propostas necessárias ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento regional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

III - coordenar e apoiar o acompanhamento das negociações internacionais relacionadas com os setores de máquinas agrícolas e rodoviárias, especialmente no âmbito do MERCOSUL;

IV - coordenar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores de máquinas agrícolas e rodoviárias;

V - participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação dos programas do PPA, relacionados com os setores de máquinas agrícolas e rodoviárias e da política de longo prazo, voltada para a inserção competitiva do setor produtivo brasileiro no mercado mundial; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado e metas de desempenho setorial, nas indústrias de máquinas agrícolas e rodoviárias.

**À Coordenação-Geral das Indústrias de Transporte Aéreo e Aeroespacial compete:**

I - coordenar os estudos, organizar o registro de reuniões e propor ações para o aumento da competitividade das cadeias produtivas das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial;

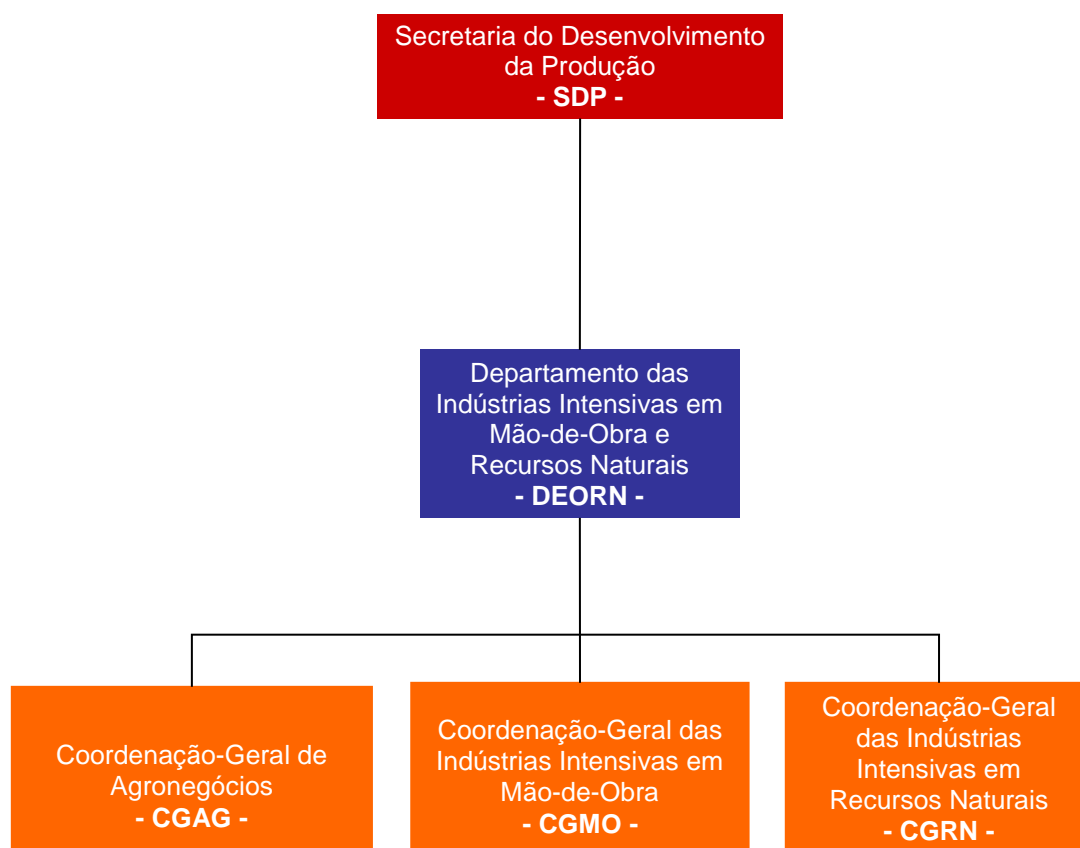
II - coordenar a articulação das entidades públicas ou privadas, com atuação nos setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial, para a implementação das propostas necessárias ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento regional e à diversificação da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

III - coordenar e apoiar o acompanhamento das negociações internacionais relacionadas com os setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial, especialmente no âmbito do MERCOSUL;

IV - coordenar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial;

V - participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação dos programas do PPA relacionados com os setores das indústrias de transporte aéreo e aeroespacial e da política de longo prazo, voltada para a inserção competitiva do setor produtivo brasileiro no mercado mundial;

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial nas indústrias de transporte aéreo e aeroespacial.



**Ao Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais compete:**

I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais, para implementação das propostas direcionadas ao aumento de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;

II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores produtivos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais;

III - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas às indústrias intensivas em mão-de-obra e recursos naturais; e

IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em mão-de-obra e recursos naturais.

**Competência das Unidades** – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

**À Coordenação-Geral de Agronegócios compete:**

I - articular as entidades públicas ou privadas com atuação nos segmentos dos setores relacionados ao agronegócio, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo regional, à melhoria da competitividade e à diversificação e agregação de valor da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

II - coordenar, acompanhar e analisar estudos sobre as cadeias produtivas referentes ao agronegócio;

III - acompanhar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das cadeias produtivas referentes ao agronegócio;

IV - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas do PPA, relacionados aos setores das cadeias produtivas referentes aos agronegócios;

V - apoiar e acompanhar as negociações internacionais, especialmente no âmbito do MERCOSUL, bem como articular ações no País, voltadas à implementação de acordos internacionais, referentes aos setores relacionados ao agronegócio; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial das cadeias produtivas referentes ao agronegócio.

**À Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra compete:**

I - articular as entidades públicas ou privadas com atuação nos segmentos das indústrias intensivas em mão-de-obra, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo regional, à melhoria da competitividade e à diversificação e agregação de valor da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

II - coordenar, acompanhar e analisar estudos sobre as cadeias produtivas das indústrias intensivas em mão-de-obra;

III - acompanhar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias intensivas em mão-de-obra;

IV - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas do PPA, relacionados aos setores das indústrias intensivas em mão-de-obra;

V - apoiar e acompanhar as negociações internacionais, especialmente no âmbito do MERCOSUL, bem como articular ações no País, voltadas à implementação de acordos internacionais, referentes aos setores das indústrias intensivas em mão-de-obra; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial das indústrias intensivas em mão-de-obra.

#### **À Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Recursos Naturais compete:**

I - articular as entidades públicas ou privadas com atuação nos segmentos das indústrias intensivas em recursos naturais, para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento produtivo regional, à melhoria da competitividade e à diversificação e agregação de valor da pauta de exportações do País, no âmbito do Ministério;

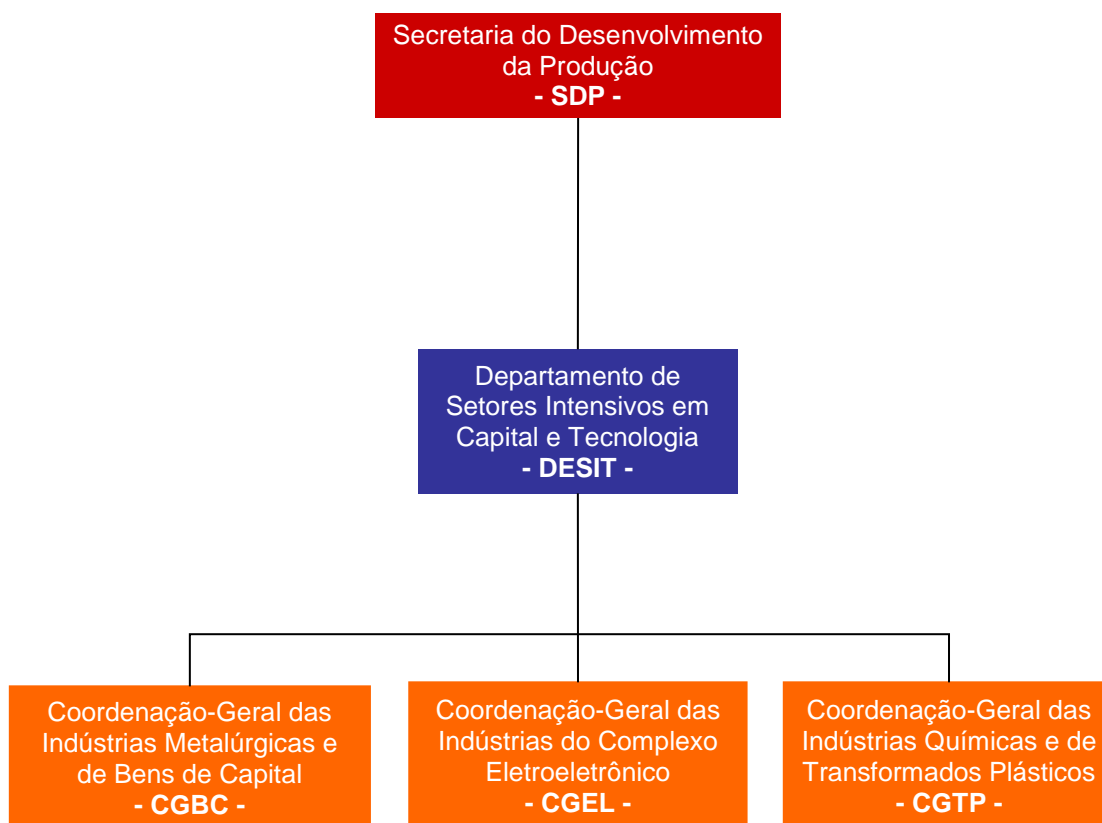
II - coordenar, acompanhar e analisar estudos sobre as cadeias produtivas das indústrias intensivas em recursos naturais;

III - acompanhar e apoiar os trabalhos do PEE, no que diz respeito aos setores das indústrias intensivas em recursos naturais;

IV - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e dos programas do PPA, relacionados aos setores das indústrias intensivas em recursos naturais;

V - apoiar e acompanhar as negociações internacionais, especialmente no âmbito do MERCOSUL, bem como articular ações, no País, voltadas à implementação de acordos internacionais, referentes aos setores das indústrias intensivas em recursos naturais; e

VI - coordenar, implantar e acompanhar os planos de ação, envolvendo compromissos do setor público e privado, e metas de desempenho setorial das indústrias intensivas em recursos naturais.



**Ao Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia compete:**

I - promover articulação entre as entidades públicas e privadas com atuação nos segmentos intensivos em capital e tecnologia para implementação das propostas direcionadas ao aumento do emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento da produção nacional e à diversificação da pauta de exportações do País;

II - propor políticas e ações para a superação dos entraves à produção nos setores intensivos em capital e tecnologia;

III - propor políticas e ações para estimular a substituição competitiva de importações nos setores intensivos em capital e tecnologia;

IV - apoiar e acompanhar as negociações internacionais relacionadas com os setores intensivos em capital e tecnologia;

V - realizar as análises dos pleitos de ex-tarifários, submetê-las ao Comitê de Análise de Ex-tarifários - CAEX e apresentar ao GECEX proposta de concessão da redução tarifária para os produtos analisados;

VI - subsidiar a participação do Ministério na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, com vistas à adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos;

VII - coordenar a fixação ou alteração de Processo Produtivo Básico para bens a serem produzidos com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Lei de Informática;

VIII - apoiar o Ministério na definição e análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa;

IX - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática;



X - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de Processo Produtivo Básico realizado por empresas incentivadas pela Lei de Informática; e

XI - analisar, em conjunto com outros órgãos de governo, projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.

**Competência das Unidades** – Definidas no Regimento Interno - Portaria GM nº 06, de 11/01/2008

**À Coordenação-Geral das Indústrias Metalúrgicas e de Bens de Capital compete:**

I - formular propostas de políticas para o aumento da competitividade das indústrias metalúrgicas e de bens de capital;

II - realizar estudos e diagnósticos para subsidiar as propostas de políticas mencionadas no inciso anterior;

III - articular com outras áreas de Governo e com a iniciativa privada, no sentido de transformar em ações as propostas destinadas ao desenvolvimento da competitividade das indústrias metalúrgicas e de bens de capital; e

IV - contribuir para a melhoria da competitividade das indústrias metalúrgicas e de bens de capital.

**À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Eletroeletrônico compete:**

I - elaborar e manter atualizados os relatórios de acompanhamento e controle referentes aos planos de ação em desenvolvimento; e

II - preparar pareceres técnicos, por demanda de entidades externas ao Ministério, referentes ao setor das indústrias de alta tecnologia.

**À Coordenação-Geral das Indústrias Químicas e de Transformados Plásticos compete:**

I - formular propostas de políticas para o aumento da competitividade das indústrias químicas e de transformados plásticos;

II - realizar estudos e diagnósticos para subsidiar as propostas de políticas mencionadas no inciso anterior;

III - articular com outras áreas de Governo e com a iniciativa privada, no sentido de transformar em ações as propostas destinadas ao desenvolvimento da competitividade das indústrias químicas e de transformados plásticos;

IV - contribuir para a melhoria da competitividade das indústrias químicas e de transformados plásticos, no mercado internacional;

V - coordenar e acompanhar a execução dos programas destinados ao desenvolvimento das indústrias químicas e de transformados plásticos;

VI - subsidiar a análise de alterações tarifárias, de ações *antidumping* relativas às indústrias químicas e de transformados plásticos;

VII - desenvolver estudos técnicos que subsidiem a tomada de decisões, no âmbito do Ministério, pertinentes às indústrias químicas e de transformados plásticos;

VIII - preparar pareceres técnicos, por demanda de entidades externas ao Ministério, referentes ao setor das indústrias químicas e de transformados plásticos; e

IX - analisar projetos de lei relativos às indústrias químicas e de transformados plásticos.

#### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

Esta Unidade Jurisdicionada cumpre um papel central na gestão, execução e monitoramento de um conjunto permanente de instrumentos de política industrial, com concessão de benefícios e estímulos de competitividade diretos ao setor produtivo, dentre eles, o InovarAuto, o Ex-Tarifário e o PPB- Processo Produtivo Básico.

O Regime Automotivo 2013-2017, denominado **Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (InovarAuto)** foi instituído pela Lei nº 12.715/2012 (e regulamentado pelo Decreto nº 7.819/2012), e teve seu início de vigência em 1º de janeiro de 2013, com o objetivo fortalecer a indústria automotiva nacional e criar incentivos à ampliação do conteúdo tecnológico dos veículos produzidos e comercializados no País, com foco especial na melhoria da eficiência energética e na segurança veicular. **A SDP, que é responsável pela habilitação e pela fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas no programa**, habilitou 48 empresas até o momento, sendo, 21 fabricantes já instalados no país, 14 importadores e 13 novos projetos de investimento que podem alcançar R\$ 7,7 bilhões em ativos fixos. O incremento da capacidade instalada de produção é estimado em 525,7 mil veículos podendo gerar mais de 12,5 mil empregos diretos. A renúncia fiscal do Programa em 2013 foi de R\$ 1,5 bilhões.

O regime de Ex-Tarifário consiste na redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de Bens de Capital ou Bens de Informática e Telecomunicação assinalados na Tarifa Externa Comum do Mercosul como BK ou BIT, sem produção nacional. O mecanismo foi criado para viabilizar investimentos em tecnologia e processos de fabricação ainda não disponíveis no mercado nacional, em busca de inovação que aumente a competitividade dos produtos nacionais nos mais diversos setores. Em 2013, o número de concessões de Ex-Tarifário alcançou 2.831, com mais de 50 consultas públicas realizadas e mais de 4.200 pleitos analisados.

O PPB foi definido por meio da Lei n.º 8.387/1991, como o conjunto de etapas fabris mínimas necessárias como contrapartida aos benefícios fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus. Paulatinamente, foi adotado também como contrapartida para os incentivos fiscais concedidos pela Lei de Informática (Lei nº 8.248/91) e posteriormente agregados a sua legislação. Os PPBs são estabelecidos por meio de Portarias Interministeriais, assinadas pelos ministros do MDIC e MCTI.

Para examinar, emitir parecer e propor a fixação, alteração ou suspensão de etapas dos PPBs, foi criado o Grupo Técnico Interministerial (GT-PPB), composto por representantes do MDIC, do MCTI e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Geralmente, a iniciativa de fixação ou alteração de PPB para um produto específico é da empresa fabricante interessada na produção incentivada. A partir do recebimento da proposta o GT/PPB avalia o pleito preconizando o máximo de valor agregado nacional possível e o adensamento da cadeia produtiva.

Em sua atuação direta ligada ao PBM, pode-se dizer que o nível de comprometimento do corpo técnico ao PBM pode ser evidenciado pelo nível de execução das Agendas Estratégicas conduzidas diretamente pela Secretaria. O nível global de execução das Agendas está em 30%, enquanto os sete Conselhos sob a coordenação da SDP apresentam desempenho superior, de 39% (Tabela 1). Vale ressaltar que parte significativa desse esforço de execução é atribuída ao Conselho de Agroindústria, que responde sozinho por 42 das 94 iniciativas já concluídas do total das agendas. Parte substancial do restante das iniciativas está em execução e, no geral, apresentam trajetória de êxito até o final de 2014, prazo final para conclusão de todos os trabalhos do PBM.

Tabela 1 – Setores do PBM

Setores/ Nº medidas	Não Iniciadas	Em Andamento	Concluídas	TOTAL de Medidas
<b>Bloco 01</b>				
Automotivo – SDP coordena	0	28	3	31
Bens de Capital – SDP vice coordena	5	17	5	27
Complexo da Saúde – SDP vice coordena	3	30	1	34
Petróleo, Gás e Naval – SDP coordena	1	12	1	14
TIC, e Complexo Eletrônico	0	15	9	24
Defesa, Aeronáutico e Espacial	6	17	9	32
<b>Bloco 02</b>				
Celulose e Papel – SDP vice coordena	2	4	0	6
Energias Renováveis – SDP vice coordena	0	9	5	14
HPPC – SDP vice coordena	0	1	1	2
Indústria da Mineração	0	8	1	9
Indústria Química – SDP vice coordena	0	4	1	5
Metalurgia – SDP coordena	0	3	0	3
<b>Bloco 03</b>				
Construção Civil – SDP coordena	0	5	0	5
Moda (Couro, Calçado) – SDP coordena	0	7	1	8
Móveis – SDP coordena	2	5	2	9
<b>Bloco 04</b>				
Agroindústria – SDP coordena	5	19	42	66
<b>Bloco 05</b>				
Serviços	2	4	5	11
Comércio	2	2	2	8
Serviços Logísticos	2	4	4	10
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>194</b>	<b>94</b>	<b>318</b>
<b>PORCENTAGEM</b>	<b>9%</b>	<b>61%</b>	<b>30%</b>	

Fonte: SAPI

## 1.5 Macroprocessos de Apoio

Planejamento e desenvolvimento institucional marcaram a atuação da Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP) em 2013. Toda a Secretaria foi mobilizada num esforço intenso e organizado de reflexão e priorização de atividades e projetos. A definição do Mapa Estratégico da SDP e de seus objetivos estratégicos ocorreram ainda no início do ano. Os desdobramentos do Mapa se deram ao longo de todo o ano e seguiram as diretrizes traçadas pela Secretaria Executiva (SE) na condução do Planejamento Estratégico do MDIC, iniciado ainda no segundo semestre de 2012.

O Mapa Estratégico da SDP foi pactuado com 16 Objetivos Estratégicos. Com apoio da SE, a SDP avançou na construção de metas, indicadores e iniciativas ligadas aos Objetivos Estratégicos. Ao todo, são 117 iniciativas, das quais 58 são de caráter finalístico e demonstram o esforço da Secretaria em gerar políticas públicas de impacto para o setor produtivo.

O comprometimento da SDP com o avanço institucional do MDIC pode ser visto pelo número de iniciativas do Mapa Estratégico da Secretaria que foram elencadas como prioritárias no Mapa do Ministério. Das 84 iniciativas que compõem o Mapa do MDIC, 25 são de responsabilidade da SDP, sendo que 24 delas finalísticas. Além disso, a SE escolheu as iniciativas da SDP para iniciar os testes do Sistema de Monitoramento e Avaliação pelo seu grau de maturidade conceitual.

Paralelo ao esforço de planejar e elencar prioridades, a SDP foi pioneira nas ações de mapeamento de processos do MDIC, atividade conduzida pela SE em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 2013, os processos operacionais de fixação e alteração de Processo Produtivo Básico (PPB) e concessão de Ex-Tarifário – dois processos críticos de concessão de benefícios do MDIC conduzidos pela SDP – foram mapeados, e sugestões de melhorias foram validadas com as equipes técnicas. Estão em fase de mapeamento e sugestão de otimização quatro processos importantes: gestão do banco de dados de anúncios de investimentos; gestão do InovarAuto; elaboração das regras de origem para a política de margem de preferência em compras públicas; análise de pedidos de alteração tarifária temporária. Está previsto para ser iniciado já no início de 2014 o mapeamento de mais quatro importantes processos da Secretaria: gestão de convênios de barracões industriais; coordenação da comissão técnica do Plano Indústria; habilitação provisória do PPB; e coordenação do Grupo de Trabalho Permanente de APLs (GTP-APL).

A produção técnica da Secretaria atingiu, em 2013, mais de 3.600 documentos, entre notas técnicas, notas informativas, ofícios e memorandos. Seja na condução de seus próprios instrumentos, seja na atuação em diversos fóruns e instâncias de governança de políticas públicas, a produção técnica da SDP embasou e subsidiou a edição de diversos Decretos, Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Resoluções CAMEX e Portarias ministeriais e interministeriais.

## **1.6 Principais Parceiros**

Os parceiros para a execução dos macroprocessos foram: MCTI, Ministério da Fazenda, SUFRAMA, Apex-Brasil, BNDES, CNI, MME, Petrobras, MMA, MinC, MI, INMETRO, INPI, FINEP, MD-EB, UNIFEI, UFRGS, IPEA, IBICT, ANP, SEBRAE, Nuclep e ABDI. Na iniciativa privada, todos os grandes players do país fazem parte dos Conselhos de Competitividade e, portanto, são parceiros no que tange ao Plano Brasil Maior.

## **SEÇÃO 2 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

Os projetos e as atividades ligadas à formulação e execução de políticas públicas na SDP estão pautados pelo objetivo fundamental de aumentar a competitividade do setor produtivo. Grande parte das 58 iniciativas finalísticas do Mapa Estratégico da SDP estão refletidas nas Agendas do PBM. Outra parte não é ligada diretamente ao PBM, mas ainda assim é relevante e compõe o conjunto de políticas públicas voltadas para o setor produtivo. Cinco são os eixos temáticos nos quais se desenvolvem as ações da SDP, de forma que esse conjunto de ações descritas nas próximas seções inclui diretamente e indiretamente as Agendas do PBM.

- Desenvolvimento produtivo e investimentos
- Fortalecimento de cadeias produtivas
- Inovação e agregação de valor
- Desenvolvimento de fornecedores e cadeias produtivas
- Integração Produtiva e negociações internacionais

#### **Eixo Temático 1: Desenvolvimento produtivo e investimentos**

Nesse eixo, a SDP atua em discussões técnicas sobre a execução das medidas de apoio ao setor produtivo. Essa atuação está calcada no apoio ao Governo na tomada de decisões sobre a solução de gargalos legais e infralegais que promovam a competitividade do país. No estímulo à ampliação de investimentos produtivos, a Secretaria ainda promove conceitos de sustentabilidade ambiental, eficiência energética, energias renováveis e reciclagem de materiais, preconizando mudanças conceituais na concepção do desenvolvimento produtivo.

#### **Eixo Temático 2: Fortalecimento de cadeias produtivas**

As políticas de fortalecimento de cadeias produtivas, atualmente, são geridas de forma descentralizada em diversas instituições. Bancos públicos, autarquias e ministérios definem requisitos e obrigações de aquisição e fornecimento de bens e serviços nacionais em setores regulados e projetos críticos do governo, sob os mais variados critérios. Além disso, regimes tributários e incentivos fiscais também elaboram suas próprias diretrizes de contrapartida com o setor privado e novos conceitos de conteúdo local são desenhados e aplicados.

Do ponto de vista da ação governamental em sua função precípua de formulação, execução e avaliação de política pública, o conteúdo local hoje gera uma descentralização

decisória que impõe uma alta exigência de coordenação. Seja na condução de instrumentos próprios ou na articulação e na condução compartilhada de instrumentos, a atuação da SDP é central na avaliação de possibilidades de adoção de ações dessa natureza em setores estratégicos, e nas melhorias, inovações e harmonização metodológica para as regras de conteúdo local já em funcionamento.

A SDP possui assento permanente na Comissão Interministerial de Compras Públicas – CICP, responsável por deliberar sobre a aplicação de margem de preferências para produtos nacionais, de acordo com a Lei nº 12.349/2011 e o Decreto nº 7.546/2011. Conforme o normativo legal citado, esta Secretaria é responsável pela edição das regras de origem que atestam a fabricação nacional.

### **Eixo Temático 3: Inovação e agregação de valor**

O PBM é uma política pública assentada na inovação. Por ser uma política de governo, dialoga com outras políticas públicas e cria um espaço de interação entre vários órgãos. A SDP atua em rede promovendo a integração de suas ações com políticas de inovação, ciência & tecnologia, e educação. Apesar de não ser a Secretaria protagonista nesses assuntos, a SDP se preocupa em direcionar o debate em torno de tecnologias críticas, estimular a atração de centros de P&D para o Brasil e fortalecer o acúmulo de conhecimento sobre marcas, patentes e design no Sistema MDIC.

### **Eixo Temático 4: Desenvolvimento de fornecedores e cadeias produtivas**

A atuação da SDP está cada vez mais voltada para subsidiar a elaboração de políticas públicas de adensamento produtivo e desenvolvimento de fornecedores em setores estratégicos e, também, têm concedido suporte técnico e político para transferências tecnológicas e programas de offset. No apoio a cadeias produtivas, além dos setores estratégicos, a SDP contribui para o desenvolvimento da política de Arranjos Produtivos Locais (APL) com foco em setores mais tradicionais em uma abordagem de desenvolvimento regional.

### **Eixo Temático 5: Integração produtiva e negociações internacionais**

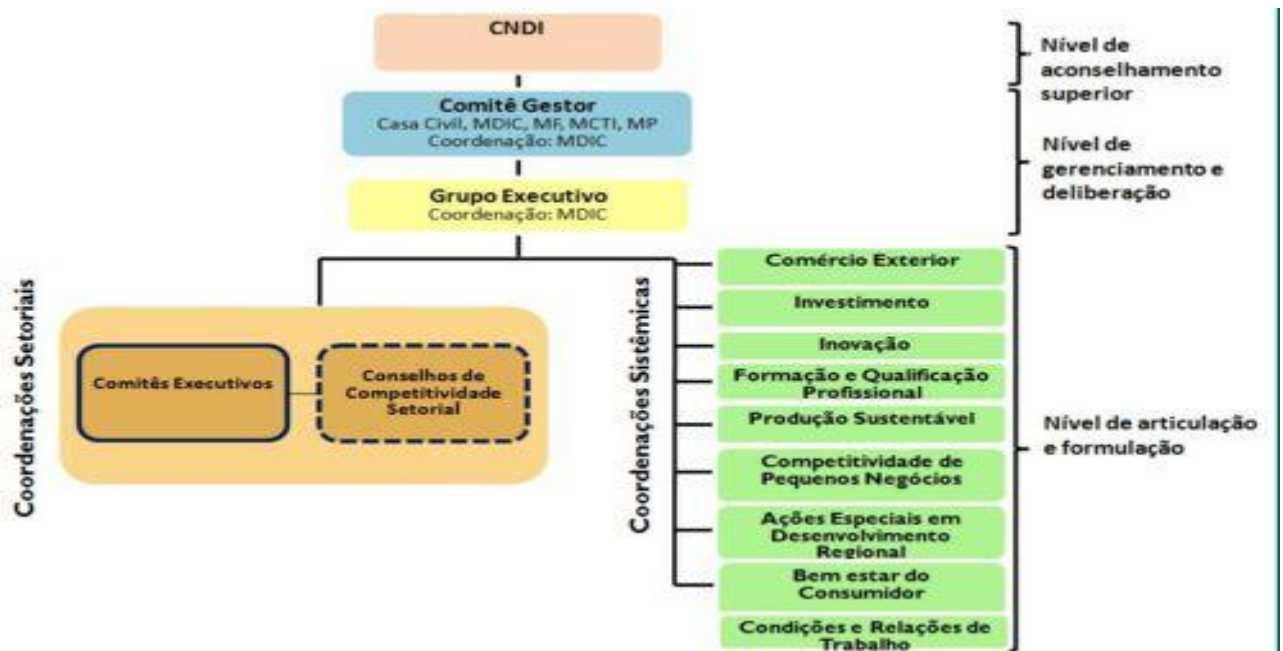
A SDP subsidia tecnicamente a construção de agendas de integração produtiva e apoio ao MDIC em negociações internacionais, sejam elas de escopo setorial ou de caráter mais geral, como as que envolvem o Mercosul e as recentes tratativas com a União Europeia.

No caso do Mercosul, a SDP é responsável pela parte brasileira no Subgrupo de Trabalho nº 7, cujo foco é a melhoria da competitividade do setor industrial do Bloco, com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas da sub-região.

## Instâncias de Governança do PBM

Do ponto de vista operacional, o Brasil Maior estrutura suas instâncias em três níveis:

- 1) articulação e formulação;
- 2) gerenciamento e deliberação; e
- 3) aconselhamento superior.



## Estrutura do PBM

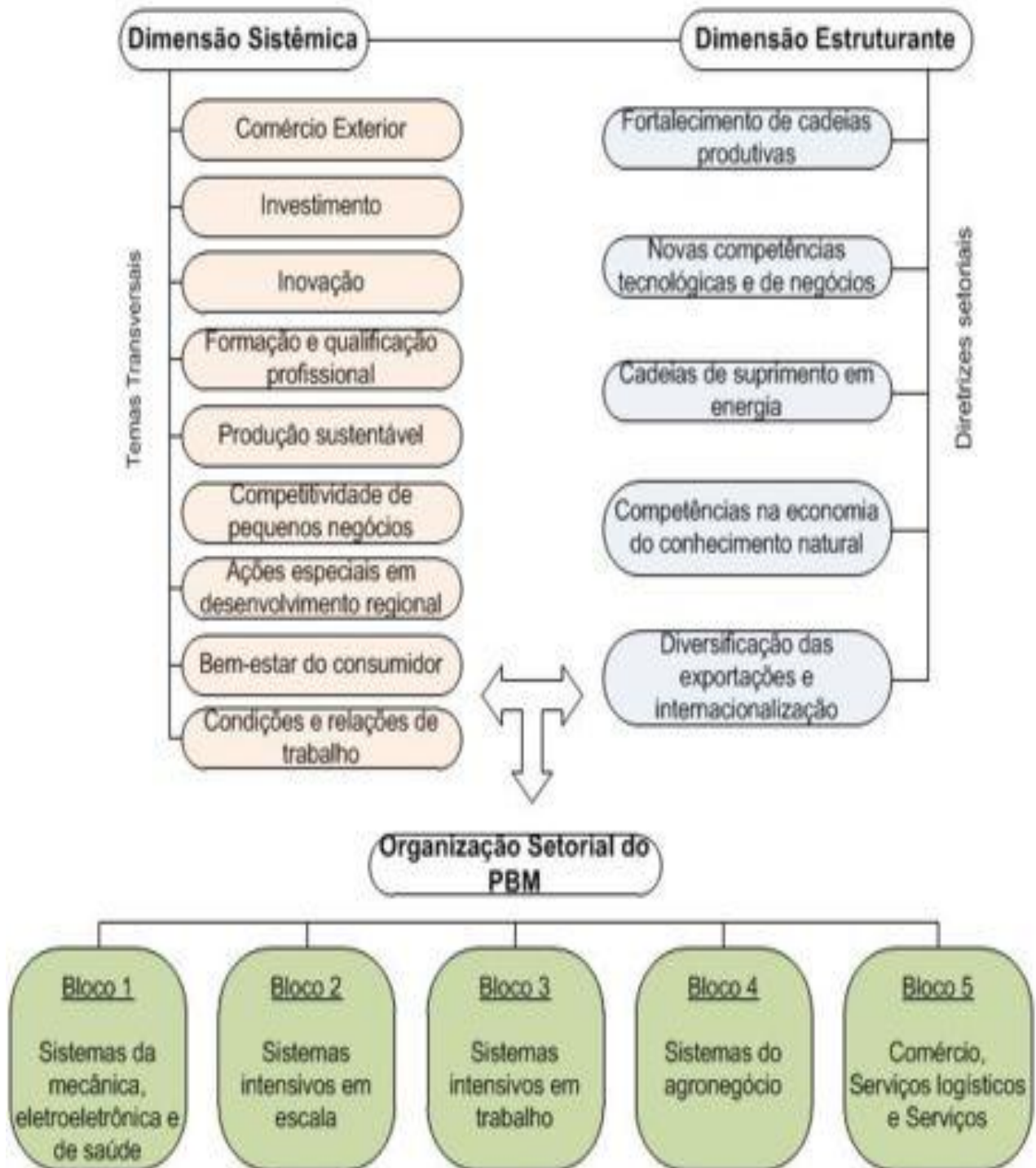




Tabela 2 - Indicadores PPA

Programa								
2055 - Desenvolvimento Produtivo								
IndicadorDescricao	Unidade Medida	Valor Referencia	Data Apuracao	Fonte	Formula	Valor Apurado	Data de Apuracao	Observação
1 - Dispêndio empresariais (privados e Públicos) em P&D em relação ao PIB	%	0,59	31/12/2010	MCT e IBGE	Dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento (privados e estatais)/PIB	0,59	31/12/2011	Dados divulgados pela Pesquisa de Inovação - Pintec/IBGE
2 - Idade média da frota - apoio marítimo	ano	14,67	31/12/2010	Antaq	Metodologia desenvolvida pelo responsável.	12,0	31/12/2013	Dado obtido na Tabela 1.15, do Anuário Estatístico 2013, da Antaq.
3 - Idade média da frota - apoio portuário	ano	22,49	31/12/2010	Antaq	Metodologia desenvolvida pelo responsável.	18,0	31/12/2013	Dados obtidos na Tabela 1.13 do Anuário Estatístico Aquaviário 2013, da Antaq. O valor de referência foi preenchido errado, o valor correto em 2010 é de 20,7
4 - Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	18,32	31/12/2010	Antaq	Metodologia desenvolvida pelo responsável.	15,0	31/12/2013	Dado obtido na Tabela 1.11 do Anuário Estatístico Aquaviário 2013, da Antaq.
5 - Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	16	31/12/2010	Antaq	Metodologia desenvolvida pelo responsável.	16,0	31/12/2013	Dado obtido na Tabela 1.2.2 do Anuário Estatístico Aquaviário 2013, da Antaq
6 - Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria)	tep/R\$ milhão	150,7	31/12/2010	Empresa de Pesquisa Energética (EPE) / MME	Consumo de energia por unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo - tep por unidade de PIB industrial).	91,8	31/12/2012	O valor de referência foi preenchido errado, o valor correto em 2010 é 94,5

7 - Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	45,3	31/12/2009	Pesquisa Anual do IBGE	Valor da transformação industrial dividido pelo valor bruto da produção industrial	44,0	31/12/2011	Dados obtidos na Pesquisa Industrial Anual do IBGE. O valor de referência foi preenchido errado e o valor correto em 2009 era de 43,4%.
8 - Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	30,1	31/12/2009	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia/VTI total da indústria.	31,7	31/12/2011	Dado obtido na Pesquisa Industrial Anual do IBGE.
10 - Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	18,4	01/12/2010	IBGE	Formação Bruta de Capita Fixo /PIB	18,4	28/12/2013	Dado obtido no site do IBGE.

Fonte: IBGE/ANTAQ

## 2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

### 2.2.1. – Programa Temático

#### QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2055				
Título	Desenvolvimento Produtivo				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	25.671.072.239	7.929.941.438	5.813.729.127	11.927.401.674	
Orçamento de Investimentos - OI	22.684.191.175	3.497.266.762	4.823.339.452	14.363.584.961	
Outras Fontes	51.718.736.600	12.589.683.800	12.605.168.000	26.523.884.800	
Total	100.074.000.014	24.016.892.000	23.242.236.579	52.814.871.435	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
4.899.544.908,54	4.555.515.891,03	4.514.456.207,18	41.059.684,75	344.029.016,61	3.876.950.613,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	416.973.780,25	274.257.938,68	270.478.333,94	-7.138.492,67	139.356.953,64
Processados	41.784.281,51		32.858.693,99	-740.401,26	8.166.061,25
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	791.249.037,00	Dotação OI	4.530.657.000,00	Outras Fontes	11.278.555.200,00

Fonte: SIOP

Nota: Os valores são agregados e foram extraídos do SIOP, em consulta ao site [www.siop.planejamento.gov.br](http://www.siop.planejamento.gov.br).

Nota do SIOP: Esses valores são relativos à dotação dos objetivos sob a responsabilidade do órgão em questão, independente dos objetivos possuírem ações de outros órgãos.

### **2.2.1.1 Análise Situacional**

A análise situacional está detalhada no item 2.2.3.5, abrangendo tão somente a execução físico-financeira das ações orçamentárias de responsabilidade desta UJ, especificadas e detalhadas nos quadros A.2.2.3.1.

## 2.2.2- Objetivos

Programa Temático – Desenvolvimento Produtivo - código 2055

Tabela 3 - Objetivo

<b>OBJETIVO</b>	<b>0847-</b> Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes
<b>INICIATIVA(S)</b>	<p>03GT - Aprimoramento do Processo Produtivo Básico como instrumento de política industrial;</p> <p>03GU - Implantação de Sistema de Monitoramento da Política Industrial;</p> <p>03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática;</p> <p>03IR - Apoio ao acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais e a mercados diferenciados, para empreendimentos organizados em APLs;</p> <p>03IS - Apoio ao desenvolvimento de médias empresas nos APLs;</p> <p>03IT - Desenvolvimento de redes de empresas, consórcios, e cooperativas de produção, promoção, crédito e/ou comercialização nos APLs;</p> <p>03IU - Extensionismo industrial e empresarial em APLs; 03IV - Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs;</p> <p>03IY - Implantação de projetos integrados em redes de APLs setoriais;</p> <p>04DH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas;</p> <p>04F6 - Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e das Cadeias Produtivas.</p>
<b>META(S)</b>	<p>Meta1: Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país;</p> <p>Meta 2: Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs;</p> <p>Meta 3: Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB).</p>
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<p>A implementação deste Objetivo se apoia nas iniciativas a ele associadas, dentre as quais destacamos: 03GT Aprimoramento do Processo Produtivo Básico (PPB) como instrumento de política industrial, cuja execução encontra-se em fase adiantada de execução, inclusive com alcance parcial de suas metas. No segundo semestre de 2013 encerramos o trabalho de redesenho de processos.</p> <p>A implantação do Sistema de Monitoramento da Política Industrial (03GU) está inteiramente disponível no Site do Plano Brasil Maior (PBM) e a gestão é feita pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), sendo que o acesso à base de dados do Sistema é restrito. Ademais, as informações da política estão publicadas no site do Plano Brasil Maior, no link: <a href="http://www.brasilmaior.mdic.gov.br">http://www.brasilmaior.mdic.gov.br</a>.</p> <p>A Iniciativa 03GV- Fiscalização do Processo Produtivo Básico é uma atividade de rotina, e vem ocorrendo de acordo com o cronograma de execução. O resultado apurado em 2013 foi de 33 fiscalizações, superior à meta prevista de 30. Além disso, foram realizadas 7 visitas prévias, parte do processo de habilitação provisória.</p> <p>O Extensionismo Industrial e Empresarial (03IU) é mais uma iniciativa articulada com as Agendas Estratégicas Setoriais do PBM, servindo de instrumento de alavancagem da indústria, na medida em que promove competitividade industrial, agregação de valor e o adensamento da cadeia, que são pressupostos da própria política industrial. Por meio dessa Iniciativa, a atuação da SDP se volta basicamente para o desenvolvimento e capacitação de fornecedores e, até o momento, foram priorizados os setores automotivo, de petróleo, de gás e naval, que têm como objetivo o desenvolvimento de relacionamentos cooperativos, mutuamente atrativos, entre Grandes Empresas e fornecedores de sua cadeia de valor, com a finalidade de adequar aos requisitos necessários para facilitar a realização de negócios entre elas, melhorando a competitividade de cerca de 300 empresas envolvidas e das Cadeias Produtivas como um todo.</p> <p>No que se refere à Iniciativa 03IV- Fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em APLs, sua implementação dá-se por meio de projetos de emendas parlamentares, sendo que no ano foram firmados 23 convênios, apoiando 23 projetos, no valor global de R\$ 7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil reais para liberação em 2014.</p> <p>Quanto às Iniciativas 03IR, 03IS, 03IT e 03IY, algumas ações estão em curso, a exemplo da celebração do Memorando de Entendimento, firmado entre o MDIC e a Comissão Europeia, com objetivo de promover a inovação e o desenvolvimento de modernas políticas de</p>

	<p>clusters. Com isso, foi estabelecido o diálogo sobre políticas para Clusters, Inovação, Competitividade e PMEs, por meio da criação de agenda bilateral no Programa Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia entre o MDIC e a DG Enterprise (um departamento da União Europeia).</p> <p>Como desdobramento do Memorando, foi selecionado o Projeto BioXCluster, do setor de Biotecnologia, para ser estruturado ainda em 2013. Nesse sentido, as Secretarias de Desenvolvimento da Produção (SDP) e de Inovação (SI), do MDIC, realizaram o Encontro Brasil União Europeia em Clusters de Biotecnologia, com atividades voltadas à cooperação entre arranjos produtivos locais (clusters) brasileiros e europeus na área de biotecnologia, durante a feira internacional BioPartnering Latin America 2013, de 10 a 12 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro. Participaram do Encontro representantes de 4 APLs de Biotecnologia brasileiros e 8 clusters europeus. A iniciativa foi um desdobramento do Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2011, pela Comissão Europeia, e pelo MDIC.</p> <p>Entre as razões para a internacionalização dos clusters, destacam-se: facilitar o acesso aos mercados externos; acessar tecnologias e know-how não disponíveis dentro do próprio Arranjo Produtivo Local - APL; e trocar informações e experiências em nível internacional. Ressalte-se que as ligações entre os clusters tenderão a ocorrer naturalmente se os ganhos de eficiência que elas promoverem puderem ser adequadamente apropriados pelas firmas.</p> <p>Ademais, essas Iniciativas se beneficiam com a contribuição dada pelo Observatório de APLS, desenvolvido por deliberação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, sob a coordenação do MDIC, com a finalidade de monitorar e qualificar as políticas públicas para APLs no território nacional.</p> <p>Ainda não se concretizaram as ações relacionadas à Iniciativa 04F6 - Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e das Cadeias Produtivas, porém estão sendo construídas parcerias com a ABDI e o Ministério da Cultura, visando atuação no Fortalecimento dos APLs e Cadeias Produtivas</p>
--	--

Fonte: SIOP

<b>OBJETIVO</b>	<b>0848-</b> Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria, por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.
<b>INICIATIVAS</b>	03H2 - Disseminação de informações de suporte à realização de investimentos fixos - (Observatório do Investimento); 03H4 - Revisão e aperfeiçoamento dos regimes especiais de tributação; 048K - Implantação do Sistema Nacional de Oportunidades de Investimentos.
<b>META(S)</b>	Meta 1: Criar o Portal do Observatório do Investimento
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<p>No âmbito do Plano Brasil Maior houve continuidade dos estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, por meio de medidas com grande capacidade de arrasto e maior impacto para o crescimento do conjunto da indústria. No conjunto de medidas, destacam-se: (i) Redução dos Custos do Trabalho e do Capital; (ii) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas; (iii) Apoio ao desenvolvimento produtivo e à competitividade conexas ao Plano Brasil Maior; e (iv) Ações estruturantes favoráveis à competitividade da indústria. Entre as medidas de Redução dos Custos do Trabalho e Capital, estão:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desoneração da folha de pagamento, abrangendo 56 setores com renúncia fiscal de mais de R\$ 8 bilhões em 2013;</li> <li>2. Desoneração dos investimentos - consiste na completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento, com impactos nos níveis agregados de atividade, emprego, investimento e exportação da economia brasileira em 2013, de 0,25%, 0,35%, 1,46% e 0,14%, respectivamente;</li> <li>3. Crédito para investimento e inovação (BNDES), com desembolsos de mais de R\$ 315 bilhões de janeiro de 2011 a julho de 2013 para agropecuária, indústria, comércio e serviços no Programa de Sustentação do Investimento, que reduziu drasticamente as taxas de juros cobradas nos empréstimos;</li> <li>4. O Inova Empresa é um plano de investimento em inovação lançado em março de 2013, que prevê apoio a empresas, por meio de subvenção, crédito, financiamento não reembolsável e participação em capital da ordem de R\$ 32,9 bilhões até 2014, dos quais R\$ 23,5 bilhões em projetos nas áreas definidas como estratégicas (Energias Renováveis, Petróleo e Gás, Saúde, Defesa e Aeroespacial, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Agroindústria e Sustentabilidade Socioambiental). Em 2013, os editais lançados somam R\$ 22,5 bilhões, com propostas de 2.667 empresas e 223 instituições de Ciência e Tecnologia (C&amp;T);</li> <li>5. Elevação do número de empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, que alcançou 8,2 milhões de empresas, das quais 44% são Microempreendedores Individuais (MEI);</li> <li>6. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os setores industriais foram da ordem de R\$ 31,4 bilhões em 2013, cabendo destaque para: o Complexo Sucro-alcooleiro e a produção de biocombustíveis (R\$ 3,1 bilhões); o Setor de Telecomunicações e o Complexo Eletrônico (R\$ 3,0 bilhões); o Setor de Produtos Químicos e Farmacêuticos (R\$ 2,4 bilhões); e o Setor de Petróleo e Gás e a cadeia produtiva associada ao setor (R\$ 6,2 bilhões). As operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos por meio dos produtos BNDES-FINAME atingiram R\$ 70,5 bilhões;</li> <li>7. No âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) em 2013, foram desembolsados R\$ 82,1 bilhões. Nas linhas de bens de capital de PSI foram desembolsados R\$ 72,8 bilhões, sendo R\$ 32,7 bilhões em ônibus e caminhões; R\$ 12,3 bilhões em equipamentos agrícolas; R\$ 7,7 bilhões em financiamento a produção de produtos para exportação; e R\$ 1,7 bilhão nas linhas de inovação e Proengenharia; e 8. No ano, houve melhoria nas condições de financiamento do programa para renovação e plantio de novos canaviais, com taxas de juros de 5,5% ao ano, e mais de R\$ 2 bilhões em recursos do BNDES e da poupança rural para estocagem de etanol.</li> </ol> <p>No que se refere às medidas de Estímulo ao desenvolvimento das cadeias produtivas, tem-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Regimes tributários especiais, com especial destaque para o Programa Inovar-Auto, que até o presente momento habilitou 48 empresas, sendo 21 fabricantes, 14 importadores e 13 novos projetos de investimento, com previsão de investimentos em</li> </ol>

	<p>ativos fixos de R\$ 7,7 bilhões e de incremento da capacidade instalada de produção no montante de 525,7 mil veículos, gerando mais de 12,5 mil empregos diretos. Além de exigir níveis mínimos de investimentos em P&amp;D, o Programa define metas de eficiência energética dos veículos para o período 2013-2017. A renúncia fiscal do Programa em 2013 foi de R\$ 1,5 bilhão;</p> <p>2. Os programas setoriais do BNDES focados em inovação de desenvolvimento tecnológico de cadeias intensivas em conhecimento foram aprimorados, com revisão de regras de acesso e garantias, e receberam expansão de recursos. Para o período 2013-2017, os programas BNDES Profarma e BNDES Prosoft receberam aporte de R\$ 5 bilhões cada um, e o BNDES Proplástico recebeu aporte de R\$ 1,3 bilhão. O BNDES P&amp;G recebeu aporte de R\$ 4 bilhões até 2015, apenas para o período 2013-2015;</p> <p>3. A renúncia fiscal associada a todos os regimes tributários especiais foi de R\$ 19,8 bilhões em 2013. O Regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados à atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (REPETRO), que permite a importação de equipamentos específicos para serem utilizados diretamente em pesquisa e exploração de petróleo e gás natural, respondeu por 60% desse montante, seguidos pelo Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REID) e pelo Inovar Auto, ambos com R\$ 1,5 bilhão cada. No âmbito das medidas de Defesa Comercial, destaque para:</p> <p>1. Concessão de 2.831 Ex-Tarifários em 2013, que geraram importações de bens de capital e bens de informática e tecnologia sem similar nacional na ordem de US\$ 17,5 bilhões, comparado a US\$ 6,9 bilhões de 2012. O volume de investimentos realizados no País para receber e instalar essas máquinas foi de R\$ 40,5 bilhões;</p> <p>2. Aumento no número de pedidos de ressarcimento tributário no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que, até novembro de 2013, chegou a mais de 8,2 mil, com mais de R\$ 4 bilhões em créditos tributários compensados e pouco mais de R\$ 1 bilhão em créditos tributários pagos;</p> <p>3. Antidumping: publicação do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, que aumenta a celeridade e a transparência dos processos;</p> <p>4. Desembolsos do BNDES em programas de apoio à exportação, que alcançaram R\$ 15,1 bilhões em 2013, sendo R\$ 9,7 bilhões na modalidade préembarque e R\$ 5,5 bilhões na modalidade pós-embarque; e</p> <p>5. Aprovação de recursos do Proex para 2013 na ordem de R\$ 2,5 bilhões, alavancando mais de US\$ 6,2 bilhões em exportações no ano.</p>
--	---

Fonte: SIOP



<b>OBJETIVO</b>	<b>0854-</b> Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.
<b>INICIATIVAS</b>	03HU - Implantação de Melhorias no processo de concessão de ex-tarifário SDP; 03HV - Aprimoramento dos mecanismos e programas de modernização para indústria de máquinas, equipamentos e serviços para bioenergia; 03HW - Desenvolvimento da engenharia nacional para projetar equipamentos pesados para a indústria nuclear; 03HY - Fabricação de de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia; 03HZ - Fomento à ampliação da participação da indústria nacional de bens de capital no investimento fixo; 03I1 - MModernização e adequação da infraestrutura da Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro; 03I2 - Prospecção de novas rotas tecnológicas estratégicas - Agenda Tecnológica Setorial/SDP; 048M - Financiamento a aquisição de máquinas e equipamentos; 04C4 - Incentivos para Geração de Energia Solar Fotovoltaica
<b>META(S)</b>	Meta1: Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia/Nuclep; Meta2: Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários/SDP; Meta3: Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)-Nuclep; Meta4: Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia/Nuclep;
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<p>O alcance desse objetivo tem-se apoiado nas iniciativas que, em sua maioria, estão sob a responsabilidade da NUCLEP (Equipamentos Pesados S.A.). Os investimentos feitos demonstram que estão concluídas ou em andamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de Cascos Resistentes de Submarinos para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil – 152 toneladas de aço processadas no período. Obra em andamento.</li> <li>- Fornecimento de equipamentos para a Usina Nuclear de Angra 3 (acumuladores, condensadores, embutidos e suportes especiais embutidos). Obra em andamento.</li> <li>- Fornecimento de 20 corpos de prova para a COPPE/UFRJ, para realização de ensaio de fadiga com objetivo de verificar a garantia da resistência ao carregamento cíclico imposto ao material durante a vida do submarino. Obra finalizada. Principais obras concluídas no 2º semestre de 2013: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fabricação e edificação de estruturas metálicas e montagem de 2 (dois) módulos (900 ton.) da Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO, da sigla em inglês), cidade de Ilha Bela.</li> <li>- Fabricação e edificação de estruturas metálicas e montagem de 10 (dez) módulos (1.402 ton.) da Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO), cidade de Mangaratiba.</li> <li>- Fornecimento de 1 (um) Vaso de Pressão TAG V-2400009 (174 ton.) para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).</li> <li>- Calandragem de chapas e virolas, tratamento térmico, jateamento, pintura e teste hidrostático em 1 (um) VASO KNOCK OUT DRUM.</li> <li>- Tratamento térmico, jateamento e pintura de 1 (um) vaso separador TAG V-T6201 para a plataforma Ilha Bela.</li> </ul> </li> </ul> <p>Principais obras em andamento no 2º semestre de 2013:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de Cascos Resistentes de Submarinos para o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) da Marinha do Brasil.</li> <li>- Fornecimento de importantes equipamentos para a Usina Nuclear de Angra 3 (acumuladores, condensadores, embutidos e suportes especiais embutidos).</li> <li>- Fornecimento de Cilindros 30B e 48Y (03 ton.) para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB).</li> <li>- Fornecimento de 4 (quatro) cilindros 30B (2,6 ton.) e Vasos de Pressão VP1, VP2 e DZ1 (46 ton.) para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).</li> </ul> <p>Fornecimento de 36 (trinta e seis) Bocas de Sino Multifuncionais (BSMF) (540 ton.) para a Petrobras.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de 1 (um) Vaso de Pressão do Reator e 02 (dois) Geradores de Vapor (66 ton.), para propulsão do Submarino Nuclear SNBR, para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fornecimento de 1 (um) Vaso de Pressão (305 ton.) para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).</li><li>- Fornecimento de 1 (um) Módulo da Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (FPSO), Cidade de Ilha Bela.</li></ul> <p>Além desses investimentos, a implementação de melhorias no processo de concessão de ex-tarifário está relacionada com a implantação do sistema integrado informatizado de concessão, devendo estar disponibilizado para o público, numa primeira versão, em março de 2014. Estão previstas melhorias e acréscimo de funcionalidades em outras etapas/versão.</p> <p>Demais ações mencionadas dependem de priorização e previsão orçamentária e serão implementadas durante a vigência do PPA</p>
--	--

Fonte: SIOP

<b>OBJETIVO</b>	<b>0856-</b> Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.
<b>INICIATIVAS</b>	03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina; 03ID - Apoio a desenvolvimentos em química verde, nanotecnologia e biotecnologia e novos produtos feitos a partir de fontes renováveis; 03II - Estímulo à ampliação da oferta de produtos químicos, petroquímicos e fertilizantes, bem como de seus intermediários e matérias primas, inclusive por meio de incentivos fiscais para desoneração do investimento; 03IK - Estímulo ao desenvolvimento de empresas de engenharia voltadas para o setor químico; 03IM - Fomento a desenvolvimentos em instrumentação, modelagem e controle de processos, simulação de novas moléculas e demais interações com TICs e serviços de engenharia na indústria química; 03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados; 03IP - Promoção do desenvolvimento da indústria de química fina; 047L - Desenvolvimento de sinergias entre a cadeia de fertilizantes e outros produtos gás-químicos com ganhos de escala e redução do custo unitário de produção, de modo a viabilizar novos projetos para produção de ureia; 047N - Proposição de acordos de cooperação internacional para intercâmbios de tecnologias produtivas no setor químico; 047O - Construção das Unidades de Etilbenzeno e de Estireno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ; 047P - Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ; 047Q - Construção das Unidades de Polietileno e de Polipropileno no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ; 047R - Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca (PE); 047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE); 047T - Implantação da Unidade de Estireno no Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo (RS); 047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017); 047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano; 047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Ureia e 796 mil t/ano de Amônia; 047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).
<b>META(S)</b>	Meta1: Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano; Meta2: Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano; Meta3: Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano; Meta4: Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano; Meta5: Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano; Meta6: Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano.
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	Entre as Iniciativas enumeradas e compatíveis com as medidas da Agenda Estratégica do Plano Brasil Maior, para a indústria química estão em execução: a) o estudo de diversificação da indústria química liderado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (prazo final junho de 2014); e b) Agenda Tecnológica Setorial, que tem foco na Química de origem renovável. A desoneração da matéria-prima, que era uma das ações da agenda do PBM, foi instituída pela Lei nº 12.859/2013. Entre as matérias-primas incluídas estão: etano, propano, butano, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves de refino para centrais petroquímicas para serem utilizados como insumo na produção de eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno. O REPEQUIM (Regime de Incentivo ao Investimento na Indústria Química) e o REIQ-Inovação (Regime de Incentivo à Inovação em Produtos de Origem Renovável na Indústria Química) foram adiados para o ano de 2014, em virtude das restrições fiscais para a concessão de novas desonerações. Quanto à política de utilização para o gás natural como matéria-prima, está instituído um grupo de trabalho envolvendo o BNDES, a Petrobras e a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (Abiquim) para construir uma proposta até junho de 2014.

Fonte: SIOP

<b>OBJETIVO</b>	<b>0858-</b> Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços
<b>INICIATIVAS</b>	03J0 - Criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono; 03J2 - Fomento à redução de emissões nos setores industriais; 03J6 - Realização de inventários corporativos de emissões.
<b>META(S)</b>	Meta1: Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono.
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<p>Para a execução desse Objetivo, foi elaborado o Plano Indústria, cujo lançamento oficial deu-se em 05/06/2013 (Dia do Meio Ambiente) pela Presidência da República, prevendo ações para os setores de Alumínio, Químicos, Cimento, Papel e Celulose, Cal, Vidro e Aço.</p> <p>No âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPin), foi possível a contratação de estudos de diagnóstico dos setores de Ferro&amp;Aço, Cal e Vidro, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2014.</p> <p>Ainda, a Comissão atuou na elaboração e aprovação do Plano de Trabalho, que definiu as ações do Plano Indústria e traçou as prioridades para o biênio 2013 e 2014, disponível no link <a href="http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1364488523.pdf">http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1364488523.pdf</a>.</p> <p>A Comissão (CTPin) completou 5 reuniões no ano. Os guias para os setores estão sendo produzidos pelo Grupo de Trabalho, dentro da Comissão/CTPin, e conta com colaboradores de vários outros órgãos, mas não foram concluídos no ano, estando prevista sua finalização para o primeiro semestre de 2014.</p> <p>Encontram-se divulgados na página do MDIC notas técnicas e estudos setoriais já produzidos, podendo ser acessados pelo link <a href="http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&amp;menu=4147&amp;refr=3651">http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&amp;menu=4147&amp;refr=3651</a></p>

Fonte: SIOP

<b>OBJETIVO</b>	<b>0860</b> - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.
<b>INICIATIVAS</b>	03JD- Aprimoramento e disseminação de mecanismos e oportunidades de interação entre empresas, centros tecnológicos e universidades, visando o desenvolvimento de projetos cooperativos; 03JH - Identificação das condições para a viabilização de uma curva de aprendizado da indústria de fornecedores da cadeia produtiva de petróleo e gás; 03JI- Promoção da equalização de condições tributárias dos fornecedores brasileiros em relação aos estrangeiros.
<b>META(S)</b>	Meta1: Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%); Meta 2: Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%); Meta3: Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%); Meta 4: Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%); Meta 5: Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%).
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	No âmbito do Plano Brasil Maior foram desenvolvidos diversos trabalhos, entre os quais destacamos: 1. Coordenação de 3 Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval (Produtividade dos estaleiros; recursos para inovação; e apoio ao desenvolvimento de empresas de conteúdo tecnológico). O foco principal desses GTs é desenvolver e implementar projetos e medidas para o aumento do conteúdo local e a agregação de valor na cadeia. As propostas validadas pelo Conselho constituirão a agenda de trabalho dos próximos anos; 2. Discussões com a Receita Federal do Brasil para a retirada do impedimento de utilização da modalidade Drawback intermediário pelo Drawback Embarcação; 3. Discussões com a Receita Federal do Brasil e outros órgãos para a criação de Regime Tributário para a Cadeia de Petróleo, Gás e Naval - REPEG, com o objetivo de desonerar a cadeia de fornecedores; 4. Discussões com a Receita Federal do Brasil e outros órgãos para aperfeiçoar o Regime Especial Aduaneiro de Importação e Exportação de Bens Destinados à Exploração e à Produção de Petróleo e Gás – REPETRO. Segundo estudo contratado pelo BNDES, divulgado em setembro de 2012, o regime propicia uma assimetria tributária em favor dos bens importados, dificultando o aumento do conteúdo local por empresas brasileiras. No segundo semestre de 2013, a agenda do setor priorizou: a) Discussões com setor privado e MCTI para elaboração de proposta de dispositivo a ser incorporado ao Projeto de Lei (PL) nº 2177, que versa sobre o “marco da inovação”, com o objetivo de conceder tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e às Empresas de Base Tecnológica (EBT). b) Discussões com BNDES, MME, ANP e Finep com vistas à criação de instrumento de fomento à inovação na cadeia de petróleo, gás e naval.

Fonte: SIOP

<b>OBJETIVO</b>	<b>0865</b> - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.
<b>INICIATIVAS</b>	03K6 - Ampliação e aperfeiçoamento da Linha de Financiamento Internacionalização de Empresas com foco na criação/aquisição de ativos estratégicos para a inserção de firmas brasileiras em cadeias globais de maior valor agregado; 03K7 - Promoção de investimentos empresariais no exterior.
<b>META(S)</b>	Meta1: Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação.
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	As iniciativas previstas para esse Objetivo são implementadas por órgãos que não têm subordinação direta com o MDIC, daí a dificuldade de monitoramento. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio de suas entidades vinculadas, desenvolve algumas ações de internacionalização de empresas. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibiliza uma linha de crédito, denominada “Operações de Investimento Direto Externo (IED)”, que tem por objetivo estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional, através do apoio a investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, abrangendo sociedades empresárias com sede e administração no País, de controle nacional, com potencial de inserção no mercado internacional. Já a Apex-Brasil oferece diversos serviços, entre estes serviços customizados de internacionalização, como Inteligência Comercial Customizada, Promoção de Negócios Customizada e Apoio à Instalação no exterior, que orientam a decisão do empresário quanto à escolha do país para expansão de suas operações internacionais, quanto à forma de entrada no mercado e diversos aspectos relacionados à estruturação do processo de internacionalização da sua empresa, visando aumentar competitividade doméstica e internacional.

Fonte: SIOP

## Programa Temático - Petróleo e Gás – Código 2053

<p><b>OBJETIVO</b></p>	<p><b>0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.</b></p>
<p><b>INICIATIVAS</b></p>	<p><b>0252 - Apoio à formação de polos empresariais emergentes; 0253 - Apoio a polos produtivos com foco multissetorial; 0254 - Estímulo a regiões com vocação para estabelecimento de polos de construção naval e operações offshore; 0256 - Implantação de programas da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços; 0257 - Implantação de Programas Regionais que incentivem a associação de universidades locais e empresas dos polos produtivos para o desenvolvimento e inovação em gestão e tecnologia</b></p>
<p><b>META(S)</b></p>	<p><b>Meta 1:</b> Consolidar 2 polos empresariais regionais; <b>Meta 2:</b> Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro; <b>Meta 3:</b> Formar 3 novos polos empresariais.</p>
<p><b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b></p>	<p>Este Objetivo está sendo implementado com foco no desenvolvimento e capacitação de fornecedores. Para tanto, iniciamos o processo com chamamento público para seleção de projetos, tendo resultado na habilitação do IEL-MG e IEL-BA para aplicar metodologia de qualificação de fornecedores de pequeno e médio porte, em polos produtivos da cadeia de petróleo, gás e naval. Os convênios foram firmados em dezembro de 2012 e a execução iniciou-se em 2013, com previsão de término para 2015. Ainda em 2013, foram selecionados mais 2 projetos, por meio de chamamento público, cuja execução está prevista para iniciar em 2014, em que serão contemplados os estados de Pernambuco e Santa Catarina.</p> <p>As ações em curso, antes vinculadas à Iniciativa 0256 – “Implantação de programas da Rede de Melhoria de Gestão para o Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços”, estão sendo lastreadas à Iniciativa 0253- “Apoio a Polos Produtivos com Foco Multissetorial”, diante do reforço da Petrobras ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP). Assim, como resultado dessas ações, o convênio firmado com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em dezembro de 2011, viabilizou a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para 3 empresas de médio e médio-grande portes localizadas na Bahia, em Minas Gerais e em Pernambuco com vistas à inserção dessas na cadeia de petróleo, de gás e naval. Em 2013 o convênio foi aditado para atender mais três empresas do estado do Rio Grande do Sul. Visando ampliar a atuação, a ABDI firmou convênio com a Petrobras, estendendo o atendimento aos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, em cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Petrobras e ABDI, em agosto de 2012.</p> <p>O MDIC também contribui para o cumprimento deste Objetivo coordenando projeto para desenvolvimento de arranjos produtivos locais para a cadeia de petróleo, gás e naval, com foco no fortalecimento da governança e da articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa de 5 territórios-precursores, sede dos APLs de Suape/PE, Maragogipe e entorno/BA, Vale do Aço/MG, COMPERJ/RJ e Rio Grande/RS, para a elaboração e implementação de planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento abrangendo também aspectos de infraestrutura, meio-ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão. A previsão de alcance é dezembro de 2014.</p>

Fonte: SIOP

## Programa Temático - Integração Sul Americana – código 2043

<b>OBJETIVO</b>	<b>0883-</b> Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil
<b>INICIATIVAS</b>	<b>03M6</b> - Construção de Sistema Integrado de Conhecimento, com foco no potencial de integração das atividades produtivas do MERCOSUL; <b>03M8</b> - Criação de sistema colaborativo integrado de propriedade industrial na América do Sul; <b>03MA</b> - Desenvolvimento de projetos de integração e cooperação internacional em Arranjos Produtivos Locais/Clusters no MERCOSUL; <b>03MB</b> - Desenvolvimento de projetos de integração produtiva de caráter bilateral ou regional, que contemplem condições preferenciais de assistência técnica, capacitação e/ou financiamento, em especial para Micro, Pequenas e Médias Empresas; <b>03MC</b> - Desenvolvimento de projetos de integração produtiva, no âmbito do Grupo de Integração Produtiva (GIP) do MERCOSUL; <b>03MD</b> - Desenvolvimento dos processos vinculados à integração de cadeias produtivas da agricultura familiar; <b>03MH</b> - Implementação de projetos de produção, integração industrial e infraestrutura; pesquisa e desenvolvimento, e capacitação de recursos humanos entre a Amazônia brasileira e os países sul-americanos; <b>03MJ</b> - Regulamentação e implementação do Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas.
<b>META(S)</b>	<b>Meta1:</b> Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL; <b>Meta2:</b> Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas.
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no MERCOSUL, continuam avançando no âmbito multilateral, através da coordenação do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP) e do Subgrupo 07 – Indústria Mercosul (SGT7), e têm mantido o foco nos setores de Energia Eólica, Naval, Automotivo e entre Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Bloco. Com a criação em 2012 do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN), foi dada ênfase à IP bilateral, que tem como foco inicial os setores Eólico, Naval e Automotivo. Nesses setores, as negociações para a IP vêm avançando de forma mais rápida e sua efetivação está condicionada principalmente a aspectos normativos nacionais. Foi estabelecido Plano de Ação com prazos, objetivos e metas, ainda sem previsão de cumprimento, aprovadas pelos Ministros de Relações Exteriores de Brasil e Uruguai. Por outro lado, o GIP não conseguiu grandes avanços nas negociações setoriais citadas acima e vem concentrando seus esforços na IP entre APLs, com a realização de atividades de aproximação e identificação de potencialidades entre os Arranjos existentes nos Estados Partes. Isso, sem dúvida, vem retardando a implementação das demais ações previstas, a exemplo da criação do observatório MERCOSUL de APL.

Fonte: SIOP



**Programa Temático - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária- código 2029**

<b>OBJETIVO</b>	<b>0791-</b> Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais
<b>INICIATIVAS</b>	<b>0368</b> - Apoio a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do GTP APL e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs; <b>036A</b> - Cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs; <b>036B</b> -Desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais; <b>036C</b> - Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs; <b>036H</b> -Pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais; <b>036M</b> - Promover a construção e a consolidação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais
<b>META(S)</b>	<b>Meta1:</b> Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais.
<b>RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<p>A Política Nacional de APLs vem sendo implementado por meio das iniciativas a ele associadas.</p> <p>No que se refere à Iniciativa 0368 - Apoio a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do GTP APL e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs, os Núcleos Estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais - NEs possuem o papel de organizar as demandas dos APLs locais, analisar suas propostas e promover as articulações institucionais com vistas ao apoio demandado. Ao longo de 2013, a Secretaria Executiva do GTP APL continuou o trabalho permanente de acompanhamento, mobilização, articulação e cooperação com os NEs.</p> <p>Foram realizadas atividades estaduais de capacitação do Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL); o 1º e o 2º Encontro dos Núcleos Estaduais com a Secretaria Executiva do GTP APL; e a 6ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com a participação maciça dos Núcleos e de diversos APLs. A Secretaria Executiva do GTP APL participou ainda da reinstalação dos Núcleos Estaduais de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e do Distrito Federal.</p> <p>Já em relação à Iniciativa 036A- Cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs, no âmbito da cooperação Brasil-União Europeia, as Secretarias de Desenvolvimento da Produção (SDP) e de Inovação (SI), do MDIC, realizaram o Encontro Brasil-União Europeia em Clusters de Biotecnologia. Trata-se do Projeto BioXCluster com atividades voltadas à cooperação entre arranjos produtivos locais (clusters) brasileiros e europeus na área de biotecnologia durante a feira internacional BioPartnering Latin America 2013, de 10 a 12 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro. Participaram do Encontro representantes de 4 APLs de Biotecnologia brasileiros e 8 clusters europeus. A iniciativa foi um desdobramento do Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2011, pela Comissão Europeia e pelo MDIC.</p> <p>Ainda nesse contexto, em 3 de dezembro de 2013, o Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e o European Cluster Collaboration Platform assinaram uma Agenda de Cooperação, durante a abertura da 6ª Conferência Brasileira de APLs, em Brasília. Entre as ações que serão realizadas a partir da parceria, estão: promoção do GTP-APL na Europa e da instituição europeia no Brasil - em conferências, eventos locais e encontros com autoridades locais, gestores de clusters e empresas instaladas nesses locais e organização de missões internacionais, oferecendo oportunidades de encontros em áreas estratégicas de interesse mútuo. Os principais beneficiários do acordo são as pequenas e médias empresas associadas em clusters – no Brasil conhecidos como APLs - e apoiadas por suas organizações de cluster localizadas no Brasil e na Europa. A extensão da cooperação deve facilitar o desenvolvimento de alianças estratégicas, de negócios e projetos de inovação conjuntos nos domínios de interesse mútuo estratégico. O documento tem validade até 31 de dezembro de 2014.</p> <p>No tocante à Iniciativa 036B- Desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais e, como resultado da parceria com a Agência Brasileira de</p>

	<p>Desenvolvimento Industrial (ABDI), avançou-se na conclusão do Plano Nacional de Capacitação de Gestores e Multiplicadores em APLs e o resultado foi apresentado em reunião e validado na plenária do GTP APL. No 2º semestre de 2013, foi iniciada a segunda etapa, que consiste na definição do conteúdo dos cursos para aplicação em duas turmas piloto que serão capacitadas com objetivo de testar a metodologia.</p> <p>O MDIC também vem investindo na construção do Mapa da Produção no País. Para tanto, renovou parceria com o MCTI firmada em Termo de Cooperação, o que possibilitou firmar convênio com a ABDI, objetivando a contratação de serviços especializados para Coordenar Pesquisa de campo nos APLs. Nesse sentido, a ação é potencializada com o aporte financeiro da ABDI no Projeto.</p> <p>Quanto à Iniciativa 036C- Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs - essa se dá por meio do Observatório de APLs, que se encontra em plena operação com a Rede Social, com o Banco de Dados e com o Portal. No 2º semestre de 2013, conta com 23 Estados aptos a operar o sistema de inserção de informações no Banco de Dados e a gestão de conteúdo no Portal. A velocidade de inserção dos dados depende da capacidade dos Estados em acessar os APLs e coletar os dados necessários. Diversos projetos estão sendo executados concomitantemente, de forma que a necessidade de acompanhamento é muito grande. No momento, há projetos em andamento com o MDIC, MCTI, CNPq, IBICT, IPEA, MinC, SEBRAE e MI. Especificamente com o apoio do IPEA e CNPq, está em execução a Pesquisa de Campo para geração de indicadores dos APLs. Essa ação visa à construção do Mapa da produção no país. Para sua viabilização, renovamos o Termo de Cooperação Técnica firmado com o MCTI, o que possibilitou formalizar convênio com a ABDI, objetivando a contratação de serviços especializados para Coordenar a Pesquisa. A ABDI está atuando nessa ação, inclusive de forma a potencializar os resultados do projeto, haja vista o aporte financeiro a título de contrapartida.</p> <p>No que se refere à Iniciativa 036H- Pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias</p>
--	--

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes		
<b>Código</b>	0847	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo	<b>Código</b>	2055

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de Processos Produtivos Básicos	un	1			40%
02	Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país	un	80	273	273	341 %

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria, por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação		
<b>Código</b>	0848	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo	<b>Código</b>	2055

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Criar o Portal do Observatório do Investimento	un	1			0%

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.		
<b>Código</b>	<b>0854</b>	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP
<b>Programa</b>	<b>Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>Código</b>	<b>2055</b>

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Implantar sistema integrado informatizado para concessão de ex-tarifários	un	1			80%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
02	Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia	un	2048	562	1.283	62,6%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
02	Sudeste	un	2048	562	1.283	62,6%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
03	Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia	t	12.000	3.171,2	5.755,8	47,98%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
03	Sudeste	t	12.000	3.171,2	5.755,8	47,98%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
04	Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)

Fonte: SIOF

Quadro A.2.2.2 – Objetivo

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.					
<b>Código</b>	0856	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP			
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo			<b>Código</b>	2055	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano	T	700.000	700.000	700.000	100%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Nordeste	t	700.000	700.000	700.000	100%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
02	Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano	t	124.000			0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
02	Sudeste	t	43.000			0%
02	Centro - Oeste	t	81.000			0%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
03	Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano	t	250.000			0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
03	Sul	t	250.000			0%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
04	Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano	t	240.000			0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
04	Nordeste	t	240.000			0%

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
05	Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano	t	450.000			0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
05	Nordeste	t	450.000			0%
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
06	Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano	t	1.210			0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
06	Centro-Oeste	t	1.210			0%

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços		
<b>Código</b>	<b>0858</b>	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP
<b>Programa</b>	<b>Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>Código</b>	<b>2055</b>

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono	un	1			40%

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável		
<b>Código</b>	<b>0860</b>	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<b>Programa</b>	<b>Desenvolvimento Produtivo</b>	<b>Código</b>	<b>2055</b>
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
01	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)		
02	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)		
03	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)		
04	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)		
05	Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)		

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais					
<b>Código</b>	0865	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP			
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo		<b>Código</b>	2055		

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação	un	30	11	29	96,6%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Exterior	un	30	11	29	96,6%

Fonte:SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental					
<b>Código</b>	0559	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP			
<b>Programa</b>	Petróleo e Gas		<b>Código</b>	2053		

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Consolidar 2 polos empresariais regionais	un	02			0%
02	Formar 3 novos polos empresariais	un	03			0%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
03	Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro	un	01			0%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
03	Sudeste	un	01			0%

Fonte: SIOP



QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil		
<b>Código</b>	0883	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP
<b>Programa</b>	Integração Sul Americana	<b>Código</b>	2043

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL	un	02			0%
02	Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas	un	01		01	100%

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais		
<b>Código</b>	00791	<b>Órgão</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SDP
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	<b>Código</b>	2029

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais	un	01			0%

Fonte: SIOP

### 2.2.2.1 Análise Situacional

#### Execução das metas e fatores intervenientes

Inicialmente, no âmbito do Objetivo 0847, a meta “**apoiar 80 arranjos produtivos locais**” foi superada. O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL, coordenado pelo MDIC, e instituído pela Portaria Ministerial nº 200, de 2/8/2004, possui a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a arranjos produtivos locais em todo o território nacional. A execução da meta é o resultado inconteste da atuação do GTP-APL, que tem focado sua atuação em 273 APLs Prioritários, indicados pelos Núcleos Estaduais de Apoio, buscando atender a critérios de diversidade setorial e prioridades de desenvolvimento regional.

A atuação do GTP APL se dá, dentre outras maneiras:

- na manutenção do tema na agenda pública: Participação em eventos nacionais e internacionais sobre o tema; e Realização e apoio aos eventos nacionais sobre o tema.
- no incentivo à organização institucional em torno do tema: Oficinas de Orientação aos Núcleos Estaduais.
- na facilitação das informações e ações para os Arranjos: Divulgação de programas, editais e eventos aos Núcleos Estaduais; Recebimento, consolidação e disponibilização dos Planos de Desenvolvimento - Ações por APL; e Ações por Estado; Ações por tipo (Eixos Estruturantes).
- no cruzamento das ofertas das instituições com as demandas dos Planos de Desenvolvimentos, e a sua comunicação aos Núcleos Estaduais;
- no desenvolvimento de um Sistema de Captação de Informações, dos Núcleos Estaduais, sobre APLs (em implantação); e
- no Desenvolvimento de um Sistema de Encaminhamento e Monitoramento das Ações dos Planos (em implantação).

No que se refere à meta “**Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de Processos Produtivos Básicos**” houve revisão do fluxo processual, ao longo de 2013, atividade prevista no planejamento estratégico do MDIC. Esse trabalho foi feito em conjunto com a Secretaria Executiva/MDIC e envolve também o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação(MCTI), órgão com o qual o MDIC divide essa responsabilidade. O mencionado sistema informatizado recebeu o nome de “Plataforma Cairu” e englobará inicialmente apenas os processos de fixação e alteração de PPB. Foi realizado todo o levantamento de requisitos do aplicativo, restando iniciar a construção propriamente dita (desenvolvimento do código).

A previsão é que o módulo de concessão e acompanhamento de PPB só deverá estar implementado no final do primeiro semestre de 2014. Já foram desenvolvidos mais de 40% do sistema, atualmente na fase de levantamento de requisitos.

No que se refere à meta qualitativa “**Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico**”, a meta foi totalmente alcançada; o fluxo de processo de concessão de

PPB foi redesenhado e já está sendo implementado, bem como o incremento de controles internos, a fim de observar melhor os prazos previstos e dar maior transparência às empresas que participam do processo.

No Objetivo 0848, a **meta “Criação do Observatório do Investimento”** vem sendo justificada sua exclusão, pelos seguintes motivos:

Concluiu-se que, a criação de um novo Portal poderia concorrer com o próprio portal já existente da RENAI (<http://investimentos.mdic.gov.br/>), que já divulga informações relevantes ao investidor e demais interessados no assunto, como oportunidades de investimento, apoio ao investidor, investimentos anunciados e incentivos.

Percebeu-se, ainda, que o assunto “investimento” poderia ser tratado, do ponto de vista estatístico, pelo projeto do Observatório da Indústria, que trataria de diversos temas relacionados à atividade industrial, como emprego e comércio exterior. O Observatório da Indústria ainda encontra-se em construção, mas pode-se considerar que, embora não esteja oficializado, já opera em capacidade mínima, com um conjunto razoável de dados sobre a atividade dos setores industriais.

Quanto à meta **“Implantar sistema informatizado para concessão de ex-tarifários”**, relacionada ao Objetivo 0854, do Programa Temático 2055, o Sistema informatizado para concessão de Ex tarifários ainda se encontra em desenvolvimento pela Coordenação Geral de Modernização de Informática (CGMI/SPOA/MDIC) e já está em estágio bem adiantado. O trabalho de construção iniciou-se em setembro de 2012 e, em função de necessidade de melhorias na estruturação do sistema, a equipe de desenvolvimento teve que promover ajustes para garantir a segurança e as funcionalidades desejadas. Esses ajustes provocaram o adiamento da disponibilização para o público. Portanto, a previsão é que o sistema esteja disponibilizado para o público, numa primeira versão, no final do primeiro semestre de 2014. Estão previstas melhorias e acréscimo de funcionalidades em outras etapas/versão.

Dentre as metas a serem cumpridas pela NUCLEP, a grande maioria encontra-se em execução, com exceção da meta **“Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)”**. De acordo com a NUCLEP, o cumprimento da meta depende de dotação orçamentária e não foram previstos recursos na Lei Orçamentária anual de 2013.

Em todas as metas vinculadas ao Objetivo 0856 a apuração está sob a responsabilidade da Petrobras. Em relação à previsão de **Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano**, a meta foi integralmente cumprida com a entrada em operação da unidade de Ipojuca, pela Petroquímica SUAPE/Pernambuco, em junho de 2013. Técnico da Coordenação- Geral das Indústrias Químicas e Transformados Plásticos, da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP) esteve “in loco” inspecionando a Unidade, tendo constatado que a unidade entrou em operação e já tem condições de disponibilizar 700 mil t/ano, a depender da demanda do mercado.

Ainda não foi mensurada a meta prevista de **“Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano”**, devendo ser atingida no período de vigência do PPA. O seu alcance depende da capacidade instalada, o que será solucionado com a construção da unidade de Uberaba/MG, cuja obra está na terraplanagem. Já a unidade de Três Lagoas/MS tem previsão de ser concluída no final de 2014.

Da mesma forma, não foi mensurada a meta “**Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano**”. A Petrobras informou que ainda não foi priorizado investimento para a implantação da Unidade, prevista para o Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo/RS, que permitirá o alcance desta meta.

A meta “**Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano**” ainda não foi priorizada, em detrimento de outras, devendo ser atingida no período de vigência do PPA 2012/2015.

A produção de PET na planta da PQS- Petroquímica Suape irá atingir a sua plena capacidade provavelmente no segundo semestre de 2014, com a entrada em operação da unidade de Ipojuca/PE, permitindo o alcance da meta “**Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano**”.

O cumprimento da meta “**Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano**” deve ser atingida com a conclusão do projeto da unidade de Três Lagoas/MS, que tem previsão para o final de 2014.

O cumprimento da meta “**Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono**”, no âmbito do Objetivo 0858 evoluiu dentro do esperado. Está contemplada no Plano de Ação do Plano Indústria e em discussão no âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIIn). Os estudos concluídos estão disponibilizados no site <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=4147&refr=3651>, à exceção dos estudos dos setores de Cal, Vidro e Ferro&Aço, que vêm sendo produzidos pelo BNDES, com previsão de término para o segundo semestre de 2014. Está sendo negociado projeto no âmbito do Global Environment Fund para promover o uso de tecnologias de carvoejamento de menor impacto ambiental. O projeto envolve avaliação comparativa de custos e benefícios de diferentes tecnologias, contribuindo para a base de dados. Também foi contratada a atualização de estudo sobre a utilização do carvão vegetal na siderurgia, pelo MDIC, a ser concluído em 2014, que inclui avaliação do panorama tecnológico do setor. Após levantamento das tecnologias e identificação daquela apropriada, será criado um banco de dados para essas tecnologias, mas ainda não é possível prever a data.

A totalidade das metas vinculadas ao Objetivo 0860 deverão ser aferidas pela ANP- Agência Nacional de Petróleo; foram definidas pelo Ministério de Minas e Energia(MME) e não tem periodicidade, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após 5 anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

O Objetivo 0865 prevê como meta “**Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação**”. Em 2013, um total de 93 empresas solicitaram serviços de apoio à internacionalização à Apex-Brasil, em sua maioria empresas prestadoras de serviços.

Ademais, 96 empresas usufruíram dos serviços de incubação dos escritórios da Agência no exterior no mesmo ano, das quais 11 efetivaram sua internacionalização para escritórios próprios dentro desses mercados. O BNDES desembolsou em 2013 R\$ 826.178.146,00 na linha de Internacionalização de Empresas, com o valor acumulado no período 2012-2013 totalizando R\$ 839.583.924,00.

A carteira atualmente existente contempla um montante adicional de desembolsos da ordem de R\$ 1.421 milhões, com 4 operações adicionais de 4 empresas. Em relação ao potencial da

carteira que se tinha em 2012 (da ordem de R\$ 4,8 bilhões), houve uma redução no montante em função do cancelamento de algumas operações (como, por exemplo, uma que envolvia o sucesso de empresa brasileira em leilão de privatização de outro país).

**Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais** constitui uma meta vinculada ao Objetivo 0791, ainda não implementada. Permanece em discussão o Termo de Referência que irá nortear a Política de APLs, cujo documento tem sido identificado como uma revisão metodológica de políticas para APLs (segunda geração). A 2ª geração de Políticas para APLs visa à definição dos marcos legais de apoio aos arranjos produtivos, institucionalizando uma política pública voltada para os APLs com ampliação da integração das políticas governamentais, maior interlocução entre estados e municípios e a participação desses no desenvolvimento do APL e o fortalecimento da coordenação das ações desenvolvidas pelos membros do GTP APL.

Desenvolver dois projeto de Arranjos Produtivos Locais(APLs) no Mercosul e Implementar o Fundo Mercosul de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas, são 2 metas consignadas no Objetivo 0883, vinculado ao Programa Integração Sul Americana , código 2043. O Conselho do Mercado Comum (CMC) aprovou a criação de um Fundo de Garantias para apoiar as PMEs do MERCOSUL envolvidas em processos de integração produtiva.

Em 2012, com apoio do Grupo de Integração Produtiva-GIP, o Grupo Técnico Mercosul trabalhou na regulamentação do Fundo, que culminou com a aprovação, pelo CMC, das Decisões 46/12 – Regulamento FMPME e 47/12 – Regulamento FMPME – Aspectos Operativos. Uma vez criado e regulamentado, consideramos implementado o Fundo, dando cumprimento a essa meta, a partir de 2013.

Em relação ao desenvolvimento de dois projetos de APLs no Mercosul, a meta depende de ações que se encontram sobrestadas, inclusive a construção da Rede de Acadêmicos do Mercosul, em razão da falta de recursos orçamentários e financeiros. Já foi realizado o mapeamento dos APL existentes no Mercosul, faltando ainda a incorporação dos dados da Venezuela.

Também está finalizado o mapeamento nas fronteiras do Brasil com os demais Estados Partes. A Venezuela ainda não se incorporou às negociações.

Em dezembro de 2013, foi realizada a 6ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com a participação dos sócios. Na ocasião, foi realizado um encontro entre APLs dos Estados Partes e representantes do GIP para avançar na identificação e potencialização de iniciativas que favoreçam a integração produtiva entre APL Mercosul. Alguns APLs brasileiros já manifestaram claramente o interesse na IP regional e se dispuseram a trabalhar com o GIP, em 2014, visando concretizar ações comuns

O PPA consigna, ainda, 3 metas no Objetivo 0559, do Programa Temático 2053, são elas: Consolidar 2 polos empresariais regionais; 2) Formar 3 novos polos empresariais e 3) Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro.

Para o cumprimento da primeira meta, “**Consolidar 2 polos empresariais regionais**” a atuação está voltada ao apoio aos APLs do Vale do Aço-MG e Suape-PE. O convênio firmado com a ABDI, em dezembro de 2011, viabilizou a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para 3 empresas de médio e médio-grande portes, localizadas nesses estados, com vistas à inserção na cadeia de petróleo, gás e naval. A execução encontra-se em

fase de diagnóstico das empresas. Em complementação, a ABDI firmou, em dezembro de 2013, convênio com a Petrobras para ampliar o número de empresas atendidas nos dois estados.

Em relação ao Vale do Aço foi firmado convênio com IEL/MG, em dezembro de 2012, para qualificação de fornecedores, de pequeno e médio portes, para a cadeia de petróleo, gás e naval. A execução encontra-se em fase de mapeamento das empresas fornecedoras.

Em 2013 foram selecionados mais 2 projetos, estes contemplando os estados de Pernambuco e Santa Catarina, destinados à qualificação de fornecedores, com início previsto para 2014.

O MDIC coordena projeto no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais na cadeia de petróleo, gás e naval. O foco é fortalecer a governança e articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa desses territórios para a elaboração e implementação de planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento, abrangendo também aspectos de infraestrutura, meio-ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão. A previsão de alcance é dezembro de 2014 e a expectativa é de que a meta seja suplantada.

O início da implementação da Meta “**Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro**” está adiado para 2014. Porém, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou projeto de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) de equipamentos submarinos (Projeto de Engenharia e Construção Submarina - Subsea), o qual terá seu centro na Ilha do Fundão. O instrumento utilizado será o Memorando de Entendimentos firmado com a Petrobras e a ABDI em agosto de 2012, podendo envolver ainda o Governo do Estado e outras entidades.

Na meta “**Formar 3 novos polos empresariais**”, o foco é apoiar a formação dos APLs de Rio Grande-RS, COMPERJ-RJ e Maragogipe e entorno – Bahia. Em relação aos três territórios, o MDIC coordena projetos, no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMIMP), para o fortalecimento da governança e articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa desses territórios e na elaboração e implementação de planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento abrangendo também aspectos de infraestrutura, meio-ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão. Em complementação, a ABDI firmou convênio com a Petrobras, em dezembro de 2013, para ampliar para 6 o número de empresas atendidas nesses três estados. Grande portes para a cadeia e petróleo, gás e naval. O convênio com a ABDI, a ser concluído em 2014, encontra-se na etapa de diagnóstico das empresas, ao passo que o convênio como IEL/BA está na fase de mapeamento das empresas e da oferta e demanda e deverá se encerrar em 2015.

Quanto ao Rio Grande do Sul, o estado será atendido por meio de aditamento, formalizado em 2013, ao convênio firmado com a ABDI em dezembro de 2011, para a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para 3 empresas de médio e médio-grande portes, com vistas à inserção na cadeia de petróleo, gás e naval planejamento estratégico do MDIC.

## 2.2.3 Ações

### 2.2.3.1 Ações – OFSS

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>210E</b>		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Promoção do Desenvolvimento Industrial					
<b>Iniciativa</b>	Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e das Cadeias Produtivas					
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	<b>Desenvolvimento Produtivo</b>		<b>Código: 2055</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	28101- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
98.777.239	98.777.239	21.168.573	8.802.609	8.802.609	00	12.366.788
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Iniciativa Implementada		un	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			129	128	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Iniciativa implementada		un	0

Fonte: SIOP

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2692		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Fiscalização do Processo Produtivo Básico					
<b>Iniciativa</b>	Fiscalização do Processo Produtivo Básico para Bens de Informática					
<b>Objetivo</b>	<b>Código: 0847</b>					
<b>Programa</b>	Desenvolvimento Produtivo		<b>Código: 2055</b>		<b>Tipo: Temático</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	28101- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
91.984	91.984	51.136	49.136	49.136	00	1.176
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Empresa fiscalizada		un/ano	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			30	33	33	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.176	1.176	0	Empresa fiscalizada		0	0

Fonte: SIOP



### **2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS**

Não se aplica.

### **2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS**

Nada a registrar.

### **2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI**

Nada a registrar.

### **2.2.3.5 Análise Situacional**

A Ação 210E foi criada em 2013. Antes, a Secretaria dispunha de 4 ações orçamentárias. A execução orçamentária é diretamente relacionada ao limite de empenho autorizado. A UJ executou despesas até o limite autorizado. Considere que da dotação total 82,7% é proveniente de emenda parlamentar, que somente liberou 8,6% para empenho.

Na fase de programação, propusemos como meta 4 iniciativas a serem implementadas. Todavia, ao emendar o orçamento, o Congresso Nacional lançou mais 125 iniciativas, sobre as quais não temos gerência. Registre-se que, após a exclusão do PO- Plano Orçamentário 0004, a ação passou a ter 3 planos orçamentários vinculados. Como cada PO representa 1 iniciativa implementada, a meta foi ajustada para 3 iniciativas, totalizando, com a meta das emendas, 128 iniciativas. Quanto ao efetivamente realizado, considerando que nenhuma emenda foi executada em 2013, conforme análise em cada um dos localizadores e, apenas a iniciativa relacionada ao PO 000A foi plenamente implementada, o realizado de janeiro a dezembro é 1.

Ressalte-se que a baixa execução financeira deve-se à não liberação de recursos, principalmente dos projetos de emendas parlamentares, que representam o maior volume da dotação.

## **2.3 Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade.**

O desempenho da Secretaria em relação à execução física de suas ações e ao cumprimento do seu plano de ação está diretamente relacionado à disponibilidade de orçamento e ao limite de empenho autorizado. Em muitos casos, a operacionalização se dá por meio de Convênios e sua execução fica comprometida em razão de atrasos nos repasses dos recursos financeiros. De outro lado, o contingenciamento do recurso orçamentário, sem dúvida, retardou os procedimentos administrativos, provocando atraso na formalização das parcerias e, conseqüentemente, na implementação das ações e iniciativas.

Transcendendo a execução orçamentária, mas afetos ao PPA, os projetos e as atividades ligadas à formulação e execução de políticas públicas na SDP estão pautados pelo objetivo fundamental de aumentar a competitividade do setor produtivo. Grande parte das

iniciativas finalísticas do Mapa Estratégico da SDP estão refletidas nas Agendas do PBM. Outra parte não é ligada diretamente ao PBM, mas ainda assim é relevante e compõe o conjunto de políticas públicas voltadas para o setor produtivo. Cinco são os eixos temáticos nos quais se desenvolvem as ações da SDP, de forma que esse conjunto de ações descritas nas próximas seções inclui diretamente e indiretamente as Agendas do PBM.

- Desenvolvimento produtivo e investimentos
- Fortalecimento de cadeias produtivas
- Inovação e agregação de valor
- Desenvolvimento de fornecedores e cadeias produtivas
- Integração Produtiva e negociações internacionais

No Eixo Temático 1: Desenvolvimento produtivo e investimentos, destacamos:

### Novos instrumentos e regulamentação

Diversas leis e regulamentos foram resultado de um intenso esforço de articulação institucional que contou com a participação da SDP. A introdução de produtos e/ou setores contemplados pelo Reintegra (Lei nº 12.546/2011) e pela política de Desoneração da Folha de Pagamentos (Leis nº 12.546/2011, 12.715/2012, 12.794/2013 e Lei nº 12.844/2013) contou com o esforço da Secretaria em dialogar com diversas associações empresariais e produzir análises técnicas e políticas (atualmente, 56 setores e mais de 3.300 NCMs estão abarcados por essa política, com desoneração tributária esperada de aproximadamente R\$ 12 bilhões em 2013). Essa também foi a contribuição da SDP na definição da lista final de produtos contemplados pela Desoneração de PIS/COFINS da Cesta Básica (Lei nº 12.839/2013).

Na Lei nº 12.865/2013, foi fundamental a participação da SDP para corrigir a aplicação de 60% do crédito presumido de PIS/COFINS na agroindústria. Essa mudança foi importante para corrigir a distorção tributária que incentivava a exportação de café e soja in natura, em detrimento de formas processadas. Ainda sobre a Lei nº 12.865, a SDP atuou nas negociações para a inclusão da possibilidade de geração de crédito presumido de PIS/COFINS de 4,16% sobre o valor da venda do biodiesel.

A SDP também contribuiu para a publicação da Lei nº 12.783/2013, que reduziu o preço da energia elétrica para consumidores industriais – especialmente os energo-intensivos, por meio da renovação antecipada de concessões e redução de encargos setoriais.

Outra importante Lei que contou com a atuação da SDP é a Lei nº 12.859/2013, que instituiu o crédito presumido de PIS/COFINS na venda e estocagem de etanol, inclusive para fins carburantes, e também promoveu a desoneração das matérias-primas químicas de 1ª e 2ª geração, com renúncia prevista para aproximadamente R\$ 1,1 bilhão até o fim de 2013.

Além da elaboração de leis, a SDP participa na articulação técnica da regulamentação de outros dispositivos legais e demais instrumentos regulatórios. A Secretaria dirigiu sua atenção para a regulamentação da Lei nº 12.794, que instituiu o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF), que pode destravar investimentos de aproximadamente US\$ 13 bilhões até 2017. O REIF suspende o pagamento de PIS, COFINS e IPI na aquisição de bens e serviços, e sua regulamentação está voltada para investimento em P&D e conteúdo local. Ainda sobre químicos agrícolas, a SDP está articulada com

a Casa Civil, Anvisa, Ibama e Mapa para reduzir o prazo médio de registro de defensivos (atualmente em torno de cinco anos) destravando investimentos e reduzindo o déficit na balança comercial química, que foi de US\$ 5,5 bilhões em 2012. Na mesma linha, a SDP está articulada com demais entidades do Sistema MDIC, como a SECEX, o INMETRO, o BNDES e a ABDI e a ABIQUIM para viabilizar a implantação de um sistema de segurança química no país que permita apoiar uma política industrial de comércio exterior, bloqueando importações de produtos químicos que apresentam risco à saúde e ao meio ambiente.

Na construção civil, a atuação da SDP também esteve marcada pela articulação do PBM com outras políticas públicas, como o Minha Casa, Minha Vida e o avanço em regulamentações técnicas. A SDP trabalhou pela inclusão do setor de móveis no programa Minha Casa Melhor, inicialmente pensado para abranger apenas produtos eletroeletrônicos. A avaliação técnica encaminhada ao Ministério da Fazenda sugeriu a inclusão de produtos beneficiados e o setor de móveis foi contemplado na recente ampliação do programa. Com relação à modernização industrial da construção, a SDP articulou uma parceria entre MDIC, Exército Brasileiro (MD-EB), MCTI, ABDI e IBICT para desenvolver a Plataforma BIM e foram contratados consultores para o desenvolvimento da primeira etapa do projeto. O modelo de gestão da informação da construção denominado BIM (Building Information Modelling) contribuiu para o aumento da produtividade, diminuição de custos e de riscos relacionados a obras de construção civil.

Ainda nessa temática, a SDP mantém parceria com a ABNT que atua no desenvolvimento de um conjunto de tabelas para a NBR15965, norma que apresenta um sistema de classificação para as informações da construção brasileira, e assinou um termo aditivo ao Convênio MDIC/ABNT para elaboração de mais 25 normas prioritárias para a construção civil. Vale mencionar a articulação com o INMETRO para produzir a Regulamentação Técnica para Componentes Cerâmicos para Alvenaria (Portaria INMETRO nº 558, de 19/11/2013) e a consulta pública para os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Blocos Vazados de Concreto para Alvenaria (Portaria nº 559, de 21/11/2013), ambas as medidas ligadas ao tema de coordenação modular na construção civil.

Um conjunto de outras regulamentações de foco setorial mais restrito também contou com a participação da SDP, como a edição do Decreto nº 7.970/2013, que regulamentou a Lei nº 12.598/2012 (Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID) e conferiu a SDP a responsabilidade de emitir a Declaração de Processo Produtivo, que especifica a manufatura ou o desenvolvimento de produtos de defesa, mensurado de acordo com as apropriações de custos e o desenvolvimento, e a inovação tecnológica, realizados no País. Outro Decreto com participação do MDIC foi o nº 8.077/2013 que resolveu o problema da distinção entre perfume e água de colônia para fins sanitários e fiscais.

A SDP também foi peça chave na edição da Portaria Interministerial MDIC/MS nº 206, a qual instituiu o Comitê Técnico de Articulação com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária no âmbito do PBM (CT-VSPBM), tendo por finalidade o gerenciamento da implementação do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre os Ministérios da Saúde (MS), MDIC e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para conjugação de esforços no estabelecimento de gestão das interfaces entre o PBM, o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

Buscando conciliar o cumprimento das exigências legais da Vigilância Sanitária com os desafios de competitividade dos setores industriais, o CT-VSPBM tem tratado de temas como a rastreabilidade e autenticidade de medicamentos, o registro de defensivos agrícolas no Brasil, a regulação do setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – HPPC, a certificação de Boas

Práticas de Fabricação para equipamentos eletro-médicos, entre outros assuntos.

Outra atuação importante da SDP foi a atualização na Lei 10.833/2003, por meio da Lei 12.844/2013, que ampliou os benefícios do regime de entreposto aduaneiro para bens destinados à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País. A SDP elaborou a lista de bens beneficiados, que antes abrangia apenas plataformas, para outras estruturas e embarcações empregadas no setor de petróleo e gás.

Outras discussões também estão em andamento e contam com o apoio técnico da SDP, como a criação de um sistema de rastreabilidade de medicamentos; a modificação do marco regulatório de acesso ao patrimônio genético brasileiro (ponto ligado especialmente à questão dos medicamentos fitoterápicos), substituindo a MP 2.186/2001; o aperfeiçoamento do PADIS, através da atualização da Lei nº 11.484/2007 com a criação de instrumentos complementares que possam induzir investimentos em semicondutores e displays; e o aperfeiçoamento do marco legal da inovação, por meio de dispositivo a ser incorporado ao PL 2.177 com o objetivo de conceder tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e às Empresas de Base Tecnológica – EBT.

### Sustentabilidade ambiental

Na implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas, a SDP lançou o Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria (Plano Indústria), em articulação com outros órgãos de governo e setor privado. Dois estudos foram iniciados para implementação da política. O primeiro, em parceria com o BNDES, avalia as emissões de gases de efeito estufa na produção de ferro & aço, vidro e cal, e o segundo é a atualização do estudo do CGEE (feito em 2010) sobre a produção siderúrgica a partir de carvão vegetal e servirá de base para a revisão do Plano setorial de Redução de Emissões da Siderurgia (Plano Siderurgia), em articulação direta com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A SDP também atuou na articulação com GEF/MMA/MCTI na construção do Projeto Produção de Carvão Vegetal de Origem Plantada, Sustentável e Renovável, para a Indústria de Aço e Ferro no Brasil, visando à produção sustentável de ferro e aço com uso de carvão vegetal. Esse projeto ajudará o país a cumprir seu compromisso voluntário de redução de emissões da indústria siderúrgica, assumido perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

A atuação da SDP na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) se dá através da coordenação do Grupo de Trabalho Temático – GTT para definir os parâmetros para criação de sistema de logística reversa de Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos. Em 2013, o GTT realizou o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica, elaborado mediante convênio com a ABDI, e elaborou o Edital de Chamamento para o Acordo Setorial de Logística Reversa de Eletroeletrônicos.

A SDP também coordena o Grupo de Trabalho – GT3 com o objetivo de elaborar propostas de desoneração e criação de incentivos econômicos, financeiros e creditícios para a implementação da PNRS. A atuação da SDP na coordenação desses dois grupos produziu um estudo sobre incidência tributária na cadeia da reciclagem, em parceria com a CNI, e a celebração de dois acordos de cooperação técnica, um com a Agência Japonesa de Cooperação – JICA para ações na área de reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, e outro com o IBAMA para compartilhamento de

dados e informações relativos às operações de importação e exportação de bens sujeitos à logística reversa.

Outras ações relevantes na área ambiental estão ligadas à rotulagem ambiental e compras públicas sustentáveis, como o lançamento do Projeto de Cooperação MDIC/MMA/MP/UNEP, a celebração de Acordo de Cooperação com a Embaixada Britânica e o ICLEI Governos Locais pela Sustentabilidade para desenvolvimento de capacitação em compras públicas sustentáveis, com foco no Plano de Logística Sustentável do MDIC. A SDP também está trabalhando na elaboração do Índice de Sustentabilidade na Administração Pública para serem encaminhados à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP e critérios de sustentabilidade para compras públicas, no âmbito do Grupo de Trabalho Intersetorial em Produção e Consumo Sustentáveis (em parceria com MMA e CNI).

### Atração e facilitação de investimentos

As ações de atração e viabilização de investimentos produtivos são um dos pilares da SDP. Por meio da Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI), a Secretaria atua alinhada à SE com o objetivo de harmonizar as agendas de atração de investimentos do MDIC, além de produzir relatórios periódicos de anúncios de investimento no Brasil e articular com os estados a disseminação de informações e instrumentos de apoio à atração de investimentos.

Em parceria com a fDi Intelligence e o governo do Estado do Rio de Janeiro, foi realizado o 4º Seminário de Capacitação em Atração de Investimentos. O evento contou com entidades governamentais e privadas e abordou o Programa de Investimentos em Logística (PIL) e possibilidades de cooperação com a EPL, a experiência do estado do Rio de Janeiro em promoção de novos empreendimentos e apresentações de entidades estrangeiras (Espanha, França e Japão) sobre fundos de apoio à estruturação de projetos de infraestrutura no Brasil.

A SDP também realizou acordos de cooperação nessa área. Com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a SDP firmou acordo com o objetivo de compartilhar dados, estudos, metodologias e informações de oportunidades de investimentos e instrumentos de incentivo. Outra ação importante foi o Acordo de Cooperação com a Japan External Trade Organization (JETRO) que busca promover o comércio bilateral e um maior intercâmbio de informações e ações de facilitação de investimento produtivo entre Brasil e Japão. Com base nesse acordo, a SDP apoiou a vinda de uma missão de empresas japonesas interessadas em conhecer as oportunidades de investimentos no Brasil, que visitaram os estados da Bahia, São Paulo, Pernambuco, Goiás e o Distrito Federal.

No Eixo Temático 2: Fortalecimento de cadeias produtivas, a SDP coordena o Programa Brasileiro de Design (PBD), conduzindo o Comitê de Orientação Estratégica da Bienal 2015, que se realizará em Florianópolis. Ao longo de 2013 aspectos técnicos como o tema e a identidade visual foram definidos. Dentro do PBD, foi elaborado e publicado, mediante convênio celebrado com a ApexBrasil, o estudo “Mapeamento Estratégico para Inserção do Design no Grandes Eventos Esportivos no Brasil”, com atenção para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Também em parceria com a ApexBrasil foi encomendado o estudo “Mapeamento e Diagnóstico do Design no Brasil”, que está sendo realizado pelo Centro Brasil Design, e foi realizada a exposição “Celebrar Design Mercosul” com a mostra de 30 peças da indústria moveleira, sendo 10 de cada país – Argentina, Brasil e Uruguai. A exposição ocorreu durante a Feira Casa Brasil de design moveleiro em Bento Gonçalves, RS.

No setor de confecções e calçados, a SDP conduz diversas ações voltadas para a agregação de valor através da inovação e do design. Fruto da atuação da SDP no PBM foi criada a Rede Tecnológica de T&C, com oito Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), entidades representativas do setor privado e órgãos de governo visando coordenar as ações de P&D e divulgá-las ao setor produtivo. Foi também realizada a Oficina de Processo Criativo na sede da ABIT, no âmbito do Convênio MDIC/ABIT. O evento abordou a metodologia FORTH (Full steam ahead; Observ and learn; Raise ideas; Test ideas; Homecoming), e os empresários foram colocados em contato com o que há de mais moderno na área de estímulo à inovação sistêmica, além de terem recebido treinamento com as ferramentas abordadas.

Ainda sobre o setor de confecções e calçados, a SDP avançou no projeto de Materiotecas – físicas e virtuais. As materiotecas físicas são “bibliotecas” de materiais nas quais são disponibilizadas matérias-primas para as indústrias de confecções e calçados. A materioteca virtual complementa a materioteca física com imagens, especificações técnicas e contatos das empresas fornecedoras.

Por meio do Convênio MDIC/ASSINTECAL foi inaugurada a materioteca de São João Batista (SC) e a materioteca virtual já se encontra disponibilizada e em fase de testes no site <http://materiotecavirtual.com.br/>. Esse mesmo convênio viabilizou a realização do Workshop de integração do Sistema Moda Brasil (SMB), em Divinópolis (MG).

Em ações compartilhadas com outras instituições, importantes medidas foram colocadas em operação ao longo de 2013. Esse é o caso do programa Prodesign do BNDES, que foi concebido em articulação com diversos Conselhos de Competitividade do PBM. O programa foi criado incentivar investimentos em design, moda, desenvolvimento de produtos, diferenciação e fortalecimento de marcas em diversas cadeias produtivas: de bens de consumo duráveis.

Com vigência até dez/2015, o Prodesign financia diversos tipos de despesas, com destaque para as relacionadas à P&D, prototipagem, desenho industrial, aquisição de softwares desenvolvidos no país, despesas com treinamento, capacitações gerencial, técnica e de apoio operacional, aquisição de máquinas e equipamentos novos, investimentos em marketing e moldes industriais.

No PRONATEC, as equipes técnicas da SDP promoveram diálogos com o setor privado para articular a demanda por cursos de capacitação em diversos setores, e subsidiou o MDIC em seu acordo com o MEC na criação do PRONATEC-PBM. O mapeamento da demanda por qualificação foi realizado pela Secretaria de Inovação (SI) e contou com apoio da SDP junto às empresas e associações setoriais, gerando mais de 94 mil vagas homologadas, com destaques para o setor têxtil, com mais de 48 mil, de etanol, com mais de 24 mil e TICs, com mais de 12 mil. O MDIC está em fase final de negociações com MME e PETROBRAS para formalizar cooperação específica no setor de petróleo, gás e naval, alinhando o PRONATEC e o PNQP/PROMINP. Essa parceria já está sendo iniciada com uma turma para soldadores especializados em processo eletrodo-revestido para aço carbono e aço baixa liga, executado pelo SENAI de Aracajú.

Ainda na área de petróleo, gás e naval, foi aprovada pela JICA proposta de Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Japão no setor Naval e Offshore para promoção da qualificação profissional em parceria com o SENAI, que também atuará como instituição executora. Em novembro, missão técnica japonesa visitou os estados identificados como foco da cooperação, RJ, PE, BA e RS, para identificar, com SDP e SENAI, as necessidades de treinamento, bem como definir as diretrizes, atividades e metas do projeto, que será executado em 4 anos, a partir de 2014.

No setor Espacial, a Secretaria iniciou estudo para analisar a viabilidade do fomento e desenvolvimento do mercado de microssatélites no Brasil, em parceria com a Agência Espacial Brasileira (AEB), MCTI, FINEP, BNDES e ABDI. O mercado de microssatélites – que são satélites espaciais de tamanho pequeno e valores de fabricação mais acessíveis – ainda está em desenvolvimento em todo o mundo e não há grandes competidores consolidados, o que abre a possibilidade para que o Brasil dispute esse novo nicho de mercado. O produto final do estudo será um plano de negócios de um “cluster” de microssatélites que domine todo o ciclo fabril e tecnológico, o que inclui a manufatura, o lançamento, a gestão do dispositivo e sua vida-útil em órbita, e finalmente a inativação do artefato.

No Eixo Temático 4: Desenvolvimento de fornecedores e cadeias produtivas, destaque para:

#### Arranjos Produtivos Locais

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), instalado 2004 (Portaria Interministerial MDIC/MCTI/MP/MI nº 200) é coordenado pelo MDIC e conta com o apoio de uma Secretaria Executiva lotada na SDP. O GT articula ações de diversas órgãos com o objetivo de identificar os APLs existentes no país, definir critérios de ação governamental e construir um sistema de informações para o gerenciamento de projetos e atividades.

Atualmente, a discussão de APLs passa pela revisão dos instrumentos de política pública, pensando o adensamento e enraizamento das potencialidades produtivas e inovativas locais, e trabalhando com múltiplas escalas territoriais, econômicas, sociais, culturais, e ambientais. Nesse ínterim, a SDP trabalha pela ampliação da integração de ações e políticas governamentais e incentiva a maior interlocução entre estados e municípios e a participação desses no desenvolvimento do APL, com a discussão de definição dos marcos legais. Essa nova atuação está sendo chamada de 2ª Geração de Políticas para Arranjos Produtivos Locais.

Para alavancar as discussões em torno do assunto, a SDP instituiu o Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL) em 2012 que gerencia um banco de dados com o registro completo de 167 Instituições de Apoio aos APLs, 27 Núcleos Estaduais de APLs, 57 APLs de todo o País, e 246 empresas dos APLs registrados. O OBAPL disponibiliza também a Rede Social dos APLs, que possui cerca de 1.400 usuários (representantes de Instituições de Apoio, Governos Federal, Estaduais e Municipais, além de empresários e sociedade civil) que se organizam em suas mais de 30 comunidades de interesse. O OBAPL também conta com um portal de divulgação com uma média de 100 visitas diárias.

O OBAPL também conduz diversas ações, como a “Pesquisa de Campo nos APLs Brasileiros”, que será realizada com recursos do MCTI e parceria com a ABDI para coordenar a pesquisa e desenvolver a metodologia de campo. Com o IPEA está em elaboração um sistema de automatização das bases de dados públicas para alimentar o OBAPL e servir como insumo para a geração de indicadores dos APLs. Em 2013 também foi concluída uma sequência de quatro turmas de treinamento para os Núcleos Estaduais utilizarem o OBAPL, de forma que todos os Estados encontram-se aptos a gerir as suas próprias informações. A partir de agora o foco de treinamento passa a serem os próprios APLs com quatro treinamentos-piloto em Alagoas, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A SDP, na condição de coordenadora do GTP APL, realizou a 6ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais – Sustentabilidade dos APLs: Governança, Conhecimento e Inovação em Brasília (DF). O tema do evento aponta para a preocupação de dar sustentabilidade e

perenidade aos APLs existentes, tornando-os mais competitivos através da Inovação e de uma governança profissional e estratégica. Evento de caráter nacional, a 6ª Conferência propôs um debate voltado ao aprimoramento da atuação das instituições relacionadas ao tema. O objetivo central foi mobilizar os segmentos produtivos e as principais instituições governamentais e não-governamentais, para aprimorar as políticas de desenvolvimento regional e de apoio aos APLs. Participaram mais de 600 pessoas com a realização de oficinas, palestras, encontros de negócios, casos de sucesso, reuniões, parcerias e minicursos. Os temas discutidos refletem os assuntos mais importantes da discussão sobre a 2ª Geração de Políticas para APLs.

### Desenvolvimento de fornecedores e offset

A SDP possui importantes ações de capacitação de fornecedores em dois setores estratégicos do PBM: automotivo e petróleo, gás e naval. Por meio da realização de convênios com diversas instituições capacitadas e com experiência no assunto, a SDP está aplicando mais de R\$ 13 milhões em programas de desenvolvimento de fornecedores. A realização desses convênios está voltada para grandes empresas nos setores citados com o objetivo de ampliar relacionamentos cooperativos entre empresas âncoras e fornecedores de sua cadeia de valor para facilitar a realização de negócios e melhorar a competitividade dos setores. Estão em vigência projetos na Bahia e em Minas Gerais, no setor de petróleo, gás e naval, e na Bahia e Pernambuco, no setor automotivo. Nesse caso, o volume de recursos alcança mais de R\$ 5 milhões e envolve, ao todo, 120 fornecedores.

Ao longo de 2013 mais convênios e ações foram desenvolvidas e já começaram a ser implementadas. Com mais R\$ 8 milhões em recurso da SDP e 300 fornecedores, o MDIC está realizando projetos no setor automotivo, nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Já em fase de execução está um Acordo de Cooperação com o SEBRAE Nacional para realização de projetos de encadeamento produtivo com empresas âncoras nos estados de Minas Gerais (FIAT), Rio Grande do Sul (General Motors), São Paulo (Volkswagen), Paraná (Renault), Rio de Janeiro (MAN, PSA, Nissan), Bahia (Ford) e Santa Catarina (BMW).

Em fevereiro, foi lançado o Plano de Desenvolvimento de APLs para o setor de Petróleo, Gás e Naval, no âmbito do PROMINP, em cooperação com o PBM. O projeto visa desenvolver ações de apoio para indução e fortalecimento de APLs estratégicos à competitividade da cadeia de P, G & N em 5 territórios-precursores: Suape e entorno (PE), Maragogipe e entorno (BA), Vale do Aço (MG), Comperj (RJ), e Rio Grande e entorno (RS). Foram realizados diversos workshops e ações em cada um dos estados (19 no total) de modo a mobilizar os setores público e privado locais a constituir uma governança e elaborar uma Agenda de Desenvolvimento Territorial/Plano de Ação.

No setor de Defesa, a SDP é parte fundamental na verificação do cumprimento do offset no âmbito do Projeto HXBR. Esse projeto está vinculado à assinatura do acordo de cooperação entre o Brasil e a França, que estipula a aquisição de 50 helicópteros de médio porte para as Forças Armadas. Cabe ao MDIC, por meio SDP, verificar o cumprimento dos milestones – que são metas com entregas bem definidas, presentes nos Projetos de Cooperação Industrial (ICP), no qual será realizado o acompanhamento das empresas beneficiárias do Acordo de Compensação e Cooperação Industrial 001/CTA-SDDP/2008. O Contrato pactuado entre o Ministério da Defesa e o Consórcio Helibras/Eurocopter prevê, subjacente à construção de 50 helicópteros modelo EC-725 "Super Cougar", um Acordo de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica que promove o desenvolvimento nacional por meio de atividades de produção, comércio e transferência de tecnologia, bem como dois Contratos de Suporte Logístico (CLS), um para a Aeronave e outro para



os motores MAKILA 2A1 que equipam os EC-725. Assim, desde setembro último, a SDP vem realizando a verificação do cumprimento dos Projetos de Cooperação Industrial, visando dar suporte ao Ministério da Defesa no que concerne ao reconhecimento dos créditos de Offset do Programa HXBR.

Ainda no âmbito do Projeto HXBR, a SDP deu ensejo ao Termo de Cooperação MDIC e Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Por meio deste, a UNIFEI, fará o acompanhamento e avaliação do impacto da transferência de tecnologia na competitividade das empresas beneficiárias dos 24 projetos do Acordo de Cooperação Industrial do Programa. A duração do projeto é de quatro anos (48 meses), podendo ser estendida a critério do MDIC, e o valor total de recursos previsto é de R\$ 1 milhão de reais.

### Estudos e projetos

Dentro do tema desenvolvimento de fornecedores e adensamento de cadeias produtivas, a SDP contrata e produz diversos estudos com instituições parceiras para subsidiar a formulação de suas políticas públicas.

Convênio SEBRAE da Paraíba – Estudo do complexo ovino-caprino: O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o complexo de produtos da caprino-ovinocultura e os limitantes do seu desenvolvimento. Recursos do Convênio: R\$ 527.878,76, sendo R\$ 395.828,76 a participação do MDIC e R\$ 132.050,00 de contrapartida da convenente. A vigência vai até 27/04/2014.

Convênio ABDI – Estudos Técnicos voltados para a construção civil para caracterização de produtos e atendimento a critérios de responsabilidade ambiental e social, qualidade, coordenação modular e Norma de desempenho: Economia de Baixo Carbono; Estudo Técnico para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cerâmica Vermelha; Estudo Técnico para Agregados Minerais da Construção; Estabelecimento de Critérios de Referência para Avaliação da Sustentabilidade. Recursos do Convênio: R\$ 4.351.024 sendo R\$ 2.850.000,00 a participação do MDIC e R\$ 1.501.024,00 de contrapartida da convenente. A vigência vai até 05/12/2014.

Convênio Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal - Subsídios e Proposições para a Formulação de uma Política Industrial Sustentável para a Amazônia: O objetivo do estudo é gerar conhecimento sobre os sistemas produtivos de base florestal madeireira localizados na Amazônia Legal, identificando fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento industrial da região, e a consequente formulação de uma política industrial para a Amazônia visando ao desenvolvimento de um modelo de industrialização sustentável, com agregação de valor, melhoria da eficiência, da qualidade de produtos e da competitividade dos sistemas produtivos. Recursos do Convênio: R\$ 590.174,24, sendo R\$ 395.820,00 a participação do MDIC e R\$ 178.000,00 a contrapartida da convenente. A vigência se encerrou em 30/06/2013.

Convênio ApexBrasil – Desenvolvimento de cursos à distância visando à promoção da competitividade empresarial por meio da melhoria de processos e produtos das empresas brasileiras. Esse estudo visa desenvolver soluções técnicas de apoio ao empresário brasileiro, dando a estes ferramentas que lhes ajudem no seu posicionamento estratégico frente às oportunidades de negócios em mercados internacionais. Recursos do Convênio: R\$ 760.000,00, sendo que a participação do MDIC foi de R\$ 680.000,00 e R\$ 80.000,00 a contrapartida da convenente. A vigência se encerrou em 30/04/2013.

Convênio Secretaria das Cidades do Ceará – Observatório do APL do Ceará: Objetivo do convênio é criar observatórios econômicos e sociais nas 4 quatro macrorregiões do estado do Ceará: Sertão dos Inhamuns, Litoral Oeste/ Ibiapaba, Baturité e Sertão Central, para possibilitar o acompanhamento de indicadores econômicos e sociais, identificar e monitorar a formação APLs. Recursos do Convênio: R\$ 670.000,00, sendo que a participação do MDIC é de R\$ 600.000,00 e o Estado participa com R\$ 70.000,00 a título de contrapartida. A vigência vai até 13/05/2014.

No Eixo Temático 5:

Em 2013 a SDP avançou em três frentes principais: avaliação de pleitos de alterações tarifárias, integração produtiva com o Mercosul e respostas a questionamentos sobre o Trade Policy Review (mecanismo da OMC que explicita as políticas comerciais dos Estados Membros da Organização).

Integração produtiva e negociações internacionais, no ano de 2013, o SGT focou principalmente as áreas de artesanato e de design como instrumento de inovação. Nesse contexto, a Comissão de MPMEA do SGT07 voltou suas atividades na negociação de um glossário Mercosul de Artesanato e na negociação com o Grupo de Aduanas do Mercosul para firmar um acordo que facilite o trânsito de produtos artesanais originários dentro do Bloco. Esse acordo está bastante avançado e sua assinatura e entrada em vigência é marco importante da agenda do SGT para 2014.

Por outra parte, a Comissão de Qualidade e Inovação do SGT7 (CQI), enfatizou, em 2013, o desenvolvimento do setor de design regional. Com o apoio da ApexBrasil foi possível a participação de produtos dos Estados Partes na Feira de Milão. A CQI, também, trabalhou numa proposta de projeto para o setor de design do Mercosul. No momento, a proposta está em análise para verificação de sua compatibilidade com o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que é um potencial financiador. A perspectiva para 2014 é a aprovação do Projeto e o início de sua implementação sob coordenação da CQI/SGT7.

O Grupo de Integração Produtiva (GIP) avançou no encaminhamento dos temas que compõe sua agenda, com ênfase na integração produtiva nos setores de energia eólica, naval, brinquedos, aeronáutica e entre clusters/APLs do Bloco. Para potencializar esse trabalho, o GIP criou Comitês de Integração Produtiva para focar em cada um desses setores.

Além desses trabalhos, o GIP trabalhou fortemente apoiando o GAFOPYME, órgão colegiado do Mercosul responsável pelo encaminhamento de ações voltadas para a regulamentação do Fundo de Garantias Mercosul para empresas envolvidas em processo de integração produtiva. Como resultado desse esforço, foram firmadas pelo Conselho de Ministros do Mercosul as Decisões 046/12 – Regulamento FOPYME e 047/12 – Aspectos Operativos do Fundo de Garantias. Em 2014, o Conselho de Administração do FOPYME, estará trabalhando, com forte apoio do GIP, na implementação do Fundo.

No âmbito do Grupo de Alto-Nível Brasil-Uruguaí, a SDP tem coordenado o subgrupo de integração produtiva o qual elegeu o setor naval como prioritário para os dois países. Nesse sentido, foram realizados diversos encontros técnicos com vistas à troca de informações sobre os instrumentos de apoio ao setor nos dois países, como financiamento, tributação e conteúdo local.

Com foco em setores específicos, a SDP participou de alguns eventos e se envolveu em atividades de negociação internacional com potenciais ganhos para o setor produtivo brasileiro. A SDP apoiou a Secretaria de Inovação na 1ª Reunião do Grupo Franco-Brasileiro sobre Inovação,

realizada em Paris, com foco na cooperação entre polos de petróleo, gás e naval. Na ocasião, ocorreram visitas técnicas aos Pólos de Competitivité desse setor. A delegação brasileira, coordenada pela SI, apresentou panorama do setor de petróleo, gás e naval no Brasil, chamando a atenção para oportunidades de negócios para pequenas e médias empresas de ambos os países. Vale destacar a participação do BNDES, que estuda articular mecanismo de co-financiamento com seu equivalente francês a projetos de inovação entre empresas dos dois países.

Aproveitando a realização do Offshore Technology Conference em Houston – Texas, a ApexBrasil promoveu seminário de atração de investimentos para a cadeia de petróleo e gás com a participação de cerca de 100 empresários. Coube à SDP apresentar as oportunidades na cadeia de petróleo, gás e naval e as medidas e incentivos do governo ao setor, por meio do Plano Brasil Maior. O encontro também serviu para reunir representantes da ABDI, Apex-Brasil, do Consulado brasileiro em Houston e dos Departamentos do Comércio e de Energia dos Estados Unidos, para aprofundar agenda de cooperação bilateral na área de petróleo e gás (principalmente não convencionais). Como resultado, foi realizado, em parceria com o governo norte-americano, MME, ABDI e APEX, seminário sobre recursos não-convencionais no Rio de Janeiro em dezembro de 2013, após a 12ª rodada de licitações para exploração de gás offshore no Brasil. Na ocasião, além de se discutir aspectos regulatórios e econômicos envolvidos na exploração destes recursos no Brasil e nos Estados Unidos, foi dada a oportunidade para que empresas dos dois países compartilhassem suas experiências e discutissem eventuais parcerias.

No Setor aeronáutico, o ano de 2013 marcou a inserção da SDP em discussões internacionais relevantes para o complexo industrial do setor. O Brasil atualmente articula parceria em aviação com os Estados Unidos. O principal objetivo é incrementar a cooperação entre os dois países criando oportunidades de negócios ao setor privado e estimular investimentos em diversas áreas, com destaque para infraestrutura, biocombustíveis para aviação e indústria aeronáutica.

## **SEÇÃO 3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

### **3.1 Estrutura de Governança**

A Secretaria do Desenvolvimento da Produção não dispõe dessa estrutura

### **3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos**

Esta Secretaria não dispõe da estrutura. As informações prestadas no quadro A.3.2 refletem a avaliação da Secretaria sobre os mecanismos de controle utilizados, mesmo não dispondo de estrutura formalizada.

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

<b>ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS</b>	<b>VALORES</b>				
<b>Ambiente de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>x</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>x</b>
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					<b>x</b>
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					<b>x</b>
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				<b>x</b>	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>x</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				<b>x</b>	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>x</b>	
<p><b>Análise Crítica:</b>            Quanto à Avaliação de risco/Procedimentos de controle/Monitoramento, vale salientar as Metas Globais de Desempenho Institucional estabelecidas no âmbito do Planejamento Estratégico deste Ministério, contribuem para a efetividade do controle de processos e para o monitoramento do desempenho profissional e da atuação institucional da Unidade. Da mesma forma, em relação ao Ambiente de Controle, prima-se pela observância do Código de ética da Alta Administração Federal e pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Ainda, no âmbito do PPA algumas metas foram sugeridas, com vistas a garantir o controle da gestão, dentre elas: reformulação de metodologias de concessão de benefícios fiscais; implantação de sistemas informatizados e revisão e aperfeiçoamento de regimes especiais.</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica

### 3.4 Sistema de Correição

Não se aplica – a Secretaria do Desenvolvimento da Produção não possui estrutura ou sistema próprio de correição. As atividades inerentes à matéria são desempenhadas por unidade setorial integrante da estrutura da Controladoria-Geral da União, Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

### 3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria CGU Nº 1.043/2007

Essas informações , caso existam, serão consolidadas no Relatório da Secretaria Executiva.

### 3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

Nada a registrar

## SEÇÃO 4 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1 Execução das despesas

Esta UJ não é unidade gestora e a execução do orçamento alocado nas ações orçamentárias 210E e 2692 é feita pelas Unidades Orçamentárias 280101(Coordenação-Geral de Recursos Logísticos) e 280104(Coordenação-Geral de Recursos Humanos), ambas da UGO 28101.

As informações de Programação são centralizadas na Setorial Orçamentária 28102. Em decorrência, os dados estão consolidados na prestação de contas da Secretaria Executiva. Esta UJ estará apresentando informações relacionadas as despesas que puderam ser extraídas, de forma individualizada, pelo SIAFI gerencial.

#### 4.1.3 Realização da Despesa com Créditos Originários

#### QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	853.989,84	1.436.746,00	853.989,84	1.180.651,00
Pregão – Passagem aérea	530.090,96	344.747,00	530.090,96	
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>				
h) Dispensa	7.350,00	5.481,00	7.350,00	5.481,00
i) Inexigibilidade	45.299,78		45.299,78	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	267.896,37	229.990,00	267.896,37	
<b>5. Outros- Não se Aplica</b>	8.771.990,80	9.339.756,00	8.771.990,80	754.800,00
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>10.476.617,75</b>	<b>11.356.720</b>	<b>10.476.617,75</b>	<b>1.940.932,00</b>

Fonte: SPOA/Siafi Gerencial

#### **4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Em decorrências essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva.

#### **4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Em decorrências essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva.

#### 4.4 Transferências de Recursos

##### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

#### QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior									
CNPJ: 00.394.478/0002-24					UG/GESTÃO: 280101/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	702380	76.282.664/0001-52	180.682,49	30.682,49	0,00	150.000	31/12/2008	24/02/2014	1
1	720191	87.612.818/0001-43	206.000,00	6.000,00	0,00	200.000	31/12/2009	12/07/2013	1
1	726113	23.804.149/0001-29	861.010,00	261.010,00	0,00	600.000	31/12/2009	28/05/2014	1
1	722857	09.139.551/0001-05	527.878,76	132.050,00	0,00	395.828,76	31/12/2009	27/04/2014	1
1	722879	04.109.447/0001-54	590.174,24	178.000,00	0,00	395.820,00	31/12/2009	30/06/2013	1
1	724484	33.402.892/0001-06	880.180,88	153.000,00	0,00	583.200,00	31/12/2009	31/07/2014	1
1	728795	62.673.454/0001-80	602.355,20	120.780,00	0,00	481.575,20	31/12/2009	31/12/2013	1
1	750648	53.415.717/0001-60	220.000	20.000	0,00	200.000	31/12/2010	21/07/2013	1
1	755164	76.244.961/0001-03	515.000	15.000	0,00	500.000	31/12/2010	31/03/2014	1
1	745405	75.845.545/0001-06	408.163,27	8.163,27	0,00	400.000	31/12/2010	16/03/2013	1
1	745447	76.205.665/0001-01	160.000	10.000	0,00	150.000	31/12/2010	08/03/2013	1
1	745398	78.113.834/0001-09	154.000	4.000	0,0	150.000	31/12/2010	02/03/2014	1
1	745458	75.969.667/0001-04	306.500	6.500	0,00	300.000	31/12/2010	31/12/2013	1
1	746460	11.097.391/0001-20	319.760,12	19.760,12	0,00	300.000	29/12/2010	12/03/2014	1
1	746487	72.836.588/0001-29	148.701,28	48.701,28	0,00	100.000	31/12/2010	09/09/2014	1
1	746507	46.248.837/0001-55	326.915,84	126.915,84	200.000	200.000	31/12/2010	31/12/2014	1
1	746515	78.600.491/0001-07	204.150,00	4.150,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	746542	11.097.391/0001-20	319.760,12	19.760,12	0,00	300.000	29/12/2010	12/03/2014	1
1	746614	45.307.980/0001-08	331.990	31.990	0,00	300.000	31/12/2010	08/11/2013	1
1	746645	78.121.963/0001-68	259.378,89	59.378,89	0,00	200.000	29/12/2010	04/08/2013	1



1	750083	31.244.163/0001-43	136.480	36.480	0,00	100.000	07/12/2010	07/12/2012	1
1	750945	01.613.940/0001-19	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	31/12/2010	01/07/2013	1
1	750967	01.131.713/0001-57	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	31/12/2010	08/03/2014	1
1	750971	01.135.904/0001-97	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	31/12/2010	05/07/2014	1
1	751727	01.157.536/0001-88	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	30/12/2010	11/12/2013	1
1	751716	00.006.874/0001-56	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	31/12/2010	07/07/2013	1
1	751803	59.754.648/0001-04	125.000,00	25.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2012	1
1	751194	24.850.216/0001-04	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	08/05/2013	1
1	751124	02.506.012/0001-18	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	31/12/2010	31/12/2013	1
1	751414	01.005.917/0001-41	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	30/12/2010	01/07/2013	1
1	751374	01.219.807/0001-82	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	30/12/2010	28/07/2014	1
1	751252	01.135.409/0001-88	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	27/11/2013	1
1	751123	26.867.770/0001-20	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	31/12/2010	18/06/2014	1
1	751198	01.105.626/0001-25	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	30/12/2010	27/10/2013	1
1	752590	01.005.727/0001-24	432.375	17.295	0,00	415.080	30/12/2010	11/11/2013	1
1	751964	01.123.678/0001-24	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	19/06/2014	1
1	751857	01.291.707/0001-67	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	30/12/2010	04/09/2013	1
1	751985	01.067.479/0001-46	437.730,81	22.650,81	0,00	415.080	30/12/2010	09/09/2013	1
1	751958	01.067.164/0001-07	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	08/03/2014	1
1	751898	63.893.929/0001-07	148.642,04	3.642,04	0,00	145.000	31/12/2010	12/11/2013	1
1	751776	07.200.966/0001-11	4.351.024,00	1.501.024,00	0,00	1.275.000	29/12/2010	05/12/2014	1
1	752096	00.005.959/0001-10	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	31/08/2013	1
1	752253	01.791.276/0001-06	319.244,90	6.384,90	0,00	312.860	30/12/2010	08/09/2013	1
1	752095	02.267.698/0001-31	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	24/05/2014	1
1	752057	01.298.975/0001-00	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	30/12/2010	11/10/2013	1
1	752158	04.215.377/0001-19	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	31/12/2010	25/05/2013	1
1	752199	01.153.030/0001-09	423.551,02	8.471,02	0,00	415.080	30/12/2010	16/12/2013	1
1	752125	02.262.368/0001-53	319.244,90	6.384,90	0,00	312.860	31/12/2010	05/07/2013	1
1	752093	01.067.248/0001-32	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	02/07/2013	1
1	752154	02.321.115/0001-03	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	31/12/2014	1
1	753267	02.264.166/0001-40	257.826,53	5.156,53	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2012	1
1	753268	01.067073/0001-63	257.826,53	5.156,53	0,00	252.670	30/12/2010	20/05/2014	1
1	755791	03.119.126/0001-78	170.000	35.000	0,00	135.000	14/07/2011	14/05/2012	4
1	762003	46.415.998/0001-96	221.000	21.000	0,00	0,00	30/12/2011	30/09/2013	1

1	763094	53.415.717/0001-60	220.000	20.000	0,00	200.000	29/12/2011	27/07/2014	1
1	762002	43.352.746/0001-65	234.494,22	34.494,22	0,00	200.000	30/12/2011	25/02/2015	1
1	764472	51.842.177/0001-76	102.907,04	2.907,04	0,00	0,00	29/12/2011	28/02/2014	1
1	761969	76.958.974/0001-44	204.964,44	4.964,44	0,00	200.000	29/12/2011	03/09/2014	1
1	766276	07.200.966/0001-11	388.520	65.600	0,00	322.920	28/12/2011	28/02/2013	1
1	764845	76.460.526/0001-16	516.000	16.000	0,00	500.000	29/12/2011	16/02/2015	1
1	764836	05.541.424/0001-87	670.000	70.000	0,00	300.000	29/12/2011	13/05/2014	1
1	764841	07.200.966/0001-11	982.000	182.000	0,00	800.000	28/12/2011	30/06/2014	1
1	764822	05.507.500/0001-38	1.542.000	154.200	588.000	1.188.000	28/12/2011	15/11/2013	1
1	764556	07.200.966/0001-11	720.000	120.000	0,00	600.000	28/12/2011	31/07/2013	1
1	764832	07.200.966/0001-11	784.054,00	95.500,00	0,00	688.554	28/12/2011	31/12/2014	1
1	764820	05.507.500/0001-38	760.000	80.000	0,00	680.000	28/12/2011	30/04/2013	1
1	777479	07.200.966/0001-11	669.333,33	66.933,33	602.400,00	602.400,00	26/12/2012	26/05/2015	1
1	772466	01.612.443/0001-04	256.800,01	6.800,01	250.000	250.000	31/12/2012	20/05/2015	1
1	781475	18.125.138/0001-82	260.500	10.500	250.000	250.000	31/12/2012	30/12/2015	1
1	781471	75.845.503/0001-67	256.000	6.000	250.000	250.000	31/12/2012	22/10/2015	1
1	781479	01.612.489/0001-15	255.500	5.500	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778313	76.995.455/0001-56	260.247,56	10.247,56	250.000	250.000	31/12/2012	30/12/2015	1
1	778309	15.244.114/0001-54	1.200.000,00	60.000	323.296,00	323.296,00	28/12/2012	01/01/2016	1
1	775366	11.000.361/0001-54	1.188.800,00	118.880,00	534.960,00	534.960,00	27/12/2012	06/12/2015	1
1	778912	18.186.718/0001-80	306.123	6.123	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778337	10.091.585/0001-56	416.000	16.000	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	781483	10.091.585/0001-56	306.500	6.500	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	781213	76.105.543/0001-35	2.152.680	402.680	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778913	75.381.178/0001-29	256.000	6.000	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778345	76.919.083/0001-89	307.000	7.000	0,00	0,00	31/12/2012	31/12/2014	1
1	778318	75.801.738/0001-57	257.500,00	7.500,00	0,00	0,00	27/12/2012	31/12/2014	1
1	778911	15.244.114/0001-54	1.294.650	123.000	465.900,00	465.900,00	28/12/2012	16/12/2015	1
1	775397	17.422.056/0001-37	1.485.630	296.380	600.000,00	600.000,00	28/12/2012	01/12/2014	1
1	774207	89.908.479/0001-72	666.378	105.578	0,00	0,00	26/12/2012	22/03/2015	1
1	770831	07.200.966/0001-11	170.500	3.700	166.800	166.800	17/07/2012	31/08/2013	1
1	785846	01.612.453/0001-31	256.000	6.000	0,00	0,00	11/12/2013	31/12/2015	1
1	787395	76.208.842/0001-03	255.150	5.150	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	789032	76.995.430/0001-52	257.500	7.500	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1

1	789040	75.972.760/0001-60	300.000	50.000	0,00	0,00	19/12/2013	31/12/2015	1
1	789047	75.443.812/0001-00	256.000	6.000	0,00	0,00	20/12/2013	31/12/2015	1
1	789050	77.398.154/0001-08	310.005,89	10.005,89	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	789053	95.640.652/0001-05	269.605,44	19.605,44	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	789064	75.741.330/0001-37	1.025.000	25.000	0,00	0,00	20/12/2013	31/12/2015	1
1	789090	76.238.443/0001-87	255.500	5.500	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	799515	75.359.760/0001-99	307.000	7.000	0,00	0,00	30/12/2013	31/12/2015	1
1	789082	01.612.443/0001-04	357.281,96	7.281,96	0,00	0,00	12/12/2013	31/12/2015	1
1	789058	01.613.360/0001-21	351.000	101.000	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	789055	83.102.756/0001-79	722.580,48	22.580,48	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	785407	73.380071/0001-66	280.000	30.000	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	789026	01.612.812/0001-50	256.000	6.000	0,00	0,00	11/12/2013	31/12/2015	1
1	785845	01.612.388/0001-44	256.000	6.000	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	785399	01.619.104/0001-41	256.000	6.000	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	785364	01.613.167/0001-90	280.000	30.000	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	789037	76.205.673/0001-40	260.000	10.000	0,00	0,00	20/12/2013	31/12/2015	1
1	789099	76.217.025/0001-03	255.122	5.122,62	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	789089	75.799577/0001-04	255.500	5.500	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	789044	76.002.666/0001-40	256.000	6.000	0,00	0,00	31/12/2013	31/12/2015	1
1	789098	76.247.337/0001-60	255.200	5.200	0,00	0,00	18/12/2013	31/12/2015	1
1	793015	88.648.761/0001-03	1.300.000,00	104.000,00	0,00	0,00	23/12/2013	15/12/2015	1
1	793014	62.145.750/0001-09	1.321.200,00	189.000,00	0,00	0,00	20/12/2013	15/12/2016	1
1	793000	33.938.861/0001-74	1.334.000,00	134.000,00	0,00	0,00	18/12/2013	15/01/2016	1
1	795783	05.507.500/0001-38	366.666,67	36.666,67	0,00	0,00	26/12/2013	31/07/2014	1

Fonte: SICONV/SIAFI

#### **4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Em decorrências essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

#### **4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Em decorrências essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

#### **4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Em decorrências essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

#### **4.4.5 Análise Crítica**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Em decorrências essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

#### **4.5 Suprimento de Fundos**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Em decorrências essas informações estão consolidadas na prestação de contas da Secretaria Executiva

#### **4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ**

##### **4.6.1. Benefícios Financeiros e Creditícios**

Nada a registrar

## 4.6.2. Renúncias Tributárias

### 4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação

QUADRO – A.4.6.2.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ

Tributo/Contribuição Gasto Tributário	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
Imposto (IPI)	Lei nº 9440, de 14 de março de 1997; Dec. 3893, de 22 de agosto de 2001; Dec. 5710, de 24 de fevereiro de 2006 e Lei nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, Decreto nº 7389, de 09 de dezembro de 2010, Lei 12.407, de 19 de maio de 2011 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010	Crédito Presumido do IPI	Lei nº 9.440 - Contribuir para instalação de unidades da indústria automotiva, fomentar o desenvolvimento regional, o aumento do nível de emprego e a descentralização industrial no Brasil.	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação	2020	Realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, correspondente a, no mínimo, 10% do valor do benefício.
Imposto (IPI)	Lei nº 9826, de 23 de agosto de 1999, Lei nº 12.218, de 30 de março de 2010, MP 512, de 25 de novembro de 2010 e Decreto nº 7422, de 31 de dezembro de 2010	Crédito Presumido do IPI	Lei nº 9.826 - Instituir mecanismos que permitam a ampliação do parque industrial do País, notadamente em regiões geográficas menos favorecidas, atraindo investimentos externos, bem como a melhoria da capacidade das empresas competir no mercado internacional, ampliando o horizonte de atuação e,	Implantação dos projetos no prazo máximo de 42 meses, contado da data de sua aprovação	2015	Realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, correspondente a, no mínimo, 10% do valor do benefício.

			por consequência, as exportações brasileiras, buscando o equilíbrio das contas públicas e do aumento do emprego.			
--	--	--	--	--	--	--

**Fonte:** CAO A, MMC, FORD Motor Company, TCA Componentes Automotivos e Baterias Moura

**Nota:** a gestão desta Secretaria ocorre sobre créditos presumidos do IPI, pleiteados por empresas, que foram habilitadas a usufruir dos benefícios da Lei 9.440/1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências e da Lei 9.826, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências. Nos dois casos, os objetivos sócio-econômicos são de contribuir para a instalação de unidades da indústria automotiva, fomentar o desenvolvimento regional, o aumento do nível de emprego e a descentralização industrial do país, e ainda, atrair investimentos externos e propiciar a melhoria da capacidade das empresas de competir no mercado internacional.

#### 4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

QUADRO A.4.6.2.2. - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Gasto Tributário:						
Valores	2013		2012		2011	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
<b>Renúncia</b>	2.136.893	1.543.932	1.000.557	1.255.630	1.588.415	1.562.599
<b>Contrapartida</b>						
<b>Medidas de Compensação</b>						

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção/MDIC

#### 4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Nada a declarar.

#### 4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

##### QUADRO A.4.6.2.4.2 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

Gasto Tributário:						
UF	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
BA	1	1.154.649	1	796.426	1	903.529
CE	1	64.272	1	4.000	1	5.337
GO	2	222.118	2	387.227	2	598.786
PE	2	102.893	2	67.977	2	54.947
□	6	1.543.932	6	1.255.630	6	1.562.599

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção/MDIC

#### 4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

Nada a Declarar.

#### 4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Nada a Declarar.

#### 4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica.

#### 4.6.2.8 Comunicações à RFB

Não se aplica.

#### 4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica.

Tabela 4 - EMPREGOS GERADOS NAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DO CRÉDITO PRESUMIDO DO IPI - 2013

ESTADO	EMPRESA	Nº DE EMPREGOS GERADOS
BA	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	13.691
CE	TROLLER VEICULOS ESPECIAIS	467
PE	TCA- TECNOLOGIA EM COMP. AUT. S.A	488
	ACUMULADORES MOURA S.A	2.364
GO	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	4.051
	CAOA MONTADORA DE VEÍCULOS S.A	3.400
TOTAL		24.461

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

#### 4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

### DECLARAÇÃO

Eu, **Heloisa Regina Guimarães de Menezes**, responsável pela concessão, pelo acompanhamento e fiscalização do benefício tributário), CPF nº 618.217.646-68, Secretária do Desenvolvimento da Produção, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) (normativo que disciplina a concessão e a fruição do benefício fiscal, com o seu número e data de edição), foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea “c”; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea “a”.

Brasília 28 de março de 2014.

**Heloisa Regina Guimarães de Menezes**

CPF 618.217.646-68

Secretária do Desenvolvimento da Produção



#### **4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB**

Não se aplica.

#### **4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica**

Com relação à **captura e registro das informações sobre as renúncias**, estas são de responsabilidade da SRFB. O MDIC é responsável pelo acompanhamento dos Regimes no que tange aos compromissos assumidos com vistas à habilitação/credenciamento nos Regimes, o que é realizado por meio de relatórios trimestrais. Nesses relatórios, uma das informações geralmente solicitada é o valor da renúncia tributária (crédito presumido de IPI e PIS-COFINS, no caso da Lei nº 9.440, de 1997) do período (a fonte de informação é a própria empresa beneficiária).

Destaque-se que, apesar de não acompanharmos diretamente a situação das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, quanto ao recolhimento de tributos federais, contribuições sociais e do FGTS, sempre se teve a atenção de não conceder incentivos fiscais a empresas que não pudessem fazer prova que estavam em dia com esses tributos e contribuições. Cabe ressaltar aqui, que são aceitas as certidões positivas, com efeito negativo (certidões concedidas às empresas cujos débitos estão sendo discutidos judicialmente).

#### **4.7 Gestão de Precatórios**

Não se aplica.

## SEÇÃO 5- GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

### 5.1 Estrutura de pessoal da unidade

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>16</b>	<b>96</b>	<b>18</b>	<b>14</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	16	96	18	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	88	16	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	6	2	1
<b>2. Empregados anistiados regidos pela CLT (2.1+2.2)</b>	<b>Não há</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao MDIC	Não há	0	0	0
2.2 Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no MDIC	Não há	1	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>Não há</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>16</b>	<b>104</b>	<b>19</b>	<b>6</b>

Fonte: Sistema SIAPECAD e Extrator de dados

#### Nota:

**Item 1.2.4** – Considerou-se requisitados de outros órgãos e esferas os servidores que estão em situação funcional de requisitados e requisitados de empresa.

**Item 2-** Optou-se por separar os empregados anistiados regidos pela CLT, uma vez que não ocupam cargo efetivo

Quanto à lotação autorizada, foram considerados 16 analistas de comércio exterior, devido ao provimento dos cargos e lotação na SDP, conforme Portaria nº 63, de 26 de fevereiro de 2013, DOU de 27 de fevereiro de 2013.

### 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>5</b>
Fonte: SIAPECAD e Extrator de dados	

### 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>10</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	36	10	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	21	5	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	2	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	6	3	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	7	1	2
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	13	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>50</b>	<b>49</b>	<b>11</b>	<b>2</b>

Fonte: SIAPECAD e Extrator de dados

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	17	16	13	8	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>6</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	9	10	10	5
2.3. Funções Gratificadas	3	2	2	5	1
<b>3. Empregados anistiados regidos pela CLT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
3.1 Empregados anistiados regidos pela CLT vinculados ao MDIC	-	-	-	-	-
3.2 Empregados anistiados de órgãos regidos pela CLT em exercício no MDIC	-	-	-	-	1
<b>4. Totais (1+2+3)</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>7</b>

Fonte: SIAPECAD e Extrator de dados

### 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>38</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	9	38	3	3	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>27</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	25	7	1	1
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	10	2	-	-	-
<b>3. Empregados anistiados regidos pela CLT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
3.1 Empregados anistiados regidos pela CLT em exercício no MDIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2 Empregados anistiados de outros órgãos regidos pela CLT em exercício no MDIC	-	-	-	-	-	-	-	1	-
<b>3. Totais (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>65</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPECAD, Extrator de dados e pasta de assentamentos funcionais

**Nota:**

**Item 3-** Optou-se por separar os empregados anistiados regidos pela CLT, um vez que não ocupam cargo efetivo.

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

### 5.1.5 Cadastramento no Sisac

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

### **5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

### **5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

### **5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

## **5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

## **SEÇÃO 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

## **SEÇÃO 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

## **SEÇÃO 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Esta UJ não é Unidade Gestora. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

## SEÇÃO 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Não há registro no exercício.

### 9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula

#### 9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

##### QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	2.1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<b>Recomendação 1:</b> Dar transparência da avaliação prévia da SDP quanto à proposta de fixação do PPB à empresa interessada, informando-a se o pleito apresenta ou não os elementos necessários para a completa instrução do PPB. Tal avaliação prévia da SDP deve ser clara e tempestiva, para que a parte interessada tenha a oportunidade de apresentar com brevidade nova proposta, caso necessário. Além disso, que passe a publicar os motivos do indeferimento dos pleitos no DOU, conforme previsto em normativos, para dar transparência tanto ao interessado como também à sociedade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O atendimento completo da demanda compreende o treinamento de uma equipe de apoio à equipe de PPB dentro da CGEL/DESIT, a disponibilização de ferramentas eletrônicas de recepção de propostas e acompanhamento do processo de análise e o ajuste das portarias regulando procedimentos, critérios e prazos das etapas de análise de forma e conteúdo. O cumprimento desta determinação passa por ajustes na Portaria MDIC/MCT nº 170/2010, que dependem do desenvolvimento do sistema de informação para automação do processo de submissão e análise de pleitos, ainda em construção.			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<b>Recomendação 2:</b> Estabelecer rotina prévia com expectativa de prazos intermediários para cada uma das unidades que fazem parte do processo de fixação/alteração do PPB, inclusive com a divulgação desse fluxo no próprio sítio eletrônico dos órgãos envolvidos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O atendimento completo da demanda compreende a pactuação desta divisão de atividades dentre os membros do GT-PPB, a disponibilização de ferramentas eletrônicas de acompanhamento do processo de análise e o ajuste das portarias regulando procedimentos.</p> <p>A ferramenta eletrônica de controle de processos foi totalmente definida, com documentos de visão e escopo assinados e tem cronograma de entrega para julho de 2014.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<b>Recomendação 3:</b> Avaliar a implementação de funcionalidade no sítio eletrônico do MDIC para permitir, tanto pelos interessados como pela sociedade, um acompanhamento sistematizado de informações dos pleitos, bem como das fases em que se encontram.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A ferramenta eletrônica de controle de processos está sendo desenvolvida junto com a CGMI/SPOA. Devendo ser concluída dentro do prazo previsto.			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção



QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<p><b>Recomendação 4:</b> Buscar o cumprimento dos prazos legais de fixação/alteração do PPB, sem prejuízo da realização de estudo para alteração da legislação vigente, ajustando-a para a praxis. Esse estudo pode contemplar tanto as dificuldades técnico-operacionais apresentadas, quanto à necessária agilidade por parte do Governo na fixação/alteração de PPB para produtos intensivos em tecnologia e de evolução constante.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O atendimento completo da demanda compreende a pactuação da divisão de atividades dentre os membros do GT-PPB, a disponibilização de ferramentas eletrônicas de acompanhamento do processo de análise e o ajuste das portarias regulando procedimentos.</p> <p>A ferramenta eletrônica de controle de processos está sendo desenvolvida junto com a CGMI/SPOA. Devendo ser concluída dentro do prazo previsto.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<p><b>Recomendação 5:</b> Formalizar a totalidade dos processos administrativos, e incluir nesses processos todas as peças relacionadas, com objetivo de cumprir os preceitos legais e salvaguardar as informações.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O atendimento completo da demanda compreende a disponibilização de ferramentas eletrônicas de geração eletrônica de processos e atribuição de número de protocolo. A ferramenta eletrônica de controle de processos está sendo desenvolvida junto com a CGMI/SPOA. Devendo ser concluída dentro do prazo previsto.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	4	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<b>Recomendação 6:</b> Aperfeiçoar os critérios de seleção das empresas a serem fiscalizadas, de forma a dotá-los da maior objetividade possível.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O atendimento completo desta recomendação demanda a disponibilidade de ferramenta de <i>business intelligence</i> para análise dos dados de faturamento e estoque das empresas incentivadas.</p> <p>Não se mostrou viável utilizar a ferramenta de <i>business intelligence</i> em 2014. Por outro lado, a formalização dos processos relativos à fiscalização e as respectivas instruções de trabalho, entregues à SDP em 19/03/2014, colabora para um processo mais eficaz de seleção de empresas.</p> <p>Diante disso, a SDP buscando identificar mecanismos que visem o atendimento pleno de tal recomendação.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	4	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<b>Recomendação 7:</b> Aumentar a cobertura de empresas fiscalizadas, seja quantitativamente, seja qualitativamente com o desenvolvimento de sistemas tecnológicos especializados, de acordo com estratégia de atuação definida pela SDP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O atendimento completo desta recomendação demanda a disponibilidade de ferramenta de <i>business intelligence</i> para análise dos dados de faturamento e estoque das empresas incentivadas.</p> <p>Não se mostrou viável utilizar a ferramenta de <i>business intelligence</i> em 2014. Como alternativa está sendo avaliada a possibilidade do uso de acreditação de terceira parte para emissão de relatórios de fiscalização a serem validados pelo MDIC e MCTI. O aumento do efetivo de analistas previsto para 2014 é outra medida que colabora na solução desta recomendação, prevista para ocorrer dentro do cronograma.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	2.1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<p><b>Recomendação 8:</b> Dar andamento às tratativas que vem sendo realizadas pela SDP, que tem como objetivo propor alterações nos dispositivos legais, de forma a dar máxima efetividade à aplicação das penalidades previstas na legislação, bem como incrementar a transparência das penalidades aplicadas.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A implementação plena de todas as alterações sugeridas deverá ser sincronizada com a implementação final de alguns pontos levantados em MAPEAMENTO (PPB) e em PROPOSTA (Fiscalização). Por outro lado, o cumprimento desta recomendação pode ser viabilizado com alterações na Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 177, de 18 de outubro de 2002 que estão sendo discutidas com o MCTI.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	2.1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Síntese da Providência Adotada			
<p><b>Recomendação 9:</b> Realizar tratativas junto aos atores envolvidos que visem à adoção de medidas mais céleres para atualização do cadastro de empresas habilitadas, mantido pelo MCTI.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A solução definitiva desta Recomendação demanda a implantação da Plataforma Aquarius pela SEPIN/MCTI, prevista para setembro de 2014.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

## 9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

### QUADRO A.9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201306214	2.1	Certificado nº 201306214
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO			3213
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SDP/DESIT/Coordenação-Geral			3213
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O atendimento completo da demanda compreende o treinamento de uma equipe de apoio à equipe de PPB dentro da CGEL/DESIT, a disponibilização de ferramentas eletrônicas de recepção de propostas e acompanhamento do processo de análise e o ajuste das portarias regulando procedimentos, critérios e prazos das etapas de análise de forma e conteúdo.</p> <p>O cumprimento desta determinação passa por ajustes na Portaria MDIC/MCT nº 170/2010, que dependem do desenvolvimento do sistema de informação para automação do processo de submissão e análise de pleitos, ainda em construção. A previsão é de que a solução para esta demanda ocorra até julho de 2014.</p>			

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção

### **9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

Esta UJ não dispõe de estrutura de controle interno.

### **9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93**

Nada a declarar. Informações sobre este item constarão da prestação de contas da Secretaria Executiva deste Ministério.

### **9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário**

Nada a declarar.

## 9.6 Alimentação SIASG E SICONV

### QUADRO A.9.6 –DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Eu, **Abdias da Silva Oliveira**, CPF nº 331.615.501-53, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos-substituto, exercido na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-CGRL, declaro aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e convênios firmados até o exercício de 2013 por esta Unidades estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 24 de março de 2014.

**ABDIAS DA SILVA OLIVEIRA**  
CPF nº 331.615.501-53  
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos-Substituto

## **SEÇÃO 10      RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

Esta Unidade não dispõe de estrutura que garanta um canal de comunicação do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção, o grau de satisfação dos cidadãos-usuários quanto aos serviços prestados.

Todavia, colabora com a Ouvidoria, providenciando resposta para as manifestações relacionadas a área do desenvolvimento da produção, de competência desta Secretaria. Em muitos casos, a demanda é apresentada ao MDIC e atendida na forma da Lei nº 12.527, de 18/11/2011.

O portal do MDIC, de certa forma, estreita essa comunicação, disseminando e atualizando informações sobre o órgão e suas unidades, podendo o usuário acessar e disponibilizar do Fale Conosco.


## CAPITULO 2

### SEÇÃO 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

#### 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

##### 11.2.1 Declaração Plena

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

  
**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças  
Coordenação de Contabilidade

PARTE A, ITEM 11, ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**  
**DECLARAÇÃO PLENA**


**Unidade Gestora Responsável – UGR:** Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP  
**Código da UG:** 280109 - **Gestão:** 00001

Declaro que as informações relativas à execução da Unidade Gestora Responsável, Secretaria do Desenvolvimento da Produção – SDP, integram os demonstrativos contábeis do sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), e na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, e constam das demonstrações contábeis das Unidades Gestoras Executoras 280101- Coordenação - Geral de Recursos Logísticos, 280102 - Coordenação - Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças, e 280104 - Coordenação - Geral de Recursos Humanos, e refletem a adequada situação orçamentária, financeira, patrimonial e das variações patrimoniais, consolidados no Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva.

No que se refere aos demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponíveis no sistema SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 10 de março de 2014.

  
**GECILENE RIBEIRO COELHO**  
Coordenadora de Contabilidade  
CRC - 6074-DF



## **CAPITULO 3**

### **SEÇÃO 12 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

#### **12.1 Informações não exigidas no Anexo II da DN 127/2013 que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.**

Contando com pouco mais de 150 colaboradores (entre servidores, estagiários e terceirizados), a SDP opera importantes instrumentos de política industrial e articula diversos atores públicos e privados nas esferas de governança do Plano Brasil Maior. Na gestão de programas como InovarAuto, Processo Produtivo Básico, Ex-Tarifário e Barracões Industriais, a SDP viabilizou, diretamente e indiretamente, mais de R\$ 40 bilhões de investimentos no setor produtivo brasileiro ao longo de 2013.

A produção técnica da Secretaria atingiu, em 2013, mais de 3.600 documentos, entre notas técnicas, notas informativas, ofícios e memorandos. Seja na condução de seus próprios instrumentos, seja na atuação em diversos fóruns e instâncias de governança de políticas públicas, a produção técnica da SDP embasou e subsidiou a edição de diversos Decretos, Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Resoluções CAMEX e Portarias ministeriais e interministeriais.

Todo esse trabalho foi possível graças ao esforço de institucionalização e fortalecimento técnico das equipes e da infraestrutura de suporte às atividades. A SDP abraçou o esforço de Planejamento Estratégico conduzido pela Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e mobilizou todas as equipes em momentos de reflexão e avaliação crítica do papel da Secretaria no fortalecimento da inovação e da competitividade no Brasil. A SDP não só destacou diversos colaboradores para se dedicarem à melhoria de sistemas e processos de trabalho, como também definiu como prioritária a ação permanente de revisão de metas, objetivos e resultados alinhados ao Mapa Estratégico do MDIC.

**(apresentação da Secretária Heloisa Menezes, para o Relatório de Atividades da Secretaria- ano 2013)**

## SEÇÃO 13 - RESULTADOS E CONCLUSÕES

O ano de 2013 foi de intensa atividade para a Secretaria do Desenvolvimento da Produção, avançando na construção de metas, indicadores e iniciativas ligadas aos objetivos do mapa estratégico.

Formalmente, a Secretaria do Desenvolvimento da Produção –SDP é o principal órgão de elaboração, gestão e monitoramento da política industrial brasileira, buscando implementar as diretrizes e os objetivos estratégicos do PBM de forma articulada com o setor público e privado. Vale destacar a atuação de instituições do sistema MDIC na gestão compartilhada dessa nova política

Nesse sentido, sua atuação mostrou-se, cada vez mais, voltada para subsidiar políticas públicas de adensamento produtivo e desenvolvimento de fornecedores em setores estratégico e, também no suporte técnico e político para transferência de tecnologias e programas de offset; no apoio ao governo na tomada de decisões sobre a solução de gargalos legais e infralegais que promovam a competitividade da indústria, no estímulo à ampliação e investimentos; promovendo conceitos de sustentabilidade ambiental, eficiência energética, energias renováveis e reciclagem de materiais, preconizando mudanças conceituais na concepção do desenvolvimento produtivo, ou seja, atuando em rede, promovendo a integração de suas ações com políticas de inovação, ciência & tecnologia, e educação; subsidiando tecnicamente a construção de agendas de integração produtiva e de apoio ao MDIC em negociações internacionais.

Para o cumprimento da demanda dessas ações estratégicas, uma das maiores dificuldades enfrentadas refere-se ao quadro de pessoal, com equipes enxutas para o número de pleitos. Outro gargalo é o reduzido orçamento para implementação de iniciativas possam garantir a efetividade dos resultados; o montante de recursos do PPA, que vem sendo disponibilizado à SDP, limita a atuação da Secretaria, impossibilita o estabelecimento de parcerias para ações integradas, seja na estruturação competitiva de rede de fornecedores de grandes indústrias, na promoção da capacitação para inovação, introdução de melhorias técnico-gerenciais de empresas e até no monitoramento das instâncias de gestão do Plano Brasil Maior, como um todo.

O alcance dos objetivos depende da implementação das iniciativas e metas estabelecidas, sendo que a grande maioria ocorre e é apurada em órgãos sobre os quais esta Secretaria não exerce qualquer gerência. Acaba sendo um dilema, responder pelo monitoramento dessas ações.

No campo orçamentário, sagrou-se exitosa a inclusão de PO – Plano Orçamentário, vinculado à Ação 210E, identificado com o código 000A, para apoio técnico, metodológico, presencial e sistemático às instâncias de governança do PBM. A propósito e, a fim de garantir o custeio do apoio operacional da política industrial para 2014, será solicitada ao MPOG a transformação deste PO em ação orçamentária.

Com este cenário e, visando mitigar dificuldades identificadas, a Secretaria conta com a possibilidade de haver provimento de cargos para 2014, de modo a ampliar a força de trabalho da Unidade; aguarda a aprovação da proposta de alterações na estrutura de cargos da unidade; empreenderá esforços para fortalecer e estreitar as parcerias, sobretudo com as instâncias de governança do PBM e atuar na continuidade da simplificação e redesenho de processos e da reformulação de regulamentos.